

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

MARIAH QUEIROZ COSTA SILVA

**O LUGAR DA FAVELA: NARRATIVAS HEGEMÔNICAS E  
TRANSFORMAÇÕES URBANAS NO RIO DE JANEIRO**

Rio de Janeiro, RJ 2015

MARIAH QUEIROZ COSTA SILVA

**O LUGAR DA FAVELA: NARRATIVAS HEGEMÔNICAS E  
TRANSFORMAÇÕES URBANAS NO RIO DE JANEIRO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação e Cultura.

Orientador: Dr. Paulo Roberto Gibaldi Vaz

Rio de Janeiro, RJ 2015

S5861

Silva, Mariah Queiroz Costa. O lugar da favela: narrativas hegemônicas e transformações urbanas no Rio de Janeiro. / Mariah Queiroz Costa Silva -- Rio de Janeiro: 2015.

144f.

Orientador: Paulo Roberto Gibaldi Vaz

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, 2015.

1. Favelas 2. Rio de Janeiro 3. Transformações urbanas 4. Remoções 5. Construções Narrativas I. Vaz, Paulo Roberto Gibaldi. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Comunicação.

MARIAH QUEIROZ COSTA SILVA

**O LUGAR DA FAVELA: NARRATIVAS HEGEMÔNICAS E  
TRANSFORMAÇÕES URBANAS NO RIO DE JANEIRO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação e Cultura.

Orientador: Dr. Paulo Roberto Gibaldi Vaz

Aprovado em 5 de março de 2015.

---

Dr. Paulo Roberto Gibaldi Vaz - UFRJ  
(Presidente/Orientador)

---

Dra. Beatriz Jaguaribe - UFRJ

---

Dra. Mariana Cavalcanti – FGV

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, pelo amor, pelo carinho, pelo apoio, pela dedicação e por me ensinar, desde pequena, a ser sensível e atenta aos outros. À minha mãe Terezinha, por mostrar, não só a mim como a tantos alunos que passaram por suas salas de aula, que educar é construir e que o aprendizado não é a preparação para a vida, mas sim a própria vida. Ao meu pai Regner, por me instruir a persistir e, ao mesmo tempo, buscar o que me faz feliz.

Ao meu orientador Paulo Vaz, pela confiança, pela amizade, pela disponibilidade e, sobretudo, por acreditar, desde aquela Jornada de Iniciação Científica em 2006, em mim, me convidando a participar do universo da pesquisa acadêmica, sempre com proposições e reflexões novas e instigantes.

Aos meus irmãos Tamara e Mateus, pelo companheirismo, pelas conversas e pelas lições de que é possível viver de formas diferentes e aprender coisas novas diariamente.

À minha família, especialmente minha tia avó Leny, por ter despertado, desde os meus primeiros anos de vida, o meu interesse pelos livros com aquela biblioteca enorme e encantadora.

Aos melhores amigos que a ECO me deu, ainda na graduação, e que tornam a minha vida melhor todos os dias, pela presença, pela alegria, pelas palavras de apoio, pela disponibilidade, pelo afeto e pela amizade: Alice Volpi, Arthur Tibau, Fernando Velasco, Guilherme Tomaz, João Paulo Quintella, Pedro Lerner, Pedro Simões, Renata Lestro, Tainá Vital e Tatiana Teitelroit.

Aos amigos que a vida me deu e que acompanharam o processo dessa dissertação diariamente, pelo apoio, pela paciência, pelo carinho e pelo incentivo acadêmico: Carolina Grottera, Felipe Abdala, Fernanda Salem, Francisco Costa Gabriel Domingues, Guilherme Marcondes, Janaína Castro Alves, Laura Shalders, Luana Manuel, Talita Arruda e Silvia Sobral. Agradeço ainda à Fernanda pela disponibilidade e pronto auxílio nas traduções necessárias.

Aos amigos Flavia Leone, Marcello La Rovere e Renata Lestro, com quem escolhi partilhar o período de construção do capítulo de qualificação em Paris, pela excelente e agradável companhia nos estudos e nos momentos de diversão. Agradeço à Renata por, mesmo à distância, dividir diariamente comigo as angústias e as alegrias do processo de pesquisa e escrita dos respectivos mestrados.

Às amigas Clara Medeiros e Camila De' Carli, com quem divido o dia-a-dia da nossa casa, pelo companheirismo, pelo cuidado, pela paciência, pelo incentivo e,

principalmente, por estarem sempre por perto. Agradeço ainda à Camila pela revisão atenta e carinhosa do texto dessa dissertação.

Aos amigos Fernando Velasco, Pedro Lerner e Pedro Simões, que, para além das salas de aula da ECO, dividiram comigo momentos intensos de trabalho, pelas conversas, pelas ideias, pelas provocações, pelas sugestões e pelo apoio quando necessário.

Aos amigos Adriano Belisário, André Duchiate, Bruno Correia, Camila De' Carli, Ciro Oiticica, Clara Medeiros, Diogo Cunha, Felipe Coelho, Isabela Fraga, Janaína Castro Alves, Lucas Canavarro, Manuela Oiticica, Marcela Canavarro, Philippe Baptiste, Rodrigo Daniel, Tainá Vital, Talita Arruda e Victor Paschoal, pelas vívidas e estimulantes discussões, surgidas em 2013 e que permanecem até hoje.

Aos amigos da ECO-Pós, pelos momentos vividos juntos. Agradeço especialmente ao Adriano Belisário, ao André Duchiate, à Isabela Fraga e à Laila Melchior, por partilharem conhecimento e afeto, além das palavras encorajadoras durante todo o processo.

Ao Marcelo Carneiro, por ser um chefe atento, compreensivo, companheiro e, principalmente, por ter me ensinado a enxergar as inúmeras nuances existentes no mundo da política pública e por despertar, ainda que indiretamente, o meu interesse pelo tema da presente dissertação. Agradeço ainda aos outros companheiros de trabalho, pelas trocas, pelas conversas e pela compreensão ao longo do processo do mestrado.

Às professoras Beatriz Jaguaribe e Mariana Cavalcanti, por terem aceitado o convite para a discussão do trabalho, pelo comprometimento na leitura e pelas questões e sugestões trazidas no exame de qualificação e na banca de defesa da dissertação. Agradeço ainda à professora Ieda Tucherman, por ter estimulado, ainda na graduação, o meu interesse pela pesquisa acadêmica, com suas aulas vívidas e estimulantes.

Ao Thiago Couto e à Jorgina Costa, da secretaria da ECO-Pós, pela atenção e pela solicitude.

## RESUMO

SILVA, Mariah Queiroz Costa. **O lugar da favela:** narrativas hegemônicas e transformações urbanas no Rio de Janeiro. 2015. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

A pesquisa analisa os processos de transformação urbanística do Rio de Janeiro e a forma como a favela é inserida nessa conjuntura. A partir da análise das políticas públicas, ideários de boa cidade e planos urbanísticos da cidade entre os anos 1930 e 1970, chegamos ao planejamento traçado para o Rio de Janeiro de hoje, que se prepara para receber os Jogos Olímpicos de 2016. Nesse contexto, as representações da favela são analisadas e a adoção da remoção como política pública é o elemento central da pesquisa, tendo como objeto de estudo os processos de remoção da favela do Esqueleto (1960) e das favelas Metrô Mangueira, Providência e Vila Autódromo (hoje). Com base em matérias de jornais publicadas sobre esses casos, a pesquisa pretende compreender de que maneira o estado constrói, dentro de cada contexto histórico, narrativas capazes de legitimar o sofrimento causado por essas políticas públicas – construção da avenida Radial Oeste na favela do Esqueleto, obras para as Olimpíadas de 2016, respectivamente.

**Palavras chave:** Rio de Janeiro; Jogos Olímpicos; modernismo; estratégias discursivas; favela; remoções; políticas públicas; sofrimento.

## ABSTRACT

SILVA, Mariah Queiroz Costa. **O lugar da favela:** narrativas hegemônicas e transformações urbanas no Rio de Janeiro. 2015. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

The research analyzes the urban transformation processes of Rio de Janeiro and the way the *favela* (shanty town) is inserted at this juncture. From the analysis of public policies, ideals of good city and urban plans of the city between the years 1930 and 1970, we reached the planning defined for Rio de Janeiro today as it prepares to host the Olympic Games in 2016. In this context, the representations of the *favela* are analyzed and the adoption of removal as public policy is the central element of research, being the object of study the removal processes of the Esqueleto *favela* (1960) and the Metrô Mangueira, Providência and Vila Autódromo *favelas* (today). Based on published newspaper articles about these cases, the research aims to understand how the government creates, within each historical context, narratives that are able to justify the suffering caused by these public policies - construction of the Radial Oeste Avenue in the Esqueleto favela, works for the 2016 Olympic Games, respectively.

**Keywords:** Rio de Janeiro; Olympic Games; modernism; discursive strategies; *favela*; removal; public policy; suffering



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### **Figuras**

<b>FIGURA 1</b> – Foto do jornal Diário Carioca de 14/08/1965.....	121
<b>FIGURA 2</b> – Foto do jornal Correio da Manhã de 24/01/1962.....	121
<b>FIGURA 3</b> – Foto do jornal Diário Carioca de 7/01/1961.....	121
<b>FIGURA 4</b> – Foto do jornal Diário Carioca de 3/09/1962.....	122
<b>FIGURA 5</b> – Foto do jornal Diário Carioca de 13/07/1961.....	122

### *Frames*

<b>FRAME 1</b> – SBT Rio Manhã de 21/01/2014.....	123
<b>FRAME 2</b> – Brasil Urgente (Band) de 8/01/2014.....	123
<b>FRAME 3</b> – RJ Notícias (RedeTV) de 8/01/2014.....	123

### **Tabelas**

<b>TABELA 1</b> – Tabela numérica dos vídeos analisados.....	77
<b>TABELA 2</b> - Vídeos com fala de agente da prefeitura.....	87
<b>TABELA 3</b> - Vídeos com conteúdo da prefeitura.....	87
<b>TABELA 4</b> - Vídeos com fala de morador.....	87
<b>TABELA 5</b> - Vídeos com fala de representante jurídico.....	87
<b>TABELA 6</b> - Divisão dos vídeos por “pacotes” – imprensa tradicional.....	88
<b>TABELA 7</b> - Divisão dos vídeos por “pacotes”- imprensa alternativa-ONGs.....	88
<b>TABELA 8</b> - Divisão dos vídeos pelo “pacote” predominante - imprensa tradicional.....	88
<b>TABELA 9</b> - Divisão dos vídeos pelo “pacote” predominante – imprensa alternativa/ONGs.....	89
<b>TABELA 10</b> - Divisão dos vídeos da imprensa tradicional por ano.....	90
<b>TABELA 11</b> - Divisão dos vídeos da imprensa alternativa por ano.....	90

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>1. A FAVELA, OS IDEÁRIOS DE BOA CIDADE E A BUSCA PELO PROGRESSO.....</b>	<b>18</b>
1.1 O PAPEL DO GOVERNO: EXPECTATIVAS E AÇÕES.....	18
1.1.1 Estado Novo.....	18
1.1.2 A influência do modernismo nas políticas públicas .....	20
1.1.3 O projeto nacional-desenvolvimentista.....	20
1.2 AS CONSTRUÇÕES E TRANSFORMAÇÕES A PARTIR DO IDEÁRIO DE BOA CIDADE.....	23
1.3 A CIDADE IDEALIZADA PELOS PLANOS URBANÍSTICOS.....	26
1.4 HABITAÇÃO POPULAR: ESTÉTICA, FUNCIONALIDADE E EDUCAÇÃO SOCIAL.....	30
1.5 A FAVELA E O PLANEJAMENTO URBANO DO PODER PÚBLICO...34	
1.6 A REMOÇÃO COMO POLÍTICA PÚBLICA.....	38
1.6.1 Como garantir legitimidade para as remoções.....	45
1.7 O JORNALISMO CARIOCA NOS ANOS 40-60.....	50
1.8 CONSTRUÇÕES NARRATIVAS SOBRE O PROCESSO DE REMOÇÃO DA FAVELA DO ESQUELETO.....	51
<b>2. RIO DE JANEIRO, CIDADE OLÍMPICA: UMA ANÁLISE DAS CONSTRUÇÕES NARRATIVAS ACERCA DOS PROCESSOS DE REMOÇÃO.....</b>	<b>61</b>
2.1 A FAVELA NA TRANSFORMAÇÃO DA CIDADE PERDIDA EM CIDADE OLÍMPICA.....	62
2.2 O “PROBLEMA” FAVELA NA REDEMOCRATIZAÇÃO.....	66
2.3 A GESTÃO DE EDUARDO PAES E AS TRÊS FASES DO TEMA “REMOÇÃO”.....	69
2.4 UMA ANÁLISE DE CASO: OS PROCESSOS DE REMOÇÃO NAS COMUNIDADES METRÔ MANGUEIRA, PROVIDÊNCIA E VILA AUTÓDROMO.....	73

2.4.1	Análise da cobertura midiática dos casos de remoção por meio de frames.....	79
2.5	COMO SE CONSTRÓI A VÍTIMA NAS NARRATIVAS DE SOFRIMENTO.....	92
<b>3.</b>	<b>O SOFRIMENTO NAS NARRATIVAS SOBRE AS REMOÇÕES DOS ANOS 60 E DA ATUALIDADE.....</b>	<b>96</b>
3.1	O <i>BRANDING</i> DA FAVELA NO RIO DE JANEIRO DAS OLIMPÍADAS.....	96
3.2	COMO AGE O SOFRIMENTO.....	104
3.3	DA POLÍTICA DA PIEDADE À POLÍTICA DA VÍTIMA VIRTUAL: COMPAIXÃO, SOFRIMENTO E MORALIDADE.....	105
3.4	METODOLOGIA.....	110
3.5	ANÁLISE COMPARATIVA DAS NARRATIVAS DE SOFRIMENTO NOS DISCURSOS SOBRE REMOÇÃO.....	110
3.5.1	<b>Como justificar a remoção: progresso x megaeventos.....</b>	<b>110</b>
3.5.2	<b>Diferença histórica x Conflitos ideológicos.....</b>	<b>112</b>
3.5.3	<b>Sufrimento representado pelo observador x Sofrimento autorepresentado pela vítima.....</b>	<b>116</b>
3.5.3.1	Um terceiro narra o sofrimento para a audiência x Valorização do testemunho direto do sofredor.....	117
3.5.3.2	Observador é responsável por identificar e descrever o sofrimento do removido x Removido sabe que é um sofredor e faz questão de reforçar isso no discurso.....	119
3.5.4	<b>Sofredor representa uma condição x Sofredor representa um indivíduo.....</b>	<b>120</b>
3.5.5	<b>Exploração da imagem de sofrimento dos removidos x Imagem de desolação de pobreza é individualizada.....</b>	<b>122</b>
3.5.5.1	Ao apresentar o sofrimento: ênfase nas crianças x ênfase nos moradores mais antigos da comunidade.....	125
3.5.6	<b>Pobreza desperta compaixão na classe superior x Classe superior vê remoção como possibilidade de melhora de vida do pobre.....</b>	<b>127</b>
3.5.7	<b>Estrutura social causa sofrimento dos removidos x Estrutura social motiva a remoção, mas o agente causador do sofrimento é o Estado.....</b>	<b>128</b>

<b>3.5.8 Disputa de quem abre espaço para a discussão: Jornais e associações de moradores / sindicatos x Jornais internacionais e ONGs.....</b>	<b>130</b>
<b>3.5.9 Sofrimento é causado pelo progresso x Sofrimento é causado pelo poder público.....</b>	<b>131</b>
<b>3.5.10 Dimensões temporais das políticas públicas: Horizonte do progresso x Imediatismo dos megaeventos.....</b>	<b>132</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>135</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>138</b>

## INTRODUÇÃO

Em 2 de outubro de 2009, enquanto milhares de cariocas ocupavam a praia de Copacabana para celebrar a escolha do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos de 2016, eu assistia a transmissão com um misto de apreensão e alegria nos fundos de uma casa na Urca. Era o meu segundo mês de estágio na agência de publicidade responsável pela conta do governo do Estado e que, dentre diversas outras ações, tinha participado da campanha de candidatura do Rio de Janeiro e produzia a festa na orla, com balões verde e amarelo escritos “É a vez do Rio” e um bandeirão estendido por cima de todos com a frase “Rio Loves You”.

Assim como em toda a cidade, os dias seguintes na agência foram repletos de euforia, otimismo e esperança. Coube à mim fazer uma grande pesquisa de capas de jornais do mundo inteiro ilustrando a conquista do Rio, que foram reunidas em um documento intitulado “Rio Loves You”. Ao mesmo tempo, *banners* gigantescos, pensados pela equipe de criação da agência, foram instalados no prédio principal da prefeitura com fotos de três crianças uniformizadas com roupas de esportes e com a frase “Rio 2016. Um outro futuro começa agora”.

Após um processo licitatório, a agência se tornou responsável também pela conta de publicidade e marketing da prefeitura do Rio de Janeiro, e iniciou-se um trabalho de estudo de possibilidades para o desenvolvimento da imagem do Rio de Janeiro como cidade olímpica. Depois de muitas reuniões e pesquisa de referências do mundo todo, foi lançado o portal Cidade Olímpica, desenvolvido por uma agência de web em parceria com a empresa onde trabalho. Esperava-se que o site funcionasse como uma espécie de prestação de contas visual das transformações da cidade, contando, inclusive com *streaming* de diversas obras como as do Porto Maravilha e das instalações olímpicas na zona Oeste. O portal foi inspirado em uma iniciativa semelhante do governo londrino, o site [www.london2012.com](http://www.london2012.com), onde também era possível acompanhar ao vivo a construção de diversas instalações esportivas.

Enquanto isso, fui contratada pela agência e passei a atuar como responsável pela área de Conteúdo, lidando diariamente com todo o material produzido pela prefeitura e com as campanhas criadas para chancelar e legitimar os Jogos Olímpicos de 2016. Durante esse processo, vi surgir campanhas como a estrelada por jovens atletas como Bruninho (Vôlei) e Kaio Márcio (Natação), em que a prefeitura estabelece um paralelo entre o próprio trabalho (BRT Transoeste, Morar Carioca)

com a preparação desses esportistas, concluindo que o grande legado de 2016 seriam as obras para os cariocas.

Essa campanha começou a ser pensada e criada no mesmo período em que decidi que gostaria de fazer mestrado e, portanto, pensar nas questões que ao mesmo tempo em que modificavam tanto a cidade, davam tanto trabalho para serem construídas e legitimadas em termos narrativos. Trabalhando diariamente com a redação de dossiês, relatórios, documentos obrigatórios para o Comitê Olímpico Internacional (COI), bem como com campanhas publicitárias *strictu sensu*, passei a perceber o esforço que era empreendido pela prefeitura para que as mudanças fossem a) comunicadas para toda a população b) compreendidas e aceitas por todos os cidadãos. Se num primeiro momento, houve alegria e esperança de que as Olimpíadas poderiam transformar todo o Rio de Janeiro, ficou claro, menos de um ano depois, de que esse sentimento não era igual para todos e, sobretudo, que seria difícil fazer com que os cariocas aceitassem e apoiassem as transformações.

Assim, a narrativa de “legado” foi escolhida estrategicamente pela prefeitura para legitimar a realização dos Jogos de 2016 perante a população. Diversas obras e ações, como os corredores expressos (BRTs), Morar Carioca, Porto Maravilha, passaram a ser envelopados no pacote “Rio Cidade Olímpica”, compondo um cenário do que poderia deixar um legado positivo para a cidade. Contudo, as transformações efetivamente mudaram a vida dos cariocas, causando engarrafamentos, mudanças no trânsito, interdições e, claro, remoções. A prefeitura passou a se inquietar, pois achava que a população não sabia exatamente o que estava em curso na cidade, agindo de forma “íngrata” ao reclamar das mudanças e obras. As demandas para a agência de publicidade aumentaram ainda mais e a equipe passou a desenvolver diversos materiais, customizados para cada tipo de público (classes A, B, C e D), onde o foco era o legado olímpico e as mudanças que já podiam ser vistas. O slogan criado para a campanha Cidade Olímpica resume essa ideia “uma cidade desenvolvida, justa e integrada”. Em 3 de outubro de 2011, chegou a ser veiculada uma capa *fake* no jornal O Globo, lembrando o dia 3 de outubro de 2009 e prestando contas de diversas obras que estavam acontecendo na cidade.

Dessa forma, tornou-se cada vez mais claro para mim que essa construção narrativa precisava ser estudada e, principalmente, entender o porquê de ser tão difícil legitimar as políticas públicas que eram implantadas no Rio de Janeiro. O mesmo Rio que sempre se orgulhou de ser capital, de ser lançador de tendências, de ser capaz de

se transformar, de ser vanguardista, enfrentava uma crise de progresso. Não que os cariocas rejeitassem o progresso como um todo, mas rejeitavam a forma como o progresso estava sendo implantado. Ao mesmo tempo em que várias estruturas da cidade iam abaixo – como a demolição do elevado da Perimetral –, criando uma cidade onde convivemos com ruínas de coisas que existiam e o poder público passou a considerar sem valor, canteiros de obras passaram a se espalhar pela cidade, gerando um cenário onde obra e ruína se misturam, na busca por novos espaços que possam vir a ser considerados icônicos. Ou seja, enxerguei estarmos diante de um momento de transformações estruturais e ideológicas da cidade do Rio de Janeiro e, aproveitando do lugar privilegiado em que me encontrava, ser uma oportunidade para estudar e entender melhor o que acontecia na cidade.

O projeto de pesquisa apresentado para o processo de seleção do mestrado tinha como objetivo analisar a relação existente entre cidades e midiatização, pensando de que forma a superexposição interfere e constrói novas narrativas sobre esses espaços; ao mesmo tempo em que pretendia investigar como o cuidado do poder público com essa imagem afeta as decisões e as escolhas das políticas públicas em execução. O objeto de pesquisa seriam as campanhas publicitárias oficiais da prefeitura e a disputa eleitoral para a prefeitura, ocorrida em 2012.

Ao longo do ano de 2012, a prefeitura reforçou as campanhas publicitárias dos programas realizados para as comunidades do Rio de Janeiro, em especial o Morar Carioca. Com isso, passei a visitar e acompanhar as obras na Providência, no Complexo do Alemão, na Colônia Juliano Moreira, dentre outros lugares. Vi surgir os projetos de teleférico na Providência, de cinema 3D no Alemão, assim como os embates entre prefeitura e associações de moradores. Nesse mesmo período, as histórias de ameaçados de remoção ou de efetivamente removidos despertaram a atenção da imprensa internacional, bem como foi lançado o “Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro”, organizado pelo Comitê Popular Rio Copa e Olimpíadas, em que esses e outros casos de remoção eram relatados por pesquisadores e acadêmicos.

Inicialmente a prefeitura seguiu suas intervenções nas comunidades, sem se afetar ou se preocupar diretamente com as denúncias de remoção, publicadas por veículos como *Le Monde*, *El País*, ou pela pressão de ONGs e outros organismos de defesa dos direitos humanos. Contudo, como veremos ao longo dessa pesquisa, a relação direta entre prefeitura e potencialmente atingidos pela remoção foi se

tornando mais complicada e houve uma demanda por mudanças na comunicação. Nesse momento, notei um possível novo caminho para a pesquisa, uma vez que tínhamos um adicional ao problema de legitimidade existente nas Olimpíadas: o sofrimento efetivo causado na vida desses indivíduos. Ao dividir isso com meu orientador, fui instigada a pensar além e chegamos a uma nova questão de análise: como o poder público constrói narrativas capazes de legitimar o sofrimento causado por políticas públicas.

Durante o andamento da pesquisa nos anos do mestrado, tive a oportunidade de vivenciar e testemunhar a ascensão do tema remoção no ambiente da prefeitura, gerando mudanças imediatas como a substituição do termo “remoção” por “reassentamento” no discurso do poder público, bem como demandas mais complexas, como a produção de um levantamento interno sobre as comunidades ameaçadas de remoção.

As mudanças se tornaram ainda mais profundas e visíveis após as manifestações de junho de 2013, período em que uma boa parcela da população foi às ruas questionar, dentre outros temas, os investimentos dos governos para a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Em paralelo, passei a me interessar por estudos que tratassem dos planos urbanos de cidade, que pensassem nos ideários de boa cidade e, portanto, por pensar em quais seriam os bons caminhos para o Rio de Janeiro.

No processo de construção dessa pesquisa, optei, em conjunto com meu orientador, por estabelecer um paralelo com um período anterior do Rio de Janeiro, também marcado por transformações estruturais, remoções e por conceitos do que seria uma boa cidade. Assim, o capítulo 1 apresenta qual era o papel do governo entre os anos 1930 e 1970 e o que era esperado que ele fizesse, bem como o que se acreditava ser o ideário de boa cidade, com destaque para a forte influência do modernismo. Em seguida, analisamos os planos urbanísticos desenvolvidos para o Rio de Janeiro e como era tratada a questão da habitação popular para chegarmos em um breve estudo sobre as representações da favela, bem como a forma que esse espaço era inserido nesse conceito de cidade. Dessa maneira chegamos aos processos de remoção ocorridos entre 1930-1970, analisando a maneira como eles eram legitimados pelo poder público. Como objeto de estudo, escolhi a cobertura midiática da remoção da favela do Esqueleto, ocorrida nos anos 60, e que deu lugar à avenida



Radial Oeste e à UERJ. Na análise, procuro identificar de que maneira a imprensa retrata o sofrimento vivido pelos indivíduos.

O capítulo 2 apresenta o processo de transformação do Rio de Janeiro - de cidade perdida em cidade olímpica. A favela segue ocupando um lugar de destaque, e o estudo sobre as representações desse espaço é encerrado por uma breve análise do período pós-redemocratização até os dias atuais. O tema remoção enfrentou três fases distintas na gestão de Eduardo Paes e o texto procura entender quais foram essas mudanças e de que forma elas aconteceram, até chegarmos à ideia de *branding* da favela, nessa reconstrução do Rio de Janeiro como cidade empresarial. Por fim, analiso o caso de três comunidades ameaçadas e/ou atingidas por remoção: Metrô Mangueira, Providência e Vila Autódromo. Essa análise é feita por meio de pacotes temáticos como perda, reparação, falta de diálogo, em que são escolhidos *frames* e frases para exemplificar.

As narrativas de sofrimento são o assunto principal do capítulo 3, onde proponho uma comparação entre diversos níveis das coberturas midiáticas das remoções dos anos 60 e das remoções atuais. Assim, pretendo amplificar a discussão sobre de que forma os governos procuraram e procuram legitimar as políticas públicas em curso, que causam sofrimento e mudanças drásticas na vida dos indivíduos.

## **1. A FAVELA, OS IDEÁRIOS DE BOA CIDADE E A BUSCA PELO PROGRESSO**

O Rio de Janeiro, antiga capital federal, passou por uma série de transformações estruturais ao longo dos últimos séculos. Desde as intervenções, quando ainda era colônia portuguesa, até os planos e mudanças implementadas pelo prefeito Pereira Passos, a cidade foi mudando, ainda que sem a existência de um planejamento maior, como foi o caso de Brasília – uma cidade inteiramente planejada – ou Paris. O Rio, mesmo com a abertura de grandes avenidas, desmontes de morros, construção de praças e largos, nunca passou por uma estruturação integral, o que afeta ainda hoje o dia a dia da cidade.

A falta de planejamento urbano não é um fato isolado, está diretamente conectada com o que se pensava e o que se esperava que o poder público iria fazer. E, mais, com qual seria o ideário de boa cidade em cada momento.

Para esse capítulo, defini um recorte temporal que vai de 1930 até 1970, com o intuito de analisar o modelo de cidade, os planos existentes, a urbanização e a relação com a favela que, eventualmente, levou a processos de remoção. O período escolhido compreende uma sequência de governos de formatos e enfoques diferentes: Estado Novo, nacional-desenvolvimentismo e ditadura civil-militar.

### **1.1 O PAPEL DO GOVERNO: EXPECTATIVAS E AÇÕES**

#### **1.1.1 Estado Novo**

Desde os tempos do Império até o estabelecimento da República, o Rio de Janeiro sempre prezou pela sua capitalidade, originalmente conferida pela grandeza de sua natureza, o que garantia a capacidade de representar a porção portuguesa na América. O exercício do papel de cidade-capital – “foco da civilização, núcleo da modernidade, teatro do poder e lugar de memória” (MOTTA, 2004, p.9) – é um bom caminho para refletirmos sobre esse imaginário urbano carioca.

Carlos Eduardo Pinto (2013) aponta para dois aspectos dessa construção. O primeiro é a criação da ideia de síntese da nação perpetrada pelo poder federal por meio das reformas de Pereira Passos no anos 1900. A partir das intervenções, a natureza carioca monumental passou a conviver com a ideia de modernidade, tornando-se uma cidade-síntese do projeto brasileiro da época, ao reunir exuberância natural, cultura e modernidade.

O segundo movimento, de acordo com Pinto (2013), acontece na Era Vargas, para fazer frente ao poder conquistado por São Paulo no começo do século XX. Um dos trabalhos empreendidos por Getúlio Vargas foi combater uma campanha difamatória iniciada na década anterior, segundo a qual os cariocas seriam vistos como lascivos, preguiçosos e indolentes em comparação com os paulistas, os bandeirantes empreendedores. Questionava-se, assim, no âmbito nacional, o potencial de capitalidade carioca, numa tentativa de colocar São Paulo como a verdadeira cidade-síntese do país.

No entanto, o projeto de poder de Vargas tinha o Rio como cidade-capital e, por meio de elaboradas políticas culturais que o sistema político ditatorial do Estado Novo facilitava, o governo valorizava as especificidades cariocas como características nacionais. Tal fator pode ser notado nos movimentos modernistas, que trabalhavam com paisagens naturais e com elementos típicos da cultura popular, por exemplo.

As camadas populares adquiriram *status* e posição diferentes na dinâmica política do Estado Novo. O governo de Vargas tinha como uma das estratégias forjar o “verdadeiro” trabalhador, apagando vestígios das práticas culturais diferenciadas e reforçando os ideais de unidade, coesão e poder coletivo. A ideia de povo estava diretamente ancorada ao trabalho e, por meio dele, era possível garantir a inserção na sociedade.

No Estado Novo a classe trabalhadora organizou-se em torno de sindicatos, ou em órgãos vinculados à Igreja, dando forma ao projeto trabalhista. O trabalho era o garantidor dos direitos sociais do trabalhador; assim como um meio de realização pessoal e de promoção do desenvolvimento social do próprio povo. Contudo, o conceito de povo não englobava indistintamente todos os brasileiros, apenas os solidários entre si e com a autoridade máxima, o Presidente da República. Cidadãos seriam aqueles que pertenciam a três vetores: totalidade econômica (produziam riquezas), totalidade jurídica (possuíam carteira de trabalho) e totalidade moral (compreendiam o trabalho como um dever e como um direito).

O governo de Vargas ficou marcado pelo estabelecimento de três pilares: dinamismo econômico e a busca pelo progresso, atenção aos trabalhadores e preocupação com a segurança nacional. É também no período de Vargas que o assistencialismo social ganha espaço, ainda que de certa forma conectado à Igreja. Mais a frente discutiremos a relação entre o assistencialismo e as políticas habitacionais, o que acabou por influenciar as diretrizes urbanísticas da cidade.

### **1.1.2 A influência do modernismo nas políticas públicas**

Uma das principais correntes arquitetônicas, o modernismo marcou época na política carioca, assim como na nacional. Essa relação entre as agências de governo e a *intelligentsia* modernista é notável no processo de construção do prédio do MES (Palácio Capanema), durante o Estado Novo, antecipando a invenção de Brasília e a transferência da capital que aconteceria no final dos anos 50 e começo dos anos 60. Em “Ruínas Modernistas”, Jaguaribe (1998) analisa a apropriação da arquitetura modernista como fundação simbólica de uma nova projeção do Brasil. Para que esses projetos arquitetônicos saíssem do papel seria necessário um *ethos* ideológico passível de cooptação pelos projetos do governo. O encontro entre o modernismo e o projeto de poder vigente se deu nesse *ethos* marcado por conceitos de modernização, igualitarismo, desenvolvimentismo e promoção de valores cívicos.

A relação estabelecida com o poder estatal e o êxito dos projetos fizeram dos modernos os representantes oficiais da identidade nacional no campo da arquitetura. Os modernos também se tornaram representantes oficiais da cultura brasileira em eventos internacionais, como o Pavilhão Brasileiro na *Feira Internacional de Nova Iorque* em 1939, projeto de Lucio Costa e Oscar Niemeyer, e a mostra *Brazil Builds*, no Moma – Nova Iorque em 1943 (LIPPI DE OLIVEIRA, 2002).

Entre os intelectuais do modernismo brasileiro, havia uma preocupação expressa com a “verdadeira” identidade nacional. Lafetá (1974) fala dos projetos modernistas: o estético, que propunha ruptura com a linguagem tradicional, passadista; e o ideológico, que buscava a “consciência do país, desejo e busca de uma expressão artística nacional, caráter de classe de suas atitudes e produções” (LAFETÁ, 1974, p.12). Além disso, o grupo acreditava que, ao lutarem pela mudança de valores e dos padrões estéticos, estariam lutando também pela alteração dos padrões políticos.

### **1.1.3 O projeto nacional-desenvolvimentista**

A modernização ganhou ainda mais espaço no projeto nacional-desenvolvimentista de Juscelino Kubistchek, tornando-se um modelo e guia para os governos estaduais e municipais da época. Era um ideal defendido tanto pelas elites socioeconômicas como pelo poder, alinhado aos planos sustentados pelo governo nacional.

Existia a crença de que, solucionando os problemas econômicos, automaticamente os demais estariam resolvidos. Com o desenvolvimento, a miséria seria superada; acreditava-se que a emancipação econômica era a base da soberania, do bem-estar e da segurança nacional, eixos garantidores da modernidade. As condições precárias de vida representavam, de certa forma, um perigo para a democracia, pois indicavam uma possibilidade de abertura de espaço para ideias subversivas e para o comunismo. Logo, o esforço empreendido pelo governo tinha outra finalidade, para além da conquista do bem estar de todos: era uma forma de garantir a soberania e, pelo prisma do governo vigente, a democracia. Em resumo, era preciso mudar dentro da ordem para garantir a ordem.

Com a inauguração de Brasília o Rio perdeu o posto de capital e foi transformado em novo ente da Federação, batizado de Estado da Guanabara. Ainda que a Novacap (Brasília) tenha se tornado cidade-síntese do modernismo, a Guanabara lutou para manter o que seria a verdadeira capitalidade, garantindo para si o título de “caixa de ressonância do Brasil”.

Na esfera política do Rio houve a necessidade de definir o estatuto político-institucional da cidade do Rio de Janeiro, o que provocou a formulação de estratégias pelos principais partidos. As forças políticas locais enxergaram na transferência da capital uma possibilidade de maior autonomia política e administrativa da cidade. Ainda em 1956, o senador e militante da causa autonomista Mozart Lago conseguiu aprovar uma emenda constitucional que garantia a eleição direta do prefeito do Rio de Janeiro no pleito de 1960.

O governador eleito foi Carlos Lacerda que pretendia alçar voos maiores nas eleições presidenciais de 1965. Logo, sua gestão à frente da Guanabara foi um palanque contínuo, um governo que se esforçou para conquistar um bom cartão de visitas para apresentar a todo o país na corrida eleitoral que, em decorrência do golpe militar, não aconteceu. Lacerda governou mantendo na cidade-estado a antiga aura de capital e principal centro político brasileiro, construindo para a Guanabara uma condição ambígua de estado-capital, recusando a sua possível provincianização.

O jeito Lacerda de governar já foi objeto de análise de uma extensa literatura e não pretendo me alongar nesse tópico, entretanto é importante ressaltar a pouca afeição do então governador pela negociação, passando por cima da classe política e colocando-se como único referencial político e administrativo do estado, repudiando e negando as vias de intermediação tradicionais. Ele desejava manter distanciamento da

intitulada “política miúda”, afastando-se de negociações e não seguindo a hierarquização, a distribuição territorial e a política de lideranças políticas locais.

Lacerda atuava enfaticamente para não dissociar a Guanabara da condição de capital política do país, defendendo que o estado deveria ocupar um lugar especial na federação, e seu governador deveria, por isso mesmo, ter uma estatura nacional, capaz de fazer a ponte entre a política nacional e estadual. Ao mesmo tempo, o governo federal manteve uma forte vigilância sobre a Guanabara, temendo qualquer arroubo radical do governador. O temor era potencializado por sua postura recorrente de defender soluções extra-legais.

A importância da Guanabara para a federação foi o tema de abertura do discurso proferido por Lacerda na cerimônia de posse no cargo de governador, em dezembro de 1960:

Entre todas as unidades que formam a indissolúvel nação, o estado da Guanabara é um dos mais responsáveis e, sem dúvida, o mais preparado para influir na condução geral do país. Pela composição de seu povo, soma de todos os povos do Brasil; pela sua vocação atlântica que lhe dá um sentido universal da política, que lhe aguça a sensibilidade sem lhe particularizar paixões provincianas; pelas suas tradições de antiga capital, ainda não substituída pela aglomeração de prédios na qual, contrafeitos, acampam os três poderes da República; pela novidade impetuosa de sua ascensão à categoria de estado federado, a unidade que nos incumbe governar estará em condições de cumprir os seus deveres para com a generosa pátria comum que nos abriga (MOTTA, 1997, p.187).

Lacerda não conseguiu eleger um sucessor e, em 1965, o moderado Negrão de Lima assumiu o governo da Guanabara. Indicado por Juscelino Kubistchek, Negrão de Lima teve a sua atuação política rapidamente limitada com a decretação do golpe militar, passando a seguir as determinações do poder centralizado no Executivo federal, e empenhando-se em sustentar-se politicamente frente às ampliações dos poderes nas mãos das chamadas “forças revolucionárias”.

## 1.2 AS CONSTRUÇÕES E TRANSFORMAÇÕES A PARTIR DO IDEÁRIO DE BOA CIDADE

O período entre 1930-1970 ficou marcado pela temporalidade do progresso, que se fez presente nas escolhas das políticas públicas e, conseqüentemente, nas da sociedade civil. A arquitetura modernista assumiu o papel de representante desse

novo país que se delineava, e pautou decisões estratégicas na busca do progresso e do novo.

A edificação desse novo modelo de cidade era pautada pela arquitetura moderna; no entanto, essa não tinha obrigação de expressar diretamente características nacionais no sentido transcultural. Como Jaguaribe (1998) relembra, Otilia Arantes apontou que essa ausência de regionalismos era compensada por uma atitude utopista que ordenava um novo projeto nacional.

Jaguaribe (1998) afirma que a construção rápida de Brasília despertou interesse internacional, colocando o país na vanguarda da edificação modernista. Entretanto, a edificação da cidade-capital simbolizava a utopia de uma modernidade estandardizada e igualitária, enquanto o Brasil permanecia apinhado de cidades pobres, marcado por desigualdades sociais e disparidades regionais.

Uma das qualidades do novo, segundo Lissovsky e Moraes (apud JAGUARIBE, 1998, p.9), estaria presente nos critérios de durabilidade, monumentalidade e funcionalidade. Esta seria a base da arquitetura modernista, em que higienização, circulação, compartimentalização flexível são alguns dos itens essenciais, que respondem a anseios dos urbanistas do começo do século. Jaguaribe (1998) aponta que as questões da durabilidade e da monumentalidade eram, todavia, mais problemáticas. Utilizando o edifício do MES como exemplo, em contraposição ao do Ministério da Fazenda – um prédio recheado de referências históricas, materiais nobres e murais folclóricos recriando costumes indígenas -, os azulejos e pinturas de Portinari não representam explicitamente elementos de autoridade. Jaguaribe (1998) relembra ainda que, como muitos pesquisadores já propuseram, os modernistas se posicionavam e se apresentavam como árbitros do passado e do futuro.

Ainda que o critério de durabilidade possa ser discutido, como Jaguaribe (1998) o faz em “Ruínas Modernistas”, nota-se que alguns projetos, implementados ou não, são merecedores de reconhecimento e fazem parte da memória do Rio. Outros, mesmo existindo, desaparecem no dia a dia e não recebem láureas públicas. Aqueles que conseguiram representar justamente a marca do “novo” foram aceitos e incorporados pela cidade. O processo de construção envolveu uma rejeição da autoridade normativa do passado, valorizando-se o novo e o moderno, que se tornaram sinônimos de bom e belo. Certos exemplos dessa arquitetura modernista resistiram ao tempo e permanecem chamando a atenção dos moradores da cidade, como o Aterro do Flamengo e o prédio do Museu de Arte Moderna. No entanto, nem

todos os edifícios seguem conseguindo esse reconhecimento. A arquitetura moderna, dos anos 30 aos 50, conseguiu criar um discurso que apresenta o modernismo como absoluto, natural, uma espécie de ponto de chegada necessário e ideológico, colocando os outros estilos na condição de inferiores, primitivos e conservadores (LIPPI DE OLIVEIRA 2002). A instituição do modernismo não se restringia aos modelos arquitetônicos, espalhava-se ao que era legítimo de ser considerado novo, ideário que passou a ser desejado e procurado.

A arquitetura modernista progressista não tinha como eixo o passado monumentalizado nem tampouco a projeção para sua futura monumentalização. O futuro já estava presente na modernidade inaugural do desenho desenvolvido pelo arquiteto. O novo escapava simultaneamente da temporalidade histórica e do inevitável envelhecimento. Não era concebível o ver como uma possível ruína e não almejava inspirar “pensamentos históricos”, como outros modelos – nazismo ou fascismo, por exemplo – desejaram. Ainda que existisse alguma conexão com o passado, “a história era um devir progressivo que ímpeto modernista deveria sempre antecipar” (JAGUARIBE, 1998, p.12). Jaguaribe (1998) ainda afirma que, como todo novo deveria ser suplantado por um “novo novo”, cabia à arquitetura modernista, miticamente, imobilizar-se no novo eterno que seria capaz de escapar dos estragos do tempo.

O trabalho dos modernos, inicialmente ligado a iniciativas do poder público – Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo e, claro, Brasília -, passou a pautar também o modelo das obras privadas. Lauro Cavalcanti relembra: “A conquista de um mercado estatal era absolutamente fundamental em um país no qual as elites e empresas privadas adotavam um estilo após o mesmo ter sido testado e aprovado em obras públicas” (CAVALCANTI, 1995. p.47).

Além das construções modernistas, o período ficou marcado pela adoção do modelo rodoviário, também relacionado ao ideário de novo vigente na época, e que foi responsável por grandes intervenções. Uma delas foi o elevado da Perimetral, construído nos anos 50 e demolido recentemente pelo poder público. No processo de construção da via, uma série de edificações foi destruída, como o Mercado Central, já que não existia uma cultura forte de preocupação com passado e com a preservação da história da cidade. Na proposta original, o traçado do viaduto passaria ao lado da



igreja da Candelária. Em matéria publicada pelo jornal *O Globo*<sup>1</sup>, o arquiteto Augusto Ivan comenta: “A Perimetral foi uma espécie de salvo-conduto para incentivar o uso de carros nas cidades. É preciso entender, inclusive, o contexto histórico. Ela foi construída durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek, que incentivou a indústria automobilística”.

Além da Perimetral, o ideário de cidade criado para o estado da Guanabara envolveu a expansão econômica para as zonas Norte e Oeste da cidade-estado. O plano Doxiadis, o qual analisaremos melhor mais a frente, previa o deslocamento da área industrial do Rio para a Zona Oeste, próxima ao porto de Sepetiba, com a criação de novos túneis e vias (Linha Amarela e Vermelha, por exemplo), tendo a Avenida Brasil como eixo central, onde os bairros proletários deveriam se instalar. Um estudo desenvolvido pelo Instituto de Desenvolvimento da Guanabara (IDEG) apontava preocupações em se criar um mercado de trabalho nessas zonas da cidade:

A ocorrência de favelas nas áreas de maior concentração industrial encerra, sem dúvida, um aspecto benéfico para a atividade fabril, que pode ser traduzido pela possibilidade de captação de mão de obra em locais próximos às fábricas. (...) O fato da não existência de favelas na Zona Industrial de Santa Cruz, de certa forma corrobora a opinião de que não basta, apenas, a existência de uma área livre: há também a necessidade de um mercado de trabalho, em função da instalação de um certo número de fábricas (BRUM, 2010, p. 97).

Como visto, o ideário de boa cidade atendia critérios geopolíticos, mas também socioeconômicos, capazes de alterar totalmente cidades sem infraestrutura. É o caso, por exemplo, de Arraial do Cabo que, com a instalação da Companhia Nacional de Álcalis, viu o progresso chegar de sopetão, tornando a cidade um dos símbolos da modernidade nacional. O então presidente Juscelino Kubitschek transformou Arraial do Cabo em um dos pilares da industrialização do país, mudando o cenário econômico, social e político da pacata vila de pescadores. Três eixos da modernidade estiveram presentes nessa transformação de Arraial do Cabo: industrialização, desenvolvimento e ação do Estado (Pereira, 2010).

### 1.3 A CIDADE IDEALIZADA PELOS PLANOS URBANÍSTICOS

No que se refere ao Rio de Janeiro, podemos afirmar que os ideários de boa cidade estiveram, em alguns momentos, amparados em planos urbanísticos. No século

---

<sup>1</sup> “A história secreta da Perimetral”, *O Globo*, 2/11/2013

XX, a cidade foi objeto de quatro planos: planos Agache (1930), Doxiadis (1965), Pub-Rio (1977) e Diretor Decenal (1992). Em decorrência do recorte temporal deste capítulo, analisaremos brevemente apenas os três primeiros. Todos eles, no entanto, procuraram estabelecer uma lógica de planejamento em que integrassem as demais intervenções, fosse através de obras ou de projetos de alinhamento, decretos e leis de uso e ocupação do solo.

O primeiro plano urbanístico da cidade surgiu da necessidade de adequação do território gerada pela industrialização e pelo aumento da população urbana. Agache veio ao Rio de Janeiro em 1926, a convite do prefeito Prado Junior, e realizou palestras sobre urbanismo. Entre 1927 e 1930, Agache elaborou o Plano de Remodelação, Extensão e Embelezamento, atendendo ao surgimento do setor industrial – que se tornou realidade após a Primeira Guerra Mundial – e que demandava maior infraestrutura, aliado às demandas da burguesia urbana que desejava uma cidade semelhante às europeias. O plano de Agache seguia critérios sociais e econômicos, fundamentados pelo seu passado de secretário-geral da Sociedade Francesa de Urbanistas; e visuais, que revelavam a influência da École de Beaux-Arts de Paris, na busca de monumentalidade e academicismo. O plano diretor apresentava uma cidade ideal, sem problemas físicos ou sociais, contanto que fosse seguido o plano de mudanças físicas apresentado por Agache. Ou seja, pelo plano, mudanças sociais poderiam ser alcançadas por meio das mudanças físicas de remodelação e embelezamento.

O projeto de Agache, porém, não saiu do papel, por conta da Revolução de 1930 e a conseqüente deposição do presidente da República e do prefeito do Distrito Federal. Em 1932, uma Comissão Municipal chegou a avaliar o plano diretor e recomendou uma série de alterações que seguiram sem ser implementadas. Ainda assim, o plano abriu a possibilidade de discussões sobre os problemas da cidade, passando-se a buscar exemplos urbanísticos bem-sucedidos de outros países.

O Estado Novo ficou marcado como uma fase de grandes obras, resultado da centralização do poder de decisão e de investimentos. Nesse período, as ideias modernistas confrontaram-se com as de Agache, com a presença frequente de Le Corbusier, palestrando e defendendo um novo ideário de cidade.

Entretanto, as ideias urbanísticas apresentadas por Le Corbusier, como ausência de lotes e quadras, separação da circulação de pedestres e de veículos, eram de difícil execução, e o urbanismo modernista ganhou espaço por meio da arquitetura.

Durante o Estado Novo, Getúlio Vargas, ainda que governando o Brasil do Palácio do Catete – um edifício de traços clássicos -, liderou a construção de vários edifícios monumentais, entre os quais destacam-se o do MES e o Ministério da Fazenda. A marca de implementação do novo aparecia não só como possibilidade arquitetônica, mas como um meio de renegociação da história brasileira. Jaguaribe (1998) diz que o ímpeto oficial modernista, aliado à *intelligentsia*, tratou de reordenar a história nacional para reorganizar vestígios do passado que a arquitetura eclética e imitativa do Palácio do Catete emanava. Essa renegociação pode ser apontada como incompleta, uma vez que tanto o MES modernista quanto o Ministério da Fazenda e do Trabalho foram planejados durante o período ditatorial do Estado Novo.

Com a transferência da capital para Brasília e a consequente perda de funções, o governador eleito Carlos Lacerda decidiu pela realização de um segundo plano diretor para a cidade. Como Lacerda tinha interesses em concorrer à presidência em 1965 e aproveitava-se da gestão à frente do Rio de Janeiro para fazer campanha, um bom plano urbanístico poderia funcionar como demonstração de eficiência e planejamento. Para isso, Lacerda contratou uma empresa grega, a Doxiadis Associates, configurando a ajuda externa como uma busca por modelos importados de cidade e de técnicas sofisticadas de trabalho. Nesse plano, diferente do de Agache, que procurava atingir o belo, o importante era a eficiência, para a qual o conhecimento brasileiro parecia ser insuficiente.

O objetivo do Plano Doxiadis era regular uma série de espaços de acordo com as necessidades dos indivíduos: espaço para morar, para trabalhar, para o lazer, com base nas propostas dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM). O plano traçava a quantificação das necessidades da cidade em termos viários, sanitários e habitacionais, estimando os custos até o ano 2000. Entretanto, a maioria das intervenções previstas pelo plano não estavam alinhadas com a realidade do Rio de Janeiro, nem havia um compromisso financeiro com os recursos disponíveis até 2000, além de ignorar a mudança de administração a cada 4 anos.

O plano Doxiadis foi entregue ao final da gestão de Lacerda, em 1965, mas não foi oficializado. A gestão seguinte, com problemas financeiros e de descontinuidade da máquina administrativa, além de duas grandes enchentes (1966 e 1967), acabou por não reconhecer o plano como a devida orientação urbanística para o desenvolvimento do Rio de Janeiro.

O plano não saiu do papel, mas Lacerda aproveitou a gestão para realizar obras de impacto na cidade-estado. Inaugurado em 1965, ano de comemoração dos 400 anos do Rio de Janeiro, o Aterro do Flamengo era para o governo de Lacerda uma obra urbanística necessária ao plano viário da cidade, ao mesmo tempo em que era uma construção simbólica. Com o Aterro, Lacerda conquistou uma obra símbolo para si e para o estado que governava. O plano da obra foi apresentado como o coroamento da história do Rio: começava por sua fundação, no Morro do Castelo, e chegava no Aterro, modernista, ousado, apontando para o futuro (MOTTA, 2000 apud PINTO, 2013, p.11). Dessa forma, o Aterro também representava para Lacerda uma espécie de resposta à Brasília, dotando a antiga capital do modernismo arquitetônico que fazia sucesso no Planalto Central. Segundo Lauro Cavalcanti (2001, p.54), “a obra se converteria no espelho carioca do plano para a nova capital, [representando] a vitória total do pensamento urbanista moderno ortodoxo”.

Com a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, em 1975, a nova cidade-capital, Rio de Janeiro, enfrentou uma nova série de problemas financeiros, uma vez que, enquanto era Distrito Federal e depois estado da Guanabara, o Rio dispunha de uma quantidade razoável de recursos federais e estaduais. Com a fusão, o Rio perdeu os recursos estaduais e o posto de maior centro de serviços do país, o que teve consequências diretas sobre a renda média dos cerca de 4 milhões de habitantes, dos quais 16% já habitavam em favelas.

O terceiro plano urbanístico do Rio, o Plano Urbanístico Básico (Pub-Rio), resultou de uma parceria entre os governos municipal e estadual, em consequência da supracitada fusão. O Pub-Rio também atendia diretrizes expressas de política urbana definidas pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que pretendia controlar o crescimento de cidades como Rio de Janeiro e São Paulo; e pelo I Plan Rio, plano estadual que buscava consolidar o estado como polo nacional novamente. O principal objetivo do Pub-Rio era tornar o município apto a receber ajuda do governo federal sob a forma de recursos financeiros.

Politicamente, o Brasil vivia a ditadura civil-militar que ditava qual deveria ser a política urbana e detinha os recursos e instrumentos necessários para a execução dessa política, alijando e retirando a autonomia dos municípios. Logo, o que cabia ao Pub-Rio era fazer propostas físico-territoriais sob a forma de diretrizes setoriais e de ocupação do território.

Diferente do que havia ocorrido nos planos anteriores, o planejamento e a execução ficou a cargo de técnicos pertencentes aos quadros da prefeitura, o que constituiu um avanço e uma possibilidade real de implementação. Foi também o primeiro plano urbanístico a reconhecer a existência de favelas. Contudo, a exigência de se ter um plano em tempo recorde – outubro de 1976 a maio de 1977 – dificultou o aprofundamento dessa questão.

O Pub-Rio foi entregue na data combinada, maio de 1977, e a sua não implementação se deveu muito mais pela indefinição das diretrizes do que pela falta de equipe para a execução do mesmo, um dos maiores problemas dos planos anteriores.

De acordo com Vera Rezende (2002), os planos urbanísticos aqui analisados efetivamente não representaram grande diferença para questões tão importantes como as funções sociais da cidade e a função social da propriedade. Um contínuo editar de leis e decretos sem integração entre si foram o que, de fato, construíram as bases urbanísticas do Rio de Janeiro. Por mais que os planos demonstrassem intenções de ordenamento do espaço urbano, foi realmente por meio da legislação urbanística e dos projetos de alinhamento criados em 1904 pelo prefeito Pereira Passos, que o crescimento horizontal e vertical e o acesso entre as zonas se deram no Rio de Janeiro.

Se houve uma falta, foi a de instrumentos que regulassem as relações de apropriação do solo urbano. Na maior parte das vezes o que se viu foi uma legislação agrupada nos códigos ou pulverizada em decretos que se limitou a referendar os caminhos espontâneos e socioeconomicamente orientados de crescimento da cidade, além de concretizar expectativas de grupos ligados ao setor da construção civil. As normas dedicavam-se à produção do espaço construído, ficando de fora alterações de relações sociais e melhoria das condições de acesso aos bens sociais por grupos de diferentes níveis de renda (REZENDE, 2002).

#### 1.4 HABITAÇÃO POPULAR: ESTÉTICA, FUNCIONALIDADE E EDUCAÇÃO SOCIAL

No Estado Novo, a preocupação com os direitos sociais esteve fortemente conectada com os segmentos católicos do Brasil. A Igreja Católica possuía um papel central na vida política brasileira e foi por meio dela e de seus “agentes” que muitos

dos preceitos sociais foram elaborados, divulgados e postos em prática. Aliado a uma crença de que o meio forma as atitudes, gestos e posições políticas dos trabalhadores brasileiros, surgiu uma preocupação com a moradia popular, conferindo à casa operária o poder e a capacidade de gestar esse “novo homem” desejado pelo governo.

Dessa forma, as ações do governo federal, a partir de 1930, na área de habitação foram entremeadas por dois campos de saber: arquitetura e urbanismo e assistencialismo social. Segundo Lippi de Oliveira (2002), a construção do ideário estadonovista reuniu diversas vertentes: modernos, católicos e regionalistas. Esse multifacetamento também pode ser verificado no campo da moradia popular, uma vez que houve a reunião do pensamento assistencialista e dos pressupostos da arquitetura em diversas ocasiões.

Nascimento (2008) aponta que, enquanto isso, a arquitetura do século XX passou a se preocupar com questões sociais, debatendo temas relacionados ao homem e à sua relação com o ambiente construído. O movimento moderno talvez tenha sido um dos principais propulsores dessa mudança, pois entendia que as transformações aconteceriam nas metrópoles. Os CIAM consolidaram a conjunção entre arquitetura e urbanismo, saindo da esfera da habitação apenas, e passando a se interessar pela cidade como um todo.

Para o Estado Novo, a habitação tinha o potencial de ser um forte instrumento de mudança, com dois princípios marcando a produção das moradias populares: 1. transformação do *status* do trabalhador, de cunho educativo; 2. financiamento e produção pelo Estado.

A arquitetura moderna manteve a preocupação com as questões higienistas, presente desde o período da República Velha, por meio da ingerência do poder público sobre as condições físicas de cortiços e estalagens. Nascimento (2008) diz que os promotores da habitação popular brasileira inspiraram-se, por exemplo, nas *zeilenbaus* alemãs – blocos de edifícios alinhados paralelamente e orientados para a melhor insolação -, o que permitia uma ventilação mais completa nas construções. O ideal moderno era composto por atributos como limpeza estética, higiene e eficiência, o que reforçava a possibilidade de erradicação dos focos promíscuos e anti-higiênicos do centro das cidades, construindo nos subúrbios as “cidade-modelo”, nas palavras do próprio presidente Getúlio Vargas.

O agrupamento de trabalhadores em conjuntos residenciais era defendido pelo aspecto econômico de racionalidade, padronização e eficiência. Um outro viés era o

de que os moradores não estavam preparados para a vida em conjunto e, conseqüentemente, para a vida em sociedade. Assim, reunidos e restritos em um mesmo espaço urbano estariam aptos a receber assistência social permanente, podendo superar o atraso e facilitando a educação das massas. De acordo com uma assistente social, em 1954:

Nos conjuntos residenciais graves, complexos são os problemas que afligem seus moradores, necessitados quase todos de orientação educativa, de amparo social, pois só assim estarão aptos a viver em harmonia nesses ambientes, atendendo conscientemente aos deveres que lhe são impostos e aproveitando as vantagens de uma habitação mais confortável. (...) Constituirá, portanto, grave erro transportar para esses conjuntos a massa operária provinda de diferentes meios sociais e deixá-la abandonada, enfrentando a falta de recursos sociais; será necessário reconhecer que o operário, se educado e sadio, estará em situação de produzir mais e melhor para si, sua família e para a nação, concorrendo para o equilíbrio social (NASCIMENTO, 2008, p.53).

Ou seja, não era suficiente para a constituição do “homem novo” o fornecimento pelo poder público de casas adequadas. Era necessário modificar hábitos e costumes para que o indivíduo se renovasse e se adequasse nas novas tarefas que a sociedade demandava. Ou, ainda, a arquitetura não era autoeducativa, e o trabalho das assistentes sociais era imprescindível para atingir o ideal de “homem novo”.

Nascimento (2008) afirma que o serviço social de casos partia da premissa de que os moradores de favelas estavam em fase moral e educacional atrasada em decorrência das deformações do meio e da ignorância nata. As condições de moradia – barracos sujos e pobres – e a falta de acesso à educação tinham moldado o caráter atrasado desses indivíduos. Cabia, então, às assistentes sociais aconselhar, orientar e sugerir mudanças no comportamento dos favelados. Já o serviço social de grupo tinha como tarefa colaborar na socialização dos cidadãos por meio de atividades educativas e recreativas, garantindo um melhor ajustamento à sociedade.

Para o poder público, o primeiro e maior problema das casas em favelas era a superlotação, na medida em levava, geralmente, à alta promiscuidade, considerado um problema ainda maior quando se misturava idade, sexo e estado civil em um só cômodo, sem qualquer distinção. Quanto maior a promiscuidade, pior o nível moral daquelas pessoas; o que era compreendido como o inverso de espírito familiar – ideal desejado pelo Estado Novo –, já que as noções de pudor físico e moral e de privacidade estavam banidas das relações entre os moradores, o que acarretaria a dissolução dos costumes. Segundo o governo, a superlotação também gerava

desavenças constantes entre os moradores e multiplicava os problemas morais e de saúde, gerando malandros, malfeitores, péssimos pais de família, péssimos esposos, péssimos profissionais e péssimos cidadãos.

Nascimento (2008) aponta que, para extinguir com todas as favelas da cidade, dando-lhes uma “solução” definitiva, o então prefeito Dodsworth criou os Parques Proletários Temporários, moradias provisórias construídas no local da favela ou próximo a ela. O decreto de Obras, promulgado em 1937, determinava que a prefeitura deveria providenciar a “formação de habitações baratas, de tipo mínimo, em substituição às favelas, na medida em que estas forem sendo extintas”. As casas seriam vendidas para pessoas reconhecidamente pobres, que deveriam efetuar o pagamento por meio de parcelas mensais, ficando o adquirente impedido de revender a casa e tendo de restituí-la à prefeitura em caso de mudança. Os parques proletários representariam esse espaço de educação moral e social para, em seguida, acontecer a transferência para os edifícios de fato. Contudo, a remoção para os verdadeiros edifícios teve início apenas em 1963, e muitos foram removidos para os conjuntos habitacionais Vila Esperança, Vila Kennedy e Vila Aliança, na zona Oeste da cidade.

Todavia, para morar nos conjuntos habitacionais, que estavam sendo construídos pelo poder público, era necessário passar na seleção do serviço social. As assistentes sociais realizavam um rigoroso levantamento das famílias, o que envolvia análise de ficha policial e estado de saúde. A escolha era considerada fundamental, pois era o que determinaria o sucesso da empreitada. Nascimento (2008) afirma que o governo deu preferência às famílias com maior possibilidade de educação moral, social e higiênica.

Em 1946, foi criado o Departamento de Habitação Popular, subordinado ao Serviço Geral de Viação de Obras, um reconhecimento de que o poder público aceitava institucionalmente o problema da falta de moradia popular. Pelo decreto de fundação do departamento os objetivos eram:

(...) a solução do problema de habitação para os grupos sociais de salários baixos, incluindo neles, inicialmente os servidores da Prefeitura do Distrito Federal, mediante a construção de grupos residenciais para aluguel módico (NASCIMENTO, 2008, p. 107).

Nascimento (2008) aponta que, de acordo com o DHP, o ideal de habitação seriam casas, desenhadas para o mínimo de vida (entre 35 e 70m<sup>2</sup>), de acordo com o tamanho da família, constituindo-se células de morar. O conceito de existência mínima foi tema do 2 CIAM, realizado em Frankfurt em 1929, onde se discutiu



soluções em plantas que otimizassem os interiores das casas. A vida do indivíduo seria melhor no espaço melhor racionalizado, porque seria melhor organizada. Equipamentos que poderiam ser de uso comum, como a lavanderia, saíam do interior e passavam para o exterior da casa. A ideia era que esses espaços em comum melhorassem a vida exaustiva dos trabalhadores, além de ajudar na criação do senso de comunidade.

O DHP perdeu relevância e valor quando Carlos Lacerda assumiu o governo do estado da Guanabara, implementando uma visão diferente na condução das moradias populares. Lacerda, como veremos adiante, era um forte defensor das remoções e, com a deflagração da ditadura civil-militar, a questão habitacional passou para a esfera federal.

### 1.5 A FAVELA E O PLANEJAMENTO URBANO DO PODER PÚBLICO

O processo de transformação do Rio de Janeiro foi construído por meio da urbanização e da modernização, baseados em um ideário modernista, mais expresso na forma arquitetônica. No entanto, o ideário de boa cidade, calcado nas imagens de progresso e modernismo, não se fazia presente em todas as zonas da cidade. Ou, ainda, os planos e projetos urbanísticos elaborados pelo poder público não incluíam todas as áreas do Rio de Janeiro. A cidade permanecia dotada de outras facetas, em que os contrastes sociais e materiais eram mais evidentes.

O plano de Agache (1930) tinha como proposta transformar o Rio de Janeiro, então capital do país, em uma cidade com grandes avenidas arborizadas e áreas com jardins no Centro e na zona Sul. Para a zona Norte, Agache planejou uma área destinada à população de renda média e os subúrbios à população operária. As favelas, para o urbanista, seriam um problema de fácil solução, bastando ao poder público destruí-las. “(A favela) é uma espécie de cidade-satélite de formação espontânea que escolheu de preferência o alto dos morros, composta porém de uma população meio nômade, avessa a toda e qualquer regra de higiene” (AGACHE, 1930).

Já para o plano Doxiadis, as causas da existência das favelas eram a disponibilidade de terras desocupadas e a falta de recursos da população de baixa renda, aliada ao desejo de habitar próximo aos centros de emprego. A solução seria a reurbanização de algumas favelas, desde que não houvesse incompatibilidade com os

objetivos do plano, elaborado sem conexão com a realidade da cidade. A política habitacional prevista pelo plano Doxiadis tinha como um dos objetivos manter a paz social, através da oferta de mercado de trabalho para a massa assalariada no setor de construção civil e pela propriedade imobiliária que, de acordo com o plano, encorajava a responsabilidade social e a estabilidade da comunidade (REZENDE, 2002).

Nos anos 40, com a aceleração do crescimento e a multiplicação das favelas, abandonou-se o enquadramento do problema em termos de “solução”, em prol de um objetivo mais modesto e mais alinhado com as transformações políticas vigentes – Estado Novo – de controle e de regulamentação (SILVA, 2002). O Código de Obras de 1937 representou um marco desse processo, proibindo a formação de novas favelas, bem como a construção de novas habitações nesses lugares e de qualquer tipo de reforma desse tipo de ocupação, mas, ao mesmo tempo, sugeria a construção de moradias para as camadas mais populares, como vimos no programa dos Parques Proletários.

De imediato, o Código de Obras consolidou em definitivo a inviabilidade de acesso dos mais pobres a moradias juridicamente protegidas. As favelas, além dos estigmas de insalubridade e caos moral, passariam a enfrentar questões de clandestinidade e ilegalidade, em decorrência dos fundamentos jurídico-institucionais do Código.

Ainda que tenha acarretado uma série de problemas de ordem jurídica, o Código de Obras foi o primeiro instrumento oficial a reconhecer a existência de favelas na cidade do Rio de Janeiro. Valladares (2000) assinala que a favela, “uma vez oficialmente reconhecida, passa gradativamente a ser vista como um problema a ser administrado”. O Código, de acordo com Valladares, “que pode ser lido como a primeira política formal de governo relativa à favela, apresenta medidas puramente administrativas” (VALLADARES, 2000, p.19).

Com a criação do Código de Obras, verificou-se uma mudança na relação entre o Estado e as favelas, de intervenções tópicas para intervenções de escopo e alcance maiores. O “problema favela” tornou-se uma questão de Estado – e não mais apenas uma questão higiênica e moral.

A partir desse período, as políticas voltadas para as favelas passaram a integrar as agendas dos governos, tendo o “problema favela” ganhado cada vez mais intensidade e peso durante o processo de urbanização do Brasil. Dessa forma, em um

curto intervalo de tempo, de 1946 a 1960, foram criados diversos órgãos pelo Estado, ou com o apoio dele: Fundação da Casa Popular; Fundação Leão XIII; comissões da prefeitura do Distrito Federal e do governo federal voltadas para o tema; Serviço de Recuperação de Favelas; Cruzada São Sebastião; e o SERFHA (Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-higiênicas).

Em comum, essas iniciativas do Estado tinham a permanente tentativa de controle e normalização do espaço urbano e de suas camadas mais pobres. As razões, ora de fundo higienizador, ora urbanístico, tinham como finalidade, salvo raras exceções, eliminar as favelas do espaço urbano através da remoção (BRUM, 2010).

A Fundação Leão XIII, criada por iniciativa da Igreja e com apoio da prefeitura do Rio de Janeiro, tinha como objetivo prestar assistência material e espiritual para os moradores das favelas. A criação da Fundação (1946) estava alinhada a um movimento da Igreja de reforçar a penetração junto à população pobre, fazendo frente ao trabalho desenvolvido por grupos e partidos de esquerda. Uma das iniciativas da Fundação Leão XIII – em desalinho com o previsto no Código de Obras de 1937 – foi a implantação de serviços básicos de luz, água e esgoto em algumas favelas. A Igreja seguiu expandindo o trabalho próximo à população das favelas e, em 1955, Dom Helder Câmara fundou a Cruzada São Sebastião (SILVA, 2002). A Cruzada também trabalhou na melhoria da infraestrutura de diversas favelas e construiu um conjunto habitacional com o mesmo nome, que permanece até hoje no Leblon, bairro nobre da Zona Sul do Rio de Janeiro. Diversos autores, no entanto, apontam para o fato de que essas instituições desconectavam as demandas dos moradores de questões políticas mais amplas, de modo a diluir os possíveis efeitos da mobilização política esboçada como resistência a ameaças de remoção (Rios, 1992; Burgos, 1998; Lima, 1989, apud CAVALCANTI, 2009).

Em paralelo às iniciativas do poder público e às apoiadas por ele, como as instituições criadas pela Igreja Católica, surgiram as primeiras associações de moradores das favelas do Rio de Janeiro. Em 1945, um dos objetivos das primeiras comissões de moradores, como as dos morros do Pavão/Pavãozinho, Cantagalo e Babilônia era resistir à remoção para os Parques Proletários. Essas primeiras associações foram, em parte, estimuladas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). Nos anos 50, surgiram associações no Jacarezinho, na Barreira do Vasco e no Morro do Timbau, na área da Maré. Desde então, elas têm se multiplicado, algumas

resultando da mobilização dos moradores, com o auxílio de militantes de esquerda e da Igreja, outras criadas pelo próprio poder público.

O movimento dos moradores de favelas chegou a fundar a Federação das Associações das Favelas do Estado da Guanabara (Fafeg), que congregava mais de 70 associações de moradores e tinha dois objetivos fundamentais: resistir à política de remoções e lutar pela implantação de serviços públicos básicos nas favelas. Veremos melhor essa questão da associação e da reação dos moradores de favelas às iniciativas do poder público um pouco mais à frente.

Ainda que o Estado tenha reconhecido oficialmente a existência das favelas com o Código de Obras de 1937 e o “problema favela” tenha se tornado uma questão do poder público, os estudos sobre esse *ethos* insistiam em tratá-lo como um enclave rural na cidade, como exemplo crasso da anomia, da falta de organização e do desemprego. Um dos marcos na pesquisa empírica sobre as favelas cariocas, segundo Valladares e Medeiros (2002), foi o trabalho da SAGMACS (1960), dirigido por José Arthur Rios, pelo lado brasileiro, e coordenado pelo padre francês Louis Joseph Lebet. Questões como as relações entre associações de moradores, partidos políticos e planejadores, a política de remoção e a estratificação social nas favelas das grandes metrópoles tornaram-se tópicos importantes de pesquisa para a área sociológica.

As favelas, ao longo das décadas de 1940 e 1950, foram representadas através de duas abordagens distintas: por um lado, como “um problema social, estético, higiênico, urbanístico e policial”, por outro, a partir de “uma visão que enaltecia a cultura musical e artística do favelado e a sua luta diária pela sobrevivência” (PEREZ, 2007, p. 251).

Na era Vargas, é possível identificar os dois movimentos. Ao mesmo tempo em que as favelas passaram a ser controladas – Código de Obras - e muitas chegaram a ser removidas e/ou destruídas, elementos tradicionalmente associados ao ambiente da favela, como o samba, o malandro e a mulata, se converteram em símbolos de nacionalidade (PINTO, 2013).

Na gestão de Lacerda, essa dicotomia da forma como lidar e retratar a favela ficou ainda mais acentuada, como sugere Pinto (2013), em decorrência das tomadas de postura mais claras pela esquerda e pela direita. A esquerda, muitas vezes engajada na tarefa de conscientização, assumia uma postura empática com os moradores das favelas, procurando inserir-se na lógica sociocultural das comunidades, privilegiando a proposta de urbanização das favelas, em detrimento às ideias de erradicação. Já a

direita, encarnada pela figura do governador Carlos Lacerda, seguia enxergando as favelas como espaço a serem eliminados da cidade e realocados em conjuntos habitacionais. A ideia de Lacerda era fundamentada num projeto de cidade que previa a população proletária morando mais próxima dos novos distritos industriais da Zona Oeste, que se desenvolveriam por meio de incentivos fiscais e pela criação de infraestrutura.

Para os artistas da época - como os modernistas e, um pouco mais tarde, os cineastas do Cinema Novo -, a representação da brasilidade surgiu não só no sertão, como também no carnaval e na favela, o que pode ser notado no Manifesto Pau-Brasil: “O carnaval. O Sertão e a Favela. Pau-Brasil. Bárbaro e nosso” (ANDRADE, 2003). Dessa forma, reforçava-se os laços entre os dois espaços, fazendo a favela surgir como uma “filial” do sertão no seio da cidade, representando o nacional. Pinto (2013) aponta que esses ambientes se tornaram icônicos por estarem imbuídos de “autenticidade”, como locais onde a modernidade se fazia ausente.

O trabalho realizado pelos representantes do Cinema Novo, no período em que Lacerda era governador da cidade-estado, apresentava a modernização como um dos palcos da tragédia dos moradores de favelas. Registravam-se as angústias dos indivíduos que conviviam ora com a modernidade, ora com as condições precárias. Sujeitos às pressões advindas dessa alternância, esses personagens conviviam com angústias geradas pela degradação, divisão de trabalho, atomização social, solidão, vazio existencial e questionamento dos valores burgueses.

## 1.6 A REMOÇÃO COMO POLÍTICA PÚBLICA

Os planos urbanísticos elaborados para o Rio de Janeiro previam a expansão para as zonas Norte e Oeste, sendo esses os espaços adequados para a população proletária e para as classes mais baixas residirem. No entanto, em decorrência da localização, historicamente as favelas sempre apareceram como uma solução funcional para os moradores, em especial as da Zona Sul e da região da Tijuca, pois possibilitavam o acesso ao emprego nos melhores mercados de trabalho, a realização de biscates e o ingresso facilitado a serviços urbanos. Além disso, o caráter de comunidade permitia favores recíprocos entre parentes e vizinhos, como cuidar dos filhos dos outros, e compras a crédito – o dito “fiado” em comércios locais -, assim como a gratuidade da moradia (LIMA, 2013).

Fosse por critérios higienistas, morais, jurídico-institucionais ou, ainda, por influência da especulação imobiliária gerada pelo setor da construção civil, houve uma constância de postura do poder público na forma de lidar com as favelas: a tentativa de eliminá-las, em menor ou maior grau, ao longo dos anos. Inicialmente na forma de “solução” – conceito presente, como vimos, nos planos Agache e Doxiadis - , a remoção tornou-se política pública e uma prática recorrente no período entre 1930 e 1970.

O primeiro grande programa do estado voltado para as favelas foi lançado em 1942 - após a promulgação do polêmico e restritivo Código de Obras - no período do Estado Novo. O projeto dos Parques Proletários Temporários previa a remoção de moradores de favelas para conjuntos habitacionais, como diz o próprio nome, temporários. Eram construções multifamiliares, de um só pavimento, atreladas a serviços, semelhantes aos conjuntos habitacionais varguistas, construídas no local das próprias favelas. Os Parques surgiram como uma solução temporária, onde os favelados eram supostos de “aprender” a morar coletivamente, superando a condição de miséria. Somente após essa fase de “reeducação” estariam aptos a morarem nos conjuntos propriamente ditos. Em decorrência do fator “temporário”, as edificações dos Parques eram de madeira, mas a experiência de ocupação, organização e administração, calcada em princípios assistencialistas, seria verificada em outros conjuntos habitacionais construídos ao longo das décadas seguintes.

No universo governamental, os anos seguintes foram marcados por debates e organização de comissões para discutir a questão favela, mas sem a consolidação de programas específicos. Foram lançados os primeiros censos oficiais, um municipal em 1948 e um federal em 1950, cujo objetivo era levantar oficialmente o número de favelas e seus habitantes na então capital federal.

No ambiente midiático, o então jornalista e articulador político Carlos Lacerda lançou uma campanha, em 1948, batizada de “Batalha do Rio”. As favelas eram descritas como “núcleos de desagregação social”, e locais onde “malandros levantam barracos da noite para o dia, prejudicando a vida dos trabalhadores”.<sup>2</sup>

Na gestão de Lacerda à frente do governo do estado da Guanabara, o “combate” às favelas sofreu um acirramento. Lacerda criou um programa que acabou com 27 favelas da cidade, transferindo cerca de 42 mil pessoas para conjuntos

---

<sup>2</sup> *Jornal Vanguarda*, 13 de dezembro de 1947.

habitacionais em áreas afastadas da cidade, com a construção da Cidade de Deus, e das vilas Kennedy, Aliança e Esperança (BURGOS, 2006; VALLADARES, 1978). Contudo, o projeto de Lacerda para diminuir o número de favelas e regenerar o favelado em novo local de moradia, tirando-o de um ambiente marcado por condições precárias, fracassou em pouquíssimo tempo. Em um primeiro momento, a população das áreas ameaçadas começou a inchar devido à chegada de novos moradores, que também ansiavam pela realização do sonho da casa própria. Mais tarde, muitos moradores dos novos conjuntos passaram a sublocar ou vender os imóveis e retornar às favelas. Existiam, ainda, os que não foram capazes de arcar em dia com as prestações da nova moradia, sendo obrigados a abandonar suas casas.

Mesmo com as iniciativas dos anos anteriores, entre 1950 e 1960, o número de moradores de favelas praticamente dobrou, passando de cerca de 170 mil para 335 mil pessoas. Enquanto isso, diversos setores da sociedade cobravam uma solução urgente para o “problema favela”.

Com a deflagração do golpe militar em abril de 1964, o projeto nacional-desenvolvimentista tornou-se um dos objetivos centrais do novo regime, propiciando as condições para a execução do propósito de ordenamento do território urbano em uma escala jamais vista.

A ditadura civil-militar modificou drasticamente a relação entre Estado e favelas; a remoção, antes uma ameaça sempre presente na vida dos moradores das favelas, passou a ser executada com força total, garantida por uma forte repressão. No contexto ditatorial, o poder do voto, que havia sido usado pelos favelados em diversos momentos como estratégia de sobrevivência, não valia muita coisa, tornando bastante difícil qualquer tipo de tentativa de se contrapor aos interesses envolvidos na erradicação das favelas (BRUM, 2010).

Além disso, a estrutura de centralização política e administrativa do regime civil-militar permitiu uma maior disponibilidade de recursos técnicos e financeiros para implementar um projeto realmente efetivo de remoção. Em agosto de 1964 (Lei 4380 21/08/1964), o governo militar criou o Banco Nacional de Habitação (BNH), órgão financiador e responsável por programas habitacionais, cabendo a ele remover e assentar os moradores de favelas em novos locais. Inicialmente sem fontes de recursos, a atuação do Banco ganhou força em 1967, quando passou a contar com recursos oriundos do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), o que

ampliou consideravelmente o capital disponível (LANGSTEN, 1973, apud BRUM, 2013, p.181).

Em 1968, foi criada a Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana (CHISAM), vinculada ao Ministério do Interior, com a autarquia assumindo o controle direto de vários órgãos do governo do estado da Guanabara. A CHISAM garantia que a política para as favelas da Guanabara e da região metropolitana do estado do Rio ficaria sob o controle do governo federal.

Para o governo da Guanabara, a política de remoções significava “um positivo programa de assistência social, visando a longo prazo, a recuperação econômica, psicossocial e moral dos favelados.”<sup>3</sup> Já para Gilberto Coufal, coordenador da CHISAM, a administração pelo governo federal tinha como objetivo:

Evitar que cada órgão tenha sua diretriz própria; evitar que cada pessoa ou administrador manifeste opiniões diferentes a respeito do problema específico de cada favela. (...) É uma necessidade imperiosa de fixação de diretrizes e de uma política única do governo federal e dos dois Estados.<sup>4</sup>

Para explicar a motivação do governo federal em assumir uma questão que deveria ser da alçada estadual dos governos da Guanabara e do Rio de Janeiro, Coufal declarou:

O problema das favelas havia atingido um nível tal que jamais poderia ser solucionado isoladamente, pelos governos dos estados; as soluções ao problema indicam atuação na região metropolitana, no estado do Rio de Janeiro; parte da população das favelas se origina de migrantes de outros estados, e o controle destes fluxos migratórios só pode ser feito pelo governo federal.<sup>5</sup>

O objetivo da CHISAM era claro: eliminar as favelas do cenário do Rio de Janeiro. Considerados não integrados ao bairro onde a favela se localizava, os favelados precisavam regenerarem-se em novos ambientes e regiões da cidade, que seriam mais adequados a eles. A fala de Coufal, após estudos coordenados por sociólogos e assistentes sociais, resume esta ideia:

Chegou-se à conclusão de que o sistema de urbanização da favela não era psicologicamente favorável, pois os favelados continuam pensando, agindo e vivendo como favelados. Então, o filho daquele homem que morava na favela, vai crescer mentalmente um favelado.<sup>6</sup>

---

<sup>3</sup> *Rio: Operação Favela*. Governo do Estado da Guanabara, Rio de Janeiro, 1969.

<sup>4</sup> “Uma solução correta para o problema das favelas” in *Revista Agente*, ano 3, fev. de 1969.

<sup>5</sup> CHISAM. Metas alcançadas e novos objetivos do programa. BNH / Ministério do Interior. Rio de Janeiro, 1971.

<sup>6</sup> “Ex- coordenador da CHISAM é por integrar favelados”, *Jornal do Brasil*, 06/12/1971.



Uma das estratégias empreendidas pelo poder público, em especial a CHISAM, era apresentar a população satisfeita com a mudança. O órgão divulgava imagens que representavam os moradores felizes e confiantes, diante da chegada dos caminhões de mudanças que os levariam para os conjuntos habitacionais. Entretanto, o registro não revelava o outro lado da história: arbitrariedade, falta de transparência no tocante à escolha do apartamento, à divulgação de informações sobre o custo total e ao prazo de pagamento, à diferença entre a residência mostrada no papel e a habitação real e à comunicação das remoções na véspera (LIMA, 2013).

Um desses registros é o vídeo “Vida Nova Sem Favela”, de 1971, produzido pela Agência Nacional, órgão oficial de propaganda da ditadura civil-militar. O filme apresenta, de forma bastante elogiosa, as ações da CHISAM para erradicar as favelas do Rio de Janeiro. Como dito em um momento pelo narrador, “o lema é demolir para construir”.

A sequência inicial de “Vida Nova Sem Favela” apresenta o Cristo Redentor, através de uma tomada aérea que expande para o resto da cidade, mostrando o contraste entre a beleza da paisagem natural carioca e a ameaça em expansão das favelas. Em seguida, planos mais gerais e próximos, filmados do chão, expõem a movimentação rotineira da favela, sem que o espaço seja identificado.

Após essa sequência, entram em quadro os caminhões de mudança chegando em um conjunto habitacional, ambos com aspecto de novo. Neto (2014) ressalta a presença da marca da arquitetura moderna genérica dos conjuntos como cenário para movimentação dos caminhões, seguida do desembarque das famílias, em cenas que vão perdendo a sujeira imagética associada à favela na sequência anterior, e ganhando a ordem e o equilíbrio, tanto ao nível do que é representado quanto ao nível da representação. As cenas do desembarque são limpas, organizadas, quase como se fossem ensaiadas, diferindo da espontaneidade do registro da favela.

O locutor encerra o vídeo declarando: “Mais de cinquenta novos conjuntos residenciais foram erguidos para trinta e cinco mil famílias antes marginalizadas e vivendo em condições inumanas. Agora vida nova sem favela!”. Enquanto isso, um senhor engravatado abre a porta de um apartamento, dando passagem à entrada de uma família bem vestida, mas representando figuras de baixa renda. Neto (2014) sinaliza que as crianças são puxadas pela mão, por uma senhora com uma expressão de surpresa, uma espécie de constrangimento misturado com felicidade. É possível estabelecer um paralelo com cenas de programas de televisão populares, onde

acontecem sorteios e entregas de prêmios como carros ou casas. A diferença, aponta Neto (2014), fica por conta do engravatado: ele não é um apresentador de TV, mas sim a corporificação do Estado, ele é a própria agência narrativa do documentário.

Esse formato, de acordo com Neto (2014), encaixa-se em uma ética didática do documentário, a “ética da missão educativa”, que nasceu com o documentarismo inglês do Empire Marketing Board de John Grierson, a forma clássica do documentário dos anos 20 e 30. O discurso de exaltação, próprio da ética educativa e consolidado pelo Instituto Nacional de Cinema Educativo da Era Vargas, está presente em “Vida Nova Sem Favela”.

Para a CHISAM, a urbanização das favelas não resolveria o problema, pois permaneceria, entre os moradores, a mentalidade de favelado, como Coufal exprime nessas falas:

A urbanização das favelas do Escondidinho, Mangueira, Pavão e Pavãozinho (...) com a mudança, teriam seus ocupantes deixado de pensar e viver como favelados? As urbanizações nas favelas anteriormente citadas fizeram com que aquelas favelas deixassem de ser favelas? Ou seus moradores deixassem de ser favelados? (...) Se verificarmos os investimentos feitos nessas obras (...) ficaríamos perplexos com os gastos que a nada conduziram.<sup>7</sup>

A Fundação Leão XIII, fundada pela Igreja Católica, apresentava a mesma posição contrária à urbanização e em defesa da remoção. Délio Santos, presidente da instituição, explica:

Se por um lado a favela é uma solução, por outro, entretanto, traz problemas para a comunidade, problemas para o homem da própria favela. Maior para a comunidade, porque a existência destes aglomerados habitacionais subnormais implica uma série de investimentos por parte do governo nas próprias favelas: a necessidade do aumento da rede d’água, a criação de novas escolas e determinados equipamentos comunitários, trazendo também problemas de saúde. Em muitas favelas, principalmente as localizadas em terreno plano, as condições de salubridade são as piores possíveis.<sup>8</sup>

A FAFEG, ainda que com sua atuação bastante limitada em decorrência do regime civil-militar, declarou sua posição contrária às remoções. O texto da convocatória do II Congresso da FAFEG, em 1968, trazia a preocupação com a distância dos novos assentamentos:

Com o trabalho do homem, a cidade cresce, o progresso aproxima-se das áreas onde você habita, crescendo a cobiça desses lugares já valorizados.

---

<sup>7</sup> CHISAM: Origem – Objetivos – Programas – Metas. BNH / Ministério do Interior. Rio de Janeiro, 1969.

<sup>8</sup> “Fundação explica o crescimento das favelas no Rio” in *Revista Agente*, ano 3, fev. de 1969.

Embora a lei seja igual para todos, sempre vence o mais forte, e surgem as remoções para lugares longínquos, trazendo vários transtornos para o homem que vive de salário. O que será do trabalhador quando a cidade chegar em Vila Aliança, Vila Kennedy e Cidade de Deus? Para onde você vai?<sup>9</sup>

O projeto de “regeneração do favelado” e de reconstrução da paisagem urbana também atendia interesses econômicos e imobiliários. A eliminação de favelas da zona Sul permitiria a valorização desses terrenos e a consequente ocupação por classes de maior poder aquisitivo, enquanto os conjuntos habitacionais nas zonas Norte e Oeste abrigariam a mão de obra necessária para as fábricas instaladas nessas regiões, conforme o previsto em alguns dos planos urbanísticos vistos nessa pesquisa. Um documento da Companhia Estadual de Habitação da Guanabara (COAHB-GB) sobre a remoção da favela da Praia do Pinto exemplifica esse modelo:

A favela da Praia do Pinto era o símbolo vivo da descrença na feliz solução do problema de habitação de interesse social. Enquistada no coração do Leblon, foco de preocupação permanente, em resultado das péssimas condições sanitárias em que vegetavam seus moradores e dos aspectos sociais que o problema acarretava, a erradicação dessa favela assinalou um verdadeiro acontecimento na vida da população da Zona Sul.<sup>10</sup>

Os planos da CHISAM previam a remoção de todas as favelas do Rio de Janeiro até 1976; contudo, o órgão foi extinto em setembro de 1973. Ainda que a meta não tenha sido cumprida, a CHISAM removeu mais de 185 mil moradores de 62 favelas (remoção total ou parcial), transferindo-os para novas 35.517 unidades habitacionais em conjuntos nas zonas Norte e Oeste (PERLMAN, 1977). A maior parte das favelas e aproximadamente 60% dos barracos demolidos localizavam-se na zona Sul.

Algumas dessas remoções foram emblemáticas e serão objeto de análise mais a frente: a retirada, ainda nos anos 50, da favela no morro do Santo Antônio para a passagem da avenida Chile; o morro do Pasmado, em Botafogo, em 1964; a favela do Esqueleto, no Maracanã, em 1965; ilha das Dragas, na Lagoa, em 1970; Catacumba, na Lagoa, também em 1970; parte da favela da Rocinha, em 1970, para a passagem da autoestrada Lagoa-Barra; praia do Pinto, no Leblon, destruída para a construção do condomínio de luxo “Selva de Pedra”; Humaitá e Macedo Sobrinho no bairro do Humaitá; favela do Piraquê em 1969; Querosene e outras (PANDOLFI e GRZYNSZPAN, 2002).

---

<sup>9</sup> “Favelados se preparam para lutar contra a sua remoção” *Jornal do Brasil*, 31/11/1968.

<sup>10</sup> COHAB-GB, 1969, p.45.

Entretanto, o programa de remoções da CHISAM acabou mostrando-se inviável. Os moradores removidos apresentavam uma enorme dificuldade de adaptação às novas condições de moradia, o que levou muitos a abandonar os conjuntos habitacionais. A remoção para a periferia da cidade significava uma diminuição da renda familiar, pois, por se encontrarem mais distantes dos locais de trabalho, muitos perderam emprego, e houve um aumento dos gastos – custos de transporte, prestações da casa, impostos, entre outros. Segundo Valladares (1978), já em 1974, cerca de 94% dos mutuários encontravam-se inadimplentes.

No final dos anos 70, com a política de remoções do governo federal já extinta, houve uma retomada dos movimentos de moradores de favelas, seguindo uma tendência que se verificava em boa parte do país, de intensificação da vida associativa. Em 1979, surgiu na Rocinha o Movimento de Reorganização da Associação de Moradores (Mora). De acordo com um dos articuladores, para conseguir reativar a associação e afastar o interventor, “nós fizemos tudo: pichamos parede, soltamos folhetos, fizemos reuniões... e jogamos fundo naquela coisa que a gente achava errado que era a Associação de Moradores ser administrada por uma pessoa que não morava na Rocinha.” (PANDOLFI e GRZYNSZPAN, 2002).

No mesmo período, a Faferj – variação da Fafeg, após a fusão entre os estados da Guanabara e do Rio de Janeiro – retomou as atividades, e também foi fundada a Federação das Associações de Moradores e Entidades Afins do Rio de Janeiro (Famerj), que reunia associações de moradores da classe média. No entanto, enquanto as reivindicações da classe média versavam em torno de questões ecológicas, de impostos e outras taxas urbanas, a questão central dos moradores de favelas era a mesma de sempre: a luta pela implantação dos serviços públicos básicos no território da favela.

Com o fim da ditadura e o início do processo de redemocratização do país, voltou-se a discutir alternativas para o “problema favela”. Embora as favelas tenham continuado a ser estigmatizadas como áreas “marginais” e redutos da violência urbana, diversos fatores fizeram com que a erradicação em massa deixasse de ser vista como a “solução final” (MACHADO DA SILVA, 2002). O fracasso do projeto remocionista, a favelização das grandes e médias cidades, atingindo, inclusive, os próprios conjuntos habitacionais, e as mudanças na cultura política decorrentes de pressões dos movimentos sociais foram a tônica dessa transformação (GONDIM, 2012).

O governo Brizola (1983-1986) tornou-se um marco dessa mudança de inflexão, que será melhor analisada no próximo capítulo. Não à toa, muitos moradores de favelas ainda hoje lembram de Brizola em uma relação de admiração e agradecimento. A gestão do trabalhista procurou estabelecer um novo padrão na relação da polícia com os moradores, criou diversos programas cujo objetivo era a urbanização das favelas, além de ter estabelecido diálogo com as associações de moradores.

### 1.6.1 Como garantir legitimidade para as remoções

A narrativa do Estado para embasar e justificar a remoção era clara: a favela degrada o morador, logo, apenas com a extinção da mesma seria possível recuperar e ressocializar esses indivíduos. Fosse pelo aspecto higienista, fosse pelo aspecto moral, estava consolidado na sociedade que a remoção seria o melhor caminho e, portanto, plenamente aceitável. Coufal, como representante do Estado, resume o conceito de degradação do indivíduo:

Os menores, se continuarem nas favelas, serão, no futuro, adultos física, mental e moralmente favelados. É difícil, senão extremamente impossível, recuperar homens, mulheres e crianças em ambiente como o das favelas. Pelo que optamos pelo árduo, mas frutífero trabalho da erradicação.<sup>11</sup>

A remoção se propunha a acabar com os *mitos da marginalidade*, que seriam um conjunto de estereótipos do favelado como estigma da desorganização social, da desordem urbana e da violência. Todavia, as práticas remocionistas, por sua vez, acabaram por criar a população marginalizada que se pretendia eliminar. A remoção, segundo Perlman (2002, p.236), constituiu “nítida expressão do fenômeno geral da ideologia da marginalidade, que age como uma força material no sentido de diminuir o poder de barganha de certos setores populares, isolando-os do resto do povo”.

Logo, é possível afirmar que esses *mitos da marginalidade* facilitaram a aceitação e, de certa forma, justificaram a implementação de qualquer política oficial que se refira direta ou indiretamente aos setores populares da sociedade urbana. A remoção foi aceita como parte da reestruturação do sistema urbano porque os favelados eram considerados marginais, logo, dispensáveis. Uma vez que eram marginais, também não tinham direitos ou exigências a fazer ao sistema, sendo, portanto, mais fáceis de manipular (PERLMAN, 2002).

---

<sup>11</sup> “Uma solução correta para o problema das favelas” in *Revista Agente*, ano 3, fev. de 1969. (pp 18-20)

Um outro eixo frequente no discurso pró-remoção era a defesa de um local de moradia limpo, sadio, correto, alinhado com os padrões higiênicos vigentes. Cabia ao Estado realizar essa intervenção e prover um espaço adequado e redentor aos moradores das favelas. Foucault em “A História da Sexualidade – A vontade de saber” discorre sobre o momento em que o poder se incumbiu da vida e não mais da morte dos indivíduos; ou seja, do momento em que o poder passa a compreender toda a superfície que se estende do corpo à população, mediante o jogo das tecnologias da disciplina e da regulamentação.

Foucault (1988) aponta que a partir da época clássica, o Ocidente conheceu uma transformação profunda dos mecanismos de poder, tornando-se um poder destinado a produzir forças, a fazê-las crescer e a ordená-las mais do que barrá-las, dobrá-las ou destruí-las. Ou seja, a função do poder passa a ser a de gerir a vida e a ordenar-se em função de seus reclamos.

Essa forma de poder – de gerir a vida - desenvolveu-se em duas formas principais, de acordo com Foucault: 1) o corpo como máquina – “no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos” (FOUCAULT, 1988, p. 151), em resumo, um poder disciplinar; e 2) corpo-espécie – “transpassados pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade” (FOUCAULT, 1988, p. 152), ou seja, uma biopolítica da população. Enquanto o primeiro polo desenvolve-se em torno das disciplinas do corpo, o segundo versa sobre as regulações da população.

A função mais elevada do poder agora é investir sobre a vida, de cima a baixo, e não mais matar. Todavia, esse poder terá a necessidade de mecanismos contínuos, reguladores e corretivos. Foucault (1988) indica que para isso é necessário distribuir os vivos em um domínio de valor e utilidade. Cabe ao poder dessa natureza a qualificação, a medição, a avaliação, a hierarquização; não se faz mais necessário traçar uma linha para separar os súditos obedientes dos inimigos do soberano, a nova forma de poder que administra a vida opera distribuições em torno da norma. Ou, ainda, “não quero dizer que a lei se apague ou que as instituições de justiça tendem a desaparecer; mas que a lei funciona cada vez mais como norma e que a instituição judiciária se integra cada vez mais num contínuo de aparelhos (médicos, administrativos, etc) cujas funções são sobretudo reguladoras” (FOUCAULT, 1988,

p.157).

Foucault retoma a máxima de Aristóteles, que permaneceu durante milênios, que diz que o homem é um animal vivo, capaz de existência política; já o homem moderno é um animal, em cuja política, sua vida de ser vivo está em questão.

Traçando um paralelo com as políticas remocionistas, podemos enxergar o poder público exercendo uma função parecida com essa de administrar a vida: seja pela condição de risco – como veremos mais a frente, várias favelas localizam-se em área de risco -, ou pela precariedade da moradia, cabe ao poder garantir a vida daqueles indivíduos. A vida, enquanto o modelo conhecido como o correto, nas condições consideradas adequadas de higiene, de empregabilidade, de relação com os outros. Ou seja, o poder legitima a intervenção no espaço e nos corpos dos indivíduos que moram nas favelas por meio da remoção, já que a sua função primordial é a gestão da vida.

O prefeito Henrique Dodsworth desejava com a instalação dos Parques Proletários, por exemplo, recuperar o indivíduo, deformado pela promiscuidade macabra da favela. Em paralelo, o poder público criou uma comissão coordenada por um médico, o Dr. Victor Tavares Moura, que em 1941 entregou um relatório com sugestões de ações de ordem preventiva e de cunho realizador. As preventivas seriam: a) controle da entrada no Rio de Janeiro de indivíduos de baixa condição social; b) recambio de indivíduos de tal condição para os estados de origem; c) fiscalização severa quanto às leis que proíbem a construção e reconstrução de casebres; d) promoção de forte campanha de reeducação social entre os moradores das favelas, para corrigir hábitos pessoais de uns e incentivar a escolha de melhor moradia. As ações de cunho realizador seriam: “casas provisórias, pelo menos do tipo mínimo permitido pela lei, serão imediatamente construídas e para elas transferidos os moradores dos casebres, tendo em vista as suas condições de saúde, de trabalho e, de defesa contra a varíola, difteria, doenças do grupo colitrífico, além de inspeção torácica e apurações de conduta social”. (NASCIMENTO, 2008).

Outra iniciativa do poder público foi a realização de concursos com entrega de prêmios para a casa mais higiênica e agradável, dentro dos Parques Proletários, com votação feita pelos próprios moradores, onde a casa premiada recebia uma placa com a letra E, significando eficiência. As visitadoras sociais seguiam promovendo inquéritos individuais e familiares que visavam conhecer de perto a realidade e a demanda dos moradores, para propor um plano de transformação:

(...) esse Serviço conseguiu junto às famílias e seus filhos resultados extraordinários quanto à educação higiênica; frequência escolar, espírito de cooperação e disciplina. As visitadoras sociais, penetrando nos lares, conseguiram modificar, de um modo geral, o ambiente doméstico.<sup>12</sup>

Nos conjuntos habitacionais construídos pela DHP havia, por exemplo, uma preocupação com o controle, com o intuito de que nada escapasse das linhas gerais dos planos previamente organizados. Essa questão refletia diretamente no tema da propriedade dos apartamentos, assunto que dominou boa parte das discussões sobre habitação popular construída pelo poder público. Os partidários da compra defendiam que a propriedade significaria a consolidação das riquezas geradas pelo trabalho. Os defensores do aluguel, como o grupo diretor do DHP, acreditavam que esta seria uma forma verdadeiramente viável de garantir o acesso da população à moradia. Além disso, havia um aspecto, ainda que velado, fundamental: o da possibilidade de que as casas permanecessem sob a administração pública, ou seja, sob o controle daqueles que idealizaram os planos habitacionais e urbanísticos. Dessa forma, o indivíduo deveria submeter-se e seguir as regras e normas impostas pelo poder público (NASCIMENTO, 2008).

Esse mesmo bio-poder, ainda segundo Foucault (1988), foi elemento indispensável para o desenvolvimento do capitalismo, que foi viabilizado e garantido às custas “da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos” (FOUCAULT, 1988, p.153).

Entretanto, ao realizar a remoção desses indivíduos, mesmo que justificada pelas questões de higiene e controle sobre a vida, o poder público acabou por marginalizá-los, ao os colocar em espaços distantes do centro, como vimos na questão dos *mitos da marginalidade*. Ou seja, ainda que para uma parcela da sociedade e, sobretudo, para o poder público a remoção esteja justificada como um exercício de administração da vida, ela gera uma exclusão desses indivíduos dos círculos produtivos e do sistema em pleno funcionamento da cidade.

Foucault (1988) nos lembra que:

foi a vida, muito mais que o direito, que se tornou o objeto das lutas políticas, ainda que estas últimas se formulem através de afirmações de direito. O “direito” à vida, ao corpo, à saúde, à felicidade, à satisfação das necessidades, o “direito, acima de todas as opressões ou “alienações”, de encontrar o que se é e tudo o que se pode ser, esse “direito” tão

---

<sup>12</sup> Pinheiro, s/d apud Nascimento, 2008, p.89.



incompreensível para o sistema jurídico clássico, foi a réplica política a todos esses novos procedimentos de poder que, por sua vez, também não fazem parte do direito tradicional da soberania”. (FOUCAULT, 1988, p. 158).

Havia, ainda, o discurso em prol do progresso, presente em alguns casos de remoção que estudaremos mais detalhadamente à frente. Era necessário para o país e para o Rio de Janeiro – tanto como capital quanto como cidade-estado – apresentar marcas de progresso e modernidade. Logo, as favelas estariam em descompasso com esse ideário de boa cidade, como visto nas ideias que fundamentaram os planos Agache e Doxiadis. Assim, podemos afirmar que o desejo de progresso e de uma cidade conectada com o modernismo também influenciou e legitimou as práticas remocionistas implantadas no período analisado.

### 1.7 O JORNALISMO CARIOCA NOS ANOS 40-60

Um dos objetivos dessa pesquisa é analisar as construções narrativas sobre os processos de remoção de favelas na cidade do Rio de Janeiro. Após o estudo sobre os discursos e falas do poder público, pretende-se examinar essas narrativas midiáticas. Para isso, é importante contextualizar como se estruturavam e quais eram as diretrizes da imprensa carioca no período analisado - dos anos 1930 aos 1970 - para efetivamente analisar alguns casos de remoção nessa mídia.

Na década de 40, o jornalismo estabelecia relações de grande proximidade com a política, servindo a maioria dos diários como instrumento político. Os jornais eram pequenos tanto em tiragem quanto em recursos econômicos, funcionando, acima de tudo, como porta-vozes do Estado ou de grupos políticos que financiavam o veículo em parte ou na totalidade. O formato do texto era essencialmente opinativo, imbuído de uma linguagem agressiva e virulenta, sujeita às paixões geradas pelos debates e polêmicas (RIBEIRO, 2003). O alto grau de alfabetização e a crescente urbanização da população carioca favoreceram, mais do que em qualquer outra região do país, o debate político por meio da imprensa, o que se tornou um dos principais instrumentos na conquista do capital político necessário para ocupar um lugar relevante nas disputas cariocas (MOTA, 1999).

Dois governadores do estado da Guanabara – Carlos Lacerda e Chagas Freitas – tiveram relações ainda mais próximas da imprensa. Ambos começaram cedo na atividade de jornalista e no início dos anos 50 eram proprietários de jornais que,

seguindo a tradição, tornaram-se bases de sustentação de suas futuras carreiras políticas. Lacerda fundou a *Tribuna da Imprensa*, em 1949, e, em 1950, Chagas Freitas assumiu a direção de *A Notícia*. Em 1951, Chagas Freitas fundou O Dia, jornal ainda em circulação (MOTTA, 1999).

No mesmo período, o jornalismo empresarial foi substituindo o modelo político-literário, e os jornais passaram a apresentar mais a informação do que a polêmica, a crítica ou a doutrina; e a separar – editorial e graficamente – o comentário pessoal e a opinião. Ribeiro (2003) aponta que essa mudança no jornalismo carioca se deu através da incorporação de uma série de práticas discursivas advindas, sobretudo, do jornalismo norte-americano.

A influência norte-americana trouxe ao jornalismo carioca um conjunto de restrições formais que diziam respeito tanto à linguagem quanto à estilização do texto. O novo formato permitiu um aumento da comunicabilidade e facilitou a produção de mensagens. Além disso, as novas regras retiravam, supostamente, qualquer caráter emotivo e participante; adotando um estilo direto, sem o uso de metáforas (RIBEIRO, 2003).

Contudo, Ribeiro (2003) indica que, enquanto a modernização do jornalismo ocorreu nos Estados Unidos e na Europa em decorrência de questões econômicas, no Brasil, a incorporação de técnicas modernas esteve ligada à luta política, ainda que os interesses econômicos tenham igualmente impulsionado as mudanças. Ribeiro (2003) aponta, também, para o fato de que nos anos 50 não havia nenhuma contradição entre a lógica da empresa jornalística e a lógica da política. Havia um ajuste fino em que uma se adequava à outra, às vezes de maneira perfeita, às vezes precariamente.

Ribeiro (2003) relembra que o período pós-guerra implicou novos ajustes e o aspecto empresarial começou a prevalecer, em decorrência de dados econômicos – como taxas cambiais, inflação, preço das matérias-primas – que passaram a influenciar diretamente a produção dos jornais. No entanto, defende:

a hipótese de que o aspecto político jamais desapareceu totalmente, exercendo um papel fundamental - estrutural - na dinâmica das empresas jornalísticas. Apesar de se terem afirmado imperativos de gestão e de administração, estes ainda não eram suficientes para garantir a autonomia das empresas. Por isso, os jornais jamais deixaram de cumprir um papel nitidamente político. O apoio a determinados grupos que estavam no poder ou na oposição (dependendo da conjuntura) era essencial para garantir a sobrevivência de algumas empresas, fosse através de créditos, empréstimos, incentivos ou mesmo publicidade (RIBEIRO, 2003, p.156).

Enquanto nos Estados Unidos a publicidade permitiu o surgimento de jornais de grande tiragem e baixo preço, por conta da *publicity press*, aqui a maior parte dos jornais possuía um arranjo econômico fraco, o que tornava os veículos dependentes de favores, subsídios e subvenções. Dessa forma, o jornal brasileiro, ainda que com a incorporação de técnicas modernas e o fim da redação opinativa, mantinha-se conectado com as estruturas de poder vigentes, longe de possuir uma real autonomia da política.

## 1.8 CONSTRUÇÕES NARRATIVAS SOBRE O PROCESSO DE REMOÇÃO DA FAVELA DO ESQUELETO

Diante desse contexto de proximidade entre o poder público e a imprensa, iremos analisar a narrativa jornalística da remoção da Favela do Esqueleto, ocorrida nos anos 60. A remoção da comunidade aconteceu, *a priori*, em decorrência de uma grande obra pública que gerou necessidade desse uso do espaço, além das demandas higiênicas e morais. A escolha desse recorte se dá para que seja possível estabelecer uma melhor linha de comparação com as remoções atuais, também geradas por obras da prefeitura, e para que abarque as dimensões de progresso e as questões previstas nos planos urbanísticos já analisados.

Para a análise desse caso, escolhemos três jornais da época: *Última Hora*, *Diário Carioca* e *Correio da Manhã*. Por meio da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional foi possível pesquisar esse processo de remoção na imprensa carioca, utilizando a palavra-chave “favela do esqueleto” no período entre 1960 e 1969.

Os três veículos analisados passaram pelo processo de modernização do jornalismo, tanto no modelo da escrita – manual de redação –, quanto da forma – textos, a princípio, mais objetivos do que de opinião –, além da reformulação gráfica e, por fim, da reestruturação física e econômica das empresas. No entanto, como visto, no período após a modernização os jornais permaneceram em estreita relação com o poder público.

A remoção da Favela do Esqueleto deu-se durante a ditadura civil-militar, portanto, é importante abrir um espaço para tratarmos da relação desses veículos com o regime da época.

O *Correio da Manhã* era um jornal voltado para a classe média conservadora, inclinado às tendências político-econômicas liberais, e assumia, comumente, uma

postura de oposição ao governo. O veículo era o matutino com maior número de vendas no Rio de Janeiro, ao lado do *Jornal do Brasil*. O *Correio da Manhã* era um crítico ferrenho do presidente João Goulart e publicou dois editoriais ( “Basta!” – 31/03 e “Fora!” – 1/04) no momento da decretação do golpe, chegando a apoiar por alguns dias a ação dos militares. Contudo, quando o regime começou a exibir seu caráter ditatorial, o jornal voltou a ser oposicionista do governo. Sodré (1999) observa que, neste momento “o *Correio da Manhã* teve a sua fase gloriosa, tornando-se, em 1964 e 1965, o baluarte das liberdades individuais, no protesto e na denúncia das torturas, das arbitrariedades que passaram a constituir o cotidiano da vida brasileira”.

O *Correio da Manhã* passou a denunciar, dentre outras ações, as invasões dos militares às redações de jornais e emissoras de rádio e televisão, como *Tribuna da Imprensa*, *O Globo*, *Diário de Notícias*, *Rádio Jornal do Brasil* e *Última Hora*. A postura contrária à ditadura custou ao jornal o fim do contrato de diversos anunciantes, iniciando a crise financeira da empresa. Sodré (1999) aponta que o *Correio da Manhã* viveu um paradoxo: grande prestígio entre os leitores e edições esgotadas, ao mesmo tempo em que se iniciava uma grave crise financeira. Diante da sequência de problemas econômicos, aliada à perseguição pelo regime civil-militar, o jornal encerrou as atividades na década de 70.

Precursor na adoção das técnicas norte-americanas de jornalismo, o *Diário Carioca* lançou, ainda em 1950, o primeiro manual de redação e estilo do Brasil, com 16 páginas e escrito por Pompeu de Souza, editor-chefe do veículo. Uma fala de Pompeu de Souza exemplifica a mudança implementada no modelo de fazer jornalismo da época:

Ninguém publicava em jornal nenhuma notícia de como o garoto foi atropelado aqui em frente sem antes fazer considerações filosóficas e especulações metafísicas sobre o automóvel, as autoridades do trânsito, a fragilidade humana, os erros da humanidade, o urbanismo do Rio. Fazia-se primeiro um artigo para depois, no fim, noticiar que o garoto tinha sido atropelado defronte a um hotel. Isso era uma reminiscência das origens do jornalismo, pois o jornal inicial foi um panfleto em torno de dois ou três acontecimentos que havia a comentar, mas não noticiar, porque já havia informação de boca, ao vivo, a informação direta.<sup>13</sup>

O *Diário Carioca* assim como o *Correio da Manhã* adotava uma postura crítica aos governos, figurando, inclusive, na lista dos que não deveriam receber dinheiro de publicidade do governo, na gestão de Getúlio Vargas (RIBEIRO, 2001).

---

<sup>13</sup> Souza, 1988: 24-9

Após 1964, o jornal manteve-se no lugar de oposição ao governo, tendo o jornal chegado ao fim em dezembro do ano seguinte.

A *Última Hora*, de Samuel Wainer, mantinha uma relação notória de grande proximidade com o poder público, em especial o segundo governo de Getúlio Vargas. Foi, inclusive, por conta dessa interseção que o jornal conquistou diversos empréstimos e investimentos públicos e privados. No entanto, a *Última Hora* assumiu, como os outros dois veículos aqui analisados, o papel de oposição ao regime civil-militar, publicando matérias de denúncia e editoriais contrários ao governo. O jornal não conseguiu resistir ao período de concentração econômica da imprensa gerado pela ditadura, aliado à censura, à perseguição e à prisão do corpo diretor do jornal, encerrando as atividades na década de 70.

Retomando o nosso objeto de análise, a favela do Esqueleto surgiu a partir dos escombros do inacabado Hospital das Clínicas da Universidade do Brasil, próximo ao atual Estádio do Maracanã. A comunidade chegou a ter quase quatro mil barracos e cerca de 12 mil moradores. Com os planos de expansão rodoviária da década de 60, a favela sofreu o primeiro processo de remoção: a abertura de caminho para a passagem da Radial Oeste. Em seguida, ainda nos anos 60, a favela do Esqueleto passou por uma nova e definitiva remoção, dessa vez para a construção da Universidade do Estado da Guanabara – atual Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

Ainda que, como dito, os jornais apresentassem posturas críticas ao governo, a maioria das matérias encampa, em algum grau, o discurso apresentado pelo poder público para a “solução” das favelas. Não há uma defesa panfletária, porém, o conceito de avanço do progresso está presente em boa parte das matérias, como veremos a frente.

No começo de 1960, a favela do Esqueleto figurou diversas vezes nos jornais em matérias sobre violência, assassinato e crimes passionais, mas já noticiavam-se as ameaças de remoção. Em 20 de janeiro de 1960, o *Correio da Manhã* publicou na capa a manchete “Cidade que acompanha o progresso”. A matéria enumerava as modificações físicas no cenário da cidade e exaltava o progresso:

Aos poucos, esta Cidade Maravilhosa vai modificando sua fisionomia. Edifícios são construídos aqui e ali, onde antes se erguiam casas. Onde hoje é um terreno baldio, amanhã já haverá um tapume indicando a breve construção de um grande prédio de apartamentos. É o progresso, em última palavra.

O texto ressaltava, ainda, as obras viárias em execução, empreendidas pelo poder público: avenidas Perimetral, Radial-Oeste, túneis Catumbi-Laranjeiras, Barata Ribeiro-Raul Pompeia que, de acordo com o texto, garantiam um aspecto diário de modernização à cidade. Por fim, a matéria dedicava atenção especial à avenida Radial-Oeste, considerada “a principal artéria do tráfego da zona Norte e, especialmente, dos subúrbios da Central”. A favela do Esqueleto aparece de forma sutil na reportagem, sem citar os moradores, nem mesmo usar o termo remoção: “Prosseguindo o seu traçado, atingirá os terrenos onde foi iniciada, há anos, a construção do Hospital de Clínicas, hoje transformada na favela do Esqueleto, para alcançar a rua São Francisco Xavier (...)”.

Já no final de 1960, surgem matérias citando o ajuste entre os moradores da favela e o poder público. A reportagem publicada em 21 de dezembro de 1960 na *Última Hora*, cujo título é “Esqueleto resistirá a Lacerda – favelados em pé de guerra contra ameaça de expulsão”, começa com uma fala de resistência:

Daqui só sairemos com outras moradias. Se o governo usar de violência para retirar-nos, haverá muitas mortes, pois lutaremos por todos os meios em defesa de um abrigo para nossas famílias. Esta é a opinião unânime dos trabalhadores favelados do Morro do Esqueleto (...).

A matéria da *Última Hora* dá espaço para que os trabalhadores exaltem o esforço e o trabalho envolvido para que conquistassem as casas próprias na favela:

A grande maioria de nossos casebres custa mais de 80 mil cruzeiros e, constantemente, realizamos melhorias, empregando nossas economias. Fique certo o Sr. Governador que com o operário não se brinca e muito menos com família de operários. Nossas propriedades serão defendidas até com nosso próprio sangue, se for preciso.

O texto encerra citando o sobrevoo realizado por Carlos Lacerda, sob a favela, seguido da visita de emissários do palácio Guanabara com o “objetivo de ‘doutrinar’ os moradores para que aceitem a expulsão sem lutar”. A justificativa apresentada pelo poder público era de que aquele local estava reservado para a industrialização.

O sobrevoo de Lacerda também foi assunto de matéria no *Correio da Manhã* em 20 de dezembro de 1960. A reportagem “Lacerda viu que Esqueleto de pé mata avenida”, informa que Lacerda viu “os barracos que impedem o prosseguimento da abertura daquela artéria” e, ao regressar ao palácio, “determinou diversas medidas, entre elas a indenização dos favelados e o imediato reinício das obras da avenida, de grande importância na regularização do tráfego na zona Norte”.

Acompanhando quase dez anos do processo de remoção da favela do Esqueleto nos três veículos, podemos identificar diversos momentos da relação com o poder público. O local de destino dos moradores modificou-se diversas vezes: Vigário Geral, Vila Kennedy, em Bangu, e Nova Holanda, na Avenida Brasil, foram os principais deles. Houve também divergência sobre o número de pessoas que deveriam ser removidas; inicialmente dizia-se que todos deveriam ser retirados para a construção da avenida Radial-Oeste, projeto que só foi finalizado com a cessão do terreno para construção da Universidade da Guanabara anos mais tarde.

No entanto, o que nos interessa nessa análise é a construção narrativa dos jornais acerca dos processos de remoção. Pretendemos, por meio de extratos das matérias, abordar algumas questões como a incorporação do discurso governamental e de progresso pelos jornais; o ideário de bem comum; a opção majoritária pelas vozes institucionais; a presença da luta de classes e, por fim, a dimensão de sofrimento.

O discurso do progresso, presente na matéria de 1960 do *Correio da Manhã*, repete-se em diversas outras reportagens. É importante notar que, apesar de serem veículos críticos ao governo, em diversos momentos os jornais encampam o discurso oficial, sendo uma das vertentes justamente a do ideário de progresso. No *Diário Carioca*, em 7 de janeiro de 1961, a favela é retratada como uma pedra no caminho do progresso; em uma foto aérea com vista da avenida em obras e da favela, a legenda era “Um grande obstáculo – O trecho assinalado da avenida Radial-Oeste deve prosseguir até desembocar na rua Oito de Dezembro, desafogando o tráfego, da rua São Francisco Xavier. Mas há uma pedra no caminho, chamada Favela do Esqueleto”. O discurso repete-se em outra matéria do *Diário Carioca*, de 13 de julho de 1962, cuja foto principal é de um trator no meio da favela, seguida da legenda: “Progresso cortando a favela – O progresso do Estado, atormentando o tráfego de veículos, obrigou a construção de novas estradas. A Radial-Oeste corta, bem pelo centro, a Favela do Esqueleto”. A favela aparece como um entrave no meio do caminho do progresso que pode, entretanto, ser rapidamente eliminado através de tratores, como segue na matéria intitulada “Tratores invadiram favela do Esqueleto”: “Para abrir o trecho da Radial-Oeste que atravessa a Favela do Esqueleto foi necessária a retirada de cerca de 400 barracos cujos moradores foram encaminhados, pela Fundação Leão XIII, para conjuntos residenciais especialmente construídos para favelados”.

Já o *Correio da Manhã* exalta a rapidez da obra em 10 de agosto de 1961. Com uma foto da obra e o título de “Ritmo Acelerado”, a reportagem decreta o avanço da Radial-Oeste a caminho da Favela do Esqueleto:

As obras estão sendo realizadas em ritmo acelerado e duplicarão a avenida que margeia a estrada de ferro. Ainda este ano, a Radial-Oeste passará pela faixa da favela do Esqueleto, dependendo esse melhoramento da fundação Leão XIII, com quem a SURSAN mantém convênio para a retirada dos barracos.

Em 1965, o *Correio da Manhã* sinaliza as vantagens da remoção e o conseqüente progresso na capa do periódico:

É o mesmo céu de Copacabana, porém o asfalto é de terra pisada, amontando pequenas porções de lixo, aqui e ali. São as garotas de Ipanema, só que não tão vestidas ou despidas como as do asfalto. A favela do Esqueleto com 3.200 barracos, abrigando cada um mais de cinco moradores, vai desaparecer do mapa de Vila Isabel, para entrar no de Vila Kennedy. A maioria dos moradores da favela já está resignada com a mudança: alguns até gostam da ideia. As crianças do Esqueleto, assim como Maria Madalena Dias de Sousa, de 11 anos, dizem: ‘Vila Kennedy é mais limpinho. Cá é muito sujo’. E assim, cada um deles está ‘juntando os trapinhos.’<sup>14</sup>

A remoção era defendida pelo governo como a melhor “solução” para todos. A nova moradia seria um espaço devidamente ajustado às regras morais e higiênicas que a sociedade ditava, sendo assim, uma medida em prol do bem comum. Tal discurso também aparece em diversas das matérias analisadas, como essa do *Correio da Manhã* de 13 de maio de 1961 – que, aliás, apresenta uma outra justificativa para a remoção da favela do Esqueleto:

Visando melhorar as condições higiênicas do Maracanã, bem como permitir maior escoamento das águas e evitar enchentes, a favela do Esqueleto será transferida para Vigário Geral. A determinação é do governador do estado, depois de ter mantido entendimentos a respeito com o presidente Jânio Quadros.

Uma reportagem publicada pelo *Diário Carioca* em 31 de outubro de 1964 – “Esqueleto todo foi saber como vai ser mudança para Bangu”- relata uma reunião dos moradores com o poder público para esclarecimentos da remoção. No encontro, a nova moradia é apresentada como a melhor solução para todos, deixando claro que não haveria possibilidade de permanecer no local:

A Sra. Vilma Pinto (assistente social da COHAB) durante sua exposição anunciou que todos os buracos da favela do esqueleto serão visitados por assistentes sociais que tomarão conhecimento das condições de cada família e número de pessoas. Além disso, todos os moradores do Esqueleto poderão visitar a Vila Kennedy e conversar com seus habitantes, tomando

---

<sup>14</sup> *Diário da Manhã*, Favela do Esqueleto vai desaparecer: Vila Kennedy espera os novos donos, 26/06/1965



conhecimento das condições de vida no local, que possui posto médico, núcleo escolar e quatro linhas de ônibus. Em breve será construída também uma praça de esportes.

Nos três jornais – *Correio da Manhã*, *Última Hora* e *Diário Carioca* – nota-se que a fala do morador da favela aparece em poucas matérias. Na maioria delas, leva-se em consideração o discurso oficial do governo, seja por meio da fala de engenheiros, técnicos ou da declaração de algum político. Em mais de um caso, o jornal abre espaço para um representante do poder público demonstrar tristeza com a remoção da comunidade. É o caso da matéria de 26 de junho de 1965 do *Diário Carioca* em que é ouvido o delegado do posto policial da comunidade:

Segundo o delegado Valdir Veríssimo, o pessoal da favela é leal e amigo. (...) O delegado Valdir Veríssimo, que está no lugar do falecido Perpétuo, fundador da delegacia local, também é muito querido pelos favelados, especialmente por distribuir balas, roupas e sapatos, às crianças que sempre o cercam. Está triste com a remoção dos favelados, pois assim a delegacia não terá razão de ser. Outro problema o aflige. Poderia ser transferido e já está com saudades das crianças.

Quando ouvidos, os moradores da favela reclamam, em sua maioria, da distância da nova moradia escolhida pelo poder público. Paira entre eles um descontentamento com o novo trajeto que deveria ser percorrido até o trabalho, representando um maior gasto com transportes. Há, aqui, um traço importante para a análise: o problema da remoção para os favelados está relacionado à uma questão de fundo prático. Dessa forma, podemos afirmar que o conceito de “luta de classes” permeia tanto a insatisfação dos futuros removidos, quanto a própria cobertura jornalística. São diversos os exemplos desse caso: em reportagem do *Correio da Manhã* de 29 de novembro de 1964, os moradores organizam-se contrários à remoção e argumentam “os favelados provaram que a remoção para vilas distantes é prejudicial a todos os trabalhadores. E mais: afirmaram que a urbanização só não dará certo ‘se o serviço for mal feito’, em que a remoção apenas prova que ‘o trabalhador quando está bem localizado, está mal para as autoridades”.

Em uma reportagem do *Diário Carioca*<sup>15</sup>, também realizada durante o movimento organizado pela FAFEG de resistência à remoção<sup>16</sup>, Pedro Alves de Assis, presidente

---

<sup>15</sup> *Diário Carioca*, Favelado do Esqueleto vai morar longe sem discussão, 18/10/1964

<sup>16</sup> O presidente da FAFEG, Etevaldo Justino de Oliveira, foi detido por três dias no DOPS, após a tentativa de organizar um plebiscito para que a população da Favela do Esqueleto se posicionasse sobre a remoção. Depois da detenção, o movimento de resistência cessou na comunidade, terminando com a remoção para Vila Kennedy - daqueles que poderiam pagar as prestações -, e para o Parque Proletário Nova Holanda – os que não tinham renda nem condições financeiras de arcar com a compra de um imóvel popular.

da Associação dos Amigos da Vila São Jorge – forma como a favela do Esqueleto também era conhecida – declarou:

Sinceramente vejo muito mal essa mudança, pois a maioria dos trabalhadores da favela têm seus empregos próximos a ela e sofrerão profundas mudanças em suas vidas. Não podemos esquecer que a Vila Kennedy fica em Bangu, distante da cidade, e que a nossa ida para lá representará grande ônus financeiro devido ao elevado preço das passagens.

O sofrimento dos moradores da favela do Esqueleto com a remoção passa diretamente pela questão da luta de classes. Não há uma apresentação de sofrimento de forma individualizada, todos sofrem pela situação de todos; há um sentimento de desgraçamento e infortúnio coletivo. A reportagem de 21 de janeiro de 1962 do *Correio da Manhã*<sup>17</sup> traz alguns exemplos disso:

Agora, depois da acomodação precária, da nódoa formada, da faixa ocupada, veio a determinação encarada como desumana. 80 milhões dispõe a Fundação Leão XIII para mudar oitocentos barracos do Maracanã, para uma nova favela em Ramos. A medida vem causando revolta dos moradores daqueles casebres, que são mais de 3 mil. Argumentam que vão para um local onde não existe bonde e a condução é cara e demorada. Dizem que as crianças, já matriculadas em escolas próximas, teriam dificuldades. Salientam que a nova favela apresenta as mesmas deploráveis condições, sem uma rede de esgotos, sem água e com deficiência de luz.

Uma foto na capa do *Diário Carioca* de 19 de outubro de 1964, intitulada “O calvário precoce”, em que aparece uma criança bem pequena, segurando um pedaço de madeira, dá a dimensão do sofrimento e a possibilidade de redenção, do ponto de vista do governo, através da remoção:

Até o espanto tem um jeito passivo na inocência desta criança ferida pela miséria. No mundo de tábuas, terra e lixo que ela habita, a resignação data da mais tenra idade, o calvário inicia-se com os primeiros passos trôpegos em busca de um pedaço de tábua que sirva de brinquedo e possa criar um mundo mágico. Assim é a vida na favela do Esqueleto – uma aparência de realidade. (...) Apesar da importância de que se reveste a mudança, os diretores da associação dizem que os favelados não revelam o menor interesse em discutir o assunto – resignados, também, como esta criança que vê na câmara do fotógrafo a manifestação de um mundo encantado.

Uma outra matéria do *Diário Carioca*, dessa vez de 14 de janeiro de 1965 – “Governo anuncia remoção da favela do Esqueleto” – escuta cinco moradores do local, sendo que apenas dois desejavam a transferência para a Vila Kennedy. Os depoimentos foram os seguintes:

1) Carlos Lima – desejo ir para vila Kennedy porque lá terei uma casa com água, luz e esgoto, além de ficar livre da malandragem existente aqui.

---

<sup>17</sup> *Correio da Manhã*, Mudança da favela, 21/01/1962

- 2) José Teodoro – não concordo com a remoção, porque aqui vivemos perto dos locais de trabalho e temos socorros médicos por perto. Em Bangu, além da condução ser caríssima é bastante precária.
- 3) Severina Batista de Oliveira – quero continuar no esqueleto porque meu esposo e meus filhos trabalham na zona Sul, começando o trabalho às 6 horas. Em Bangu, teremos que madrugar todos os dias.
- 4) Pedro de Almeida Cardoso – já fiz varias visitas a vila Kennedy. E o meu sonho sempre foi conseguir uma daquelas casas. Se o governador me der essa oportunidade, será o maior beneficio que já recebi.
- 5) Cristina de Fátima - não tenho condições para pagar casa em Bangu, pois sou viúva e vivo de pensão e lavagens de roupa. Sendo transferida para Bangu, gastarei somente de passagens o ordenado da minha pensão.

Duas matérias da *Última Hora* – “DOPS veta plebiscito do povo do Esqueleto – 12/12/1964” e “Mais favelados tocados para Bangu – sem data/1965” – exploram o aspecto dramático do sofrimento desses moradores. Na primeira, o vigia José Cabral, pai de 10 filhos, declarava que só sairia da favela arrastado, pois na Vila Kennedy morreria de fome. “Afirmou que só de passagens gastará diariamente a quantia de Cr\$ 520, dinheiro que terá de tirar da alimentação dos seus filhos. (...) O meu pensamento – finalizou José Cabral – é igual ao de 80% dos moradores da favela, justamente a parcela que trabalha”. A segunda matéria expunha o drama semelhante de José Camilo da Silva, funcionário da ADEG e pai de quatorze filhos, sem saber como iria se instalar na nova moradia:

No Esqueleto, residia num galpão com oito cômodos, construído pela ADEG, por ocasião das obras do estádio do Maracanã. Ganhando apenas Cr\$ 85 mil, disse não saber como conseguir tirar o necessário para o transporte diário para o seu trabalho. (...) os gastos (com transportes), além do que terá que pagar pela casa, em Bangu, influirão na própria alimentação dos filhos.

O caso do Esqueleto representa boa parte do que estava previsto nos programas e planos urbanísticos elaborados entre os anos 1930 e 1970: a busca pelo progresso como meio de resolver os problemas do dia-a-dia do Rio de Janeiro, bem como extinguir com as favelas, consideradas uma forma inferior de moradia. Contudo, como visto até aqui, esse ideário de boa cidade livre desses espaços não foi possível de ser alcançado e o “problema” favela permanece até hoje. No próximo capítulo, procuramos discutir e pensar de que maneira a favela se insere na contemporaneidade do Rio de Janeiro, uma cidade que passa por grandes transformações, às vésperas de sediar as Olimpíadas de 2016.

## 2. RIO DE JANEIRO, CIDADE OLÍMPICA: UMA ANÁLISE DAS CONSTRUÇÕES NARRATIVAS ACERCA DOS PROCESSOS DE REMOÇÃO

“Um evento como a Olimpíada tem importância geopolítica, funciona como força catalisadora. É um ótimo pretexto para eu fazer tudo que queria”.<sup>18</sup> A frase dita pelo atual prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, em entrevista é um ótimo exemplo do processo em curso na cidade, ao mesmo tempo em que exprime parte das escolhas políticas dos governantes atuais.

Em outubro de 2009, com a confirmação do Rio de Janeiro como cidade-sede das Olimpíadas de 2016, emergiu uma questão de legitimidade interna e externa para justificar as ações, os investimentos e, sobretudo, a capacidade de receber um evento desse porte. Internamente havia uma preocupação com o cumprimento dos requisitos e um desejo de provar que o Rio poderia ser uma cidade “organizada” e “evoluída”. Externamente, a desconfiança recaía também sobre a questão da segurança pública: quais seriam as garantias de que o período do evento não seria marcado pelas famosas cenas de violência carioca.

A prefeitura atual passou, então, a desenvolver grandes obras em áreas pontuais da cidade: Porto Maravilha; corredores expressos – TransOeste, Transcarioca e TransOlimpica; Parque Olímpico; Parque Madureira; etc. Nem todos os projetos estão diretamente ligados aos Jogos de 2016, entretanto, todos estão sob a rubrica “Rio Cidade Olímpica”. Em uma visita ao site [www.riocidadeolimpica.com](http://www.riocidadeolimpica.com)<sup>19</sup> é possível constatar que a lista de projetos da autoproclamada Cidade Olímpica vai do Morar Carioca – programa de habitação da atual gestão - à Vila dos Atletas.

Eduardo Paes declara inspirar-se no modelo de Barcelona-1992 para preparar o Rio de Janeiro para os Jogos de 2016:

No caso da Olimpíada, fui conversar com (ex-prefeito de Barcelona, Pasquall) Maragall. Ele disse: ‘Não se preocupa, porque tem dois tipos de Jogos Olímpicos: os que servem da cidade, e aqueles em que a cidade se serve dos Jogos. Conflite organicamente com o COI, comande o processo’.<sup>20</sup>

---

<sup>18</sup> “Apinhado em obras, Eduardo Paes diz que até Dilma o inveja”, Folha de S. Paulo, 14/10/2012.

<sup>19</sup> Lançado em abril de 2011, o site registra as mudanças em curso na cidade por meio de vídeos, fotografias, animações 3D, documentários e reportagens. De acordo com Paes, “o projeto mostra o legado da transformação urbana que o Rio de Janeiro constrói”.

<sup>20</sup> “Eduardo Paes diz que rejeita políticos, não partidos”, Folha de S. Paulo, 29/06/2013.

Para justificar a necessidade e a urgência das transformações em curso, a atual gestão evoca a ideia de abandono da cidade nos governos anteriores. É comum no discurso do prefeito Eduardo Paes e dos seus secretários a imagem de uma Cidade que foi Maravilhosa e desencontrou-se no meio do caminho. A construção narrativa dessa cidade “perdida” é marcada por três eixos, que teriam configurado o esvaziamento da cidade: econômico, de oportunidades e, principalmente, da sua imagem. Além disso, o Rio de Janeiro abandonado pode ser caracterizado por dois acontecimentos principais: a “favelização” e a expansão da violência (MAGALHÃES, 2013). Dessa forma, como afirmado pelo próprio prefeito Eduardo Paes, as Olimpíadas aparecem como uma grande oportunidade para o poder público vencer esse período de abandono e deixar um legado – físico e moral – para a cidade.

## 2.1 A FAVELA NA TRANSFORMAÇÃO DA CIDADE PERDIDA EM CIDADE OLÍMPICA

Diante desse contexto, é interessante pensar no “problema favela” e na forma como ele aparece nesse processo de transformações. É notório o fato de que o Rio de Janeiro é repleto de favelas e de que, desde a sua constituição, a relação do poder público e dos cidadãos cariocas com esse espaço foi turbulenta. Além de ser uma modalidade de habitação popular no espectro urbano, construiu-se uma categoria social para a favela. Segundo o sociólogo Luiz Machado da Silva (2002):

[...] na gênese da construção social da favela como representação coletiva, parece que o núcleo de seu significado estava na dimensão físico-espacial, muito mais do que nas características de seus moradores (as quais estavam presentes mas qualificavam a patologia de territórios e moradias, e não propriamente de atores sociais).

[...] A referência central de sua auto-imagem não foi nem a pobreza em geral, nem o trabalho ou a inserção no processo produtivo, mas antes a condição de moradia definida heteronomamente, a partir de critérios jurídico-institucionais (clandestinidade ilegalidade) e morais.<sup>21</sup>

Como citado por Mariana Cavalcanti em “À espera, em ruínas: Urbanismo, estética e política no Rio de Janeiro da PACificação” (pps. 193 e 194), a vida cotidiana das favelas do Rio de Janeiro sedimentou lógicas de informalidade capazes de desafiar quaisquer fronteiras teóricas entre o legal e o ilegal, o legítimo e o ilegítimo (TELLES e CABANES, 2006). Esse movimento se dá, na medida em que a

---

<sup>21</sup> SILVA, 2002, p.228.

lógica de organização das favelas governa o próprio processo de transformação urbana ao conectar “diferentes espaços e economias entre si”, como sugere Ananya Roy (2005).

Diversos autores analisaram a construção das representações da favela. Para Valladares (2005), a gênese desse processo de construção social remonta às descrições e imagens, criadas por escritores, jornalistas e reformadores sociais no início do século XX. Zaluar e Alvito (2006) sustentam que, desde o começo do século passado, os morros da cidade eram vistos pela polícia e por alguns grupos sociais como locais perigosos, refúgios de criminosos. Essa visão funciona como uma herança das representações dos cortiços e casas de cômodo, vinculadas à habitações das consideradas classes perigosas. O cortiço, de acordo com Valladares (2005), era definido como um verdadeiro inferno social, antro de vagabundagem e do crime, além de lugar propício às epidemias, espaço propagador da doença e do vício. Dessa forma, parece “natural a representação da favela retomar a ideia de doença, mal contagioso, patologia social a ser combatida” (VALLADARES, 2005, p.40). Assim, a representação da favela divide espaço entre a criminalidade e a questão higienista.

Como visto na análise da cobertura midiática da remoção da favela do Esqueleto, havia, ainda, uma outra forma de representação da favela: “um lugar desgraçado, cheio de gente desafortunada e merecedora de piedade” (PERLMAN, 1977). No começo do século XX, essa narrativa paternalista já estava presente em matérias de jornal, como a do *Correio da Manhã* de 2 de junho de 1907, que afirmava serem os morros da cidade os únicos espaços que restavam aos pobres. “A montanha abre o seu manto verde e acolhe os pobrezinhos como os santos no tempo suave dos eremitas” (ROCHA, 2010).

Nas décadas de 1940 e 1950, consolidou-se a imagem da favela como um espaço de ausências e carências que persiste até hoje no imaginário do asfalto e dos governantes. Zaluar e Alvito (2006) salientam que essa representação tornou a favela “o lugar da carência, da falta”, o lugar, por excelência, da desordem. Oliveira e Marcier (2006) defendem que é “o espaço do Não, emergindo como o espaço da habitação precária e improvisada, do predomínio do rústico sobre o durável, da ausência de arruamento, da escassez de serviços públicos”. Quanto aos seus ocupantes, a favela era representada como uma reunião de aglomerações patológicas: vagabundos, desempregados, ladrões, bêbados e prostitutas, que viviam em condições subumanas e dependentes dos recursos públicos.

Nos anos 1960, a visão sobre as favelas foi influenciada pela pesquisa e consequente relatório realizado pela SAGMACS. Segundo Valladares (2005), a favela apresentada na pesquisa “não constitui um mundo à parte, seus habitantes são pobres como outros pobres, eles mesmos vítimas do clientelismo político”. Para Oliveira e Marcier (2006), ser pobre era, na época, o principal sinônimo de ser favelado. Essa correlação encontrou “respaldo na literatura sociológica que, invertendo os termos da relação, tenderia, sobretudo ao longo dos anos 50 e 60, a eleger a favela como forma espacial típica da inserção dos pobres no tecido urbano brasileiro”. (OLIVEIRA E MARCIER, 2006, p.81).

A ascensão do tráfico de drogas mais pesadas, como a cocaína, na década de 80, influenciou diretamente a representação da favela. O espaço passou a ser considerado “um covil de bandidos, zona franca do crime, habitat natural das classes perigosas” (ZALUAR e ALVITO, 2006, p.15). No contexto midiático, como aponta Côrrea do Lago (1999), a favela começou a aparecer por meio de metáforas como “cidade partida”, “desordem urbana”, entre outras. Essa utilização vem dotando, por um lado, a concepção dualista da favela de legitimidade social. Por outro, surgem demandas, por parte de governos e instituições ligadas à gestão pública da pobreza, de novos discursos sobre a favela que subsidiem a política de integração da favela ao bairro (CÔRREA DO LAGO e RIBEIRO, 1999).

Assim, o processo de domesticação da favela também passa pela preocupação constante com a segurança pública e, conseqüentemente, com o combate ao tráfico de drogas. Projetos de urbanização e programas sociais representam uma maior presença do Estado nas favelas, tornando-se parte de uma estratégia de contenção do “risco social”. Paradoxalmente, a violência e o estigma associados às favelas acabam por criar as condições para a melhoria material e também para o reconhecimento político de seus moradores (CAVALCANTI, M. 2007:2009).

Se durante a ditadura civil-militar existiam programas de desfavelamento, com o intuito de “livrar” os cidadãos do estigma de favelado<sup>22</sup>, hoje a favela ocupa um lugar importante na cidade, ainda que em um processo de ressemantização. A favela,

---

<sup>22</sup> Declaração da Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Rio de Janeiro: “Como objetivo primeiro, está a recuperação econômica, social, moral e higiênica das famílias faveladas. Pretende-se também a transformação da família favelada, da condição de invasora de propriedades alheias – com todas as características de marginalização e insegurança que a cercam – em titular de casa própria. Como conseqüência, chegar-se-ia à total integração dessas famílias na comunidade, principalmente no que se refere à forma de habitar, pensar e viver” (CHISAM, 1971, p. 40).

no entanto, mesmo estando no centro de diversas narrativas como filmes, reportagens especiais, exposições de fotografias, não se configura como um espaço pronto e desenvolvido. Pelo contrário, cada vez mais surgem obras de urbanização desse ambiente.

A construção do Rio de Janeiro como cidade olímpica demanda a elaboração de uma nova gramática de controle social das favelas, por meio da urbanização e da militarização. A instituição de programas como o PAC das comunidades<sup>23</sup>, as UPPs e, de certa forma, o Morar Carioca, forma o que Mariana Cavalcanti cunhou de gramática da PACificação (2013).

A primeira Unidade de Polícia Pacificadora foi instalada no morro Santa Marta em dezembro de 2008, pouco depois da primeira avaliação do COI sobre a candidatura brasileira, que contava com sugestões de maior investimento em segurança pública.<sup>24</sup> Inspirada no modelo implantado em Medellín, na Colômbia, de polícia de proximidade, a UPP desafia ideias já cristalizadas na sociedade carioca como a da presença ostensiva de armas e do tráfico de drogas nas favelas. Presente principalmente nas zonas Sul e Norte da cidade, as UPPs trouxeram uma certa sensação de segurança no direito de ir e vir dos moradores das favelas e criaram a impressão de que “um outro Rio é possível”. Não é à toa que a pacificação é uma das principais bandeiras do governo do estado, com grande apoio da mídia e de parte da população.

Na sequência da instalação das polícias pacificadoras, a prefeitura lançou o Morar Carioca, em julho de 2010, cujo objetivo seria urbanizar todas as comunidades cariocas até 2020. O programa previa melhorias de infraestrutura, e projetos mais ambiciosos como a instalação de um teleférico na Providência e um cinema 3D no Complexo do Alemão. Integrante do Plano de Legado Urbano dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, o projeto foi desenvolvido inicialmente em parceria com

---

<sup>23</sup> Lançado em 2007 pelo governo federal, o Programa de Aceleração do Crescimento tem como objetivo promover o planejamento e a execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética. O PAC das Comunidades seria responsável pelas ações de urbanização e infraestrutura em comunidades carentes, como a construção de unidades habitacionais, escolas, sistema de água e esgoto, alargamento de vias, etc.

<sup>24</sup> A candidatura foi entregue em setembro de 2007, e a primeira avaliação do Comitê Olímpico Internacional foi divulgada em março de 2008.



escritórios de arquitetura, por meio de um convênio assinado com o Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RJ<sup>25</sup>.

Os projetos do PAC das comunidades – assim como as maiores intervenções do Morar Carioca – têm fortes efeitos sobre a paisagem urbana, ao combinarem os seguintes recursos: conferem ênfase à favela como cenário, são visíveis a grandes distâncias e enfatizam as conexões ou passagens entre a favela e a chamada cidade formal (CAVALCANTI, M., 2013). De certo modo, tanto o teleférico do Alemão quanto o elevador do Cantagalo aparecem mais do que as próprias comunidades, nesse processo de “integração” à cidade.

Como veremos mais a frente, a presença do Estado nas comunidades não é algo do momento ou, ainda, provocada apenas pelos megaeventos esportivos. Projetos como o Favela Bairro levaram urbanização a diversas favelas do Rio de Janeiro. O que difere agora é a forma como essa intervenção se desenrola. As UPPs, o Morar Carioca e o PAC das comunidades foram desenvolvidos em consonância com as exigências do planejamento estratégico e de marketing urbano que vêm dando o tom da construção política, discursiva e imaginária do que seria uma cidade apta a sediar megaeventos globais como a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016. (CAVALCANTI, M., 2013).

Ou seja, os projetos mencionados propõem a inserção da favela nesse novo modelo de cidade que está em construção no Rio de Janeiro. Se pensarmos nas outras grandes reformas urbanas da história do município, observaremos uma mudança na forma como a favela é tratada. Tal mudança justifica-se, em parte, pela valorização dos elementos cultural e simbólico dessa modalidade de habitação popular e construção social, tornando-os *trademark* e importantes para a distinção no universo das cidades globais (JAGUARIBE, 2010).

## 2.2 O “PROBLEMA” FAVELA NA REDEMOCRATIZAÇÃO

No estado do Rio de Janeiro, a mudança de orientação política em relação às favelas teve início no primeiro governo de Leonel Brizola (1983-1986). O lançamento

---

<sup>25</sup> Os projetos elaborados por 22 escritórios e vencedores de um concurso não foram postos em prática e até hoje aguardam a assinatura do contrato com a prefeitura. Diante disso, o IAB abandonou o convênio

do programa “Cada Família, um Lote” de regularização fundiária marcou a ruptura com o paradigma das remoções, inaugurando outro: o da integração à cidade dita “formal” (CUNHA, 2012).

No mesmo período, mais de 245 mil moradores de favelas passaram a ter acesso a inéditas redes de esgoto, cerca de cem comunidades receberam eletrificação pública, por intermédio do programa de “Eletrificação de Favelas” da Light, a coleta de lixo passou a ser organizada, no âmbito do programa “Gari Comunitário”, por uma série de iniciativas que articularam diversas secretarias de governo em nível estadual e municipal (CAVALCANTI, M., 2009).

A prefeitura também implementou programas de urbanização das favelas: Mutirão e Mutirão Remunerado. Na prática, o projeto significava o repasse de verba pública para um processo que os próprios moradores de favela já desenvolviam: o de melhorias em conjunto das suas casas e dos espaços públicos (CAVALCANTI, M., 2013).

No entanto, a opção de Brizola pela não remoção foi alvo de críticas de parte da sociedade. Em fevereiro de 1988, após fortes chuvas que causaram grandes estragos, deslizamentos e mortes pela cidade, o tema voltou aos jornais, como se vê no Jornal do Brasil, onde o nome de Carlos Lacerda é lembrado como o único político que deu um legítimo tratamento à questão (BRUM, 2013):

As últimas medidas concretas tomadas para conter a inundação das favelas estão ligadas aos nomes de Sandra Cavalcanti e Carlos Lacerda, no início dos anos 60. Ambos pagaram um preço alto por isso. A mais mesquinha exploração eleitoreira transformou-os em “inimigos do povo”, em defensores de uma postura “elitista”. Vê se agora quem são os inimigos do povo: os que se limitam a pastorear as favelas enquanto elas não vêm abaixo – currais eleitorais agora sujos de sangue e soterrados pela lama. A favela é o retrato do absoluto desinteresse em criar novas possibilidades urbanísticas por parte dos políticos que querem a remuneração imediata e popularidade demagógica. A favela não tem lei, não tem escola, não paga imposto (...) Onde estão os projetos de remanejamento, de criação de novas zonas urbanizadas? Onde está o mínimo de fiscalização que impeça a contínua expansão desse câncer que vai estrangulando o Rio?<sup>26</sup>

Após a redemocratização, a Constituição Federal de 1988 trouxe novamente diretrizes importantes para o processo de planejamento urbano. O Movimento Nacional pela Reforma Urbana, existente desde o início da década de 80, conseguiu influenciar a construção da constituição e eixos como o direito à cidade e o direito à terra, foram traduzidos nos conceitos de funções sociais da cidade e função social da

---

<sup>26</sup> “Cidade Indignada (editorial)”, Jornal do Brasil, 21/02/1988.

propriedade. O capítulo da Constituição de 88 referente à política urbana criou novas disposições, entre elas a obrigatoriedade de cidades com mais de 20 mil habitantes possuírem um plano urbanístico.

Enquanto isso, a questão da moradia urbana tornou-se um assunto cada vez mais debatido na esfera mundial, tendo como ponto chave a Conferência de Viena de 1993, quando foram reafirmadas a universalidade dos direitos humanos e a sua relação com a democracia, incorporando a moradia ao direito internacional.

Rolnik (1996 apud CAVALLIERI e OLIVEIRA, 2006) afirma que até o último decênio do século XX, as políticas habitacionais seguiam as diretrizes definidas na Conferência de Vancouver, ocorrida nos anos 70, e que tinham como norte o papel centralizador do Estado nacional. A Conferência de Istambul, realizada vinte anos depois, propôs a formulação de um novo papel para o Estado e sobretudo de novas formas de relação do poder público com os demais atores, que participam diretamente da construção das cidades, apontando para a descentralização da gestão urbana, para a autonomia local e para a construção de parcerias com a sociedade civil (CAVALLIERI e OLIVEIRA, 2006).

A Conferência de Istambul também aprovou uma forma mais ampla de enxergar o direito à moradia: não só como direito à habitação mas, o direito à cidade entendido como o acesso aos serviços de infraestrutura, equipamentos sociais, transporte, comércio, lazer e serviços.

Seguindo a tendência mundial e as novas diretrizes nacionais, em 1992, a prefeitura – comandada por Marcello Alencar – instituiu o Plano Diretor da Cidade. Nele, a urbanização das favelas é consolidada como função do poder público. Em 1993, já na prefeitura de César Maia, foi criado o programa Favela Bairro, seguindo diretrizes do Plano Diretor. Nesse mesmo ano foi implantada a Secretaria Municipal de Habitação, com o intuito de urbanizar as comunidades do Rio.

O Favela Bairro realizou obras de urbanização, modernização da infraestrutura das favelas, construção de espaços públicos e equipamentos como escolas, creches e postos de saúde. Pôs fim ao ideal remocionista e substituiu antigos projetos, valendo-se da premissa de urbanização com um componente “social”, ou seja, incorporando a prestação de serviços aos projetos de intervenção urbanística, além de iniciativas promotoras de geração de renda. O programa aconteceu entre 1993 e 2000, sendo a terceira fase incorporada às obras do PAC. O Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID) financiou as duas primeiras etapas, por meio de um

empréstimo de US\$ 300 milhões, atingindo mais de 150 comunidades e cerca de 25 assentamentos informais em todo o Rio de Janeiro (CAVALCANTI, 2009).

A década de 90 também foi marcada pela entrada do componente “meio ambiente” nas questões do direito à moradia. Ausente nas discussões entre os anos 50 e 80, em decorrência da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (ECO-92), realizada no Rio de Janeiro, a preocupação com temas ecológicos passou a integrar a pauta dos mais diversos agentes, engendrando ou dando maior visibilidade a órgãos governamentais, movimentos sociais, ONGs e partidos políticos. Assim, o meio ambiente tornou-se praticamente uma “unanimidade” (Randolph: Bessa, 1993, p.73 apud GONDIM, 2012, p.117).

A questão ambiental passou, então, a ser mote de mobilizações para que algumas favelas não fossem urbanizadas. “Essas mobilizações, tais como protestos, cartas à imprensa, ao executivo e ao legislativo, ações na justiça, entre outras, vinham, principalmente, de setores de classe média vizinhos das favelas que receberiam as obras de urbanização” (BRUM, 2013, p.192). Assim, comunidades como a Via Parque, localizada atrás do Barrashopping, e a Vila Marapendi, nas imediações do Downtown, foram removidas em 1994, no primeiro mandato de César Maia, com Eduardo Paes no cargo de subprefeito de Jacarepaguá, liberando a vizinhança valorizada da presença das favelas.

A escalada da violência no Rio de Janeiro, no final dos anos 90 e parte dos anos 2000, tornou-se uma das novas justificativas para reforçar o argumento remocionista. Em 2004, após conflitos ocorridos entre quadrilhas na Rocinha durante a Semana Santa, o editorial do jornal O Globo sugeria uma série de medidas para combater a violência, entre elas “A ocupação do solo nas grandes cidades também deve ser revista, e a localização de algumas favelas, repensada”<sup>27</sup>.

---

<sup>27</sup> Editorial, O Globo, 14/04/2004.

### 2.3 A GESTÃO DE EDUARDO PAES E AS TRÊS FASES DO TEMA “REMOÇÃO”

Quando Eduardo Paes, atual prefeito do Rio de Janeiro, assumiu em 2009, ele declarou que enfrentaria o “tabu” da favela<sup>28</sup>. Magalhães (2013) afirma que o assunto remoção passou por três momentos distintos na gestão de Eduardo Paes. O primeiro seria a reintrodução do termo no campo de debate constituído em torno do “problema favela”. Nesse sentido, no começo do primeiro mandato, tanto o prefeito quanto secretários utilizavam a expressão, associando à ideia de “tabu” para justificar o caos e a desordem da cidade. Era, ainda, uma tentativa de legitimar o assunto, que tinha sido alvo de diversas críticas negativas, especialmente a partir da redemocratização. No começo de 2010, a prefeitura chegou a estabelecer um plano de remoção integral de 119 favelas até o final de 2012, por estarem em locais de risco de deslizamento ou de inundação, de proteção ambiental ou destinados a logradouros públicos. A lista incluía as comunidades do Horto (Jardim Botânico), Indiana (Tijuca), CCPL (Benfica), Metrô (Maracanã), Vila Autódromo (Barra) e Vila Taboinha (Vargem Grande).<sup>29</sup> A meta fazia parte do primeiro plano estratégico da prefeitura, que previa a redução em 3,5% do total da área de favelas do Rio de Janeiro até 2012. <sup>30</sup>

Um relatório de monitoramento das ações da Secretaria Municipal de Habitação, feito em 2009 pelo Tribunal de Contas do Município, aponta para uma concordância do órgão com os planos de remoção da prefeitura (BRUM, 2013, p.196):

A discussão em torno das favelas vem tomando enormes proporções e demandando soluções urgentes, seja pela necessidade de se restaurar áreas legalmente preservadas e degradadas por um excessivo desmatamento, seja pela crescente violência a que essas localidades estão sujeitas em razão do difícil acesso do Poder Público ou pela adequação às exigências do Plano Olímpico para as Olimpíadas de 2016 (...) A política de não remoção começa a deixar de ser um tabu, sendo repensada em benefício da Cidade como um todo, haja vista as ações previstas nos projetos relacionados à Copa do Mundo de 2014 e às Olimpíadas de 2016.<sup>31</sup>

---

<sup>28</sup> “Nas camadas mais pobres da população, a desordem se manifesta ainda mais intensamente, até porque é justificada pela demagogia geral. A favela tornou-se, assim, um símbolo desse jogo de conivência, do “tudo pode” no Rio.” Eduardo Paes in “Chega de demagogia”, *Veja*, 20/05/2009.

<sup>29</sup> “Prefeitura removerá 119 favelas até o fim de 2012”, *O Globo*, 07/01/2010.

<sup>30</sup> “Plano estratégico: Paes quer reduzir em 3,5% total da área de favelas até 2012”, *O Globo*, 05/12/2009.

<sup>31</sup> Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, 2009, p.6 e 34.

O segundo momento foi marcado pelas chuvas de janeiro e abril de 2010, permitindo que tanto a expressão, quanto a ação, fossem novamente acionadas para justificar a intervenção da Prefeitura nesses territórios. A remoção apareceria ressignificada como uma agenda positiva, sendo defendida por editoriais e matérias de diversos jornais. Uma reportagem da revista *Veja* questionou, inclusive, as obras de urbanização realizadas pelo poder público nas favelas:

A tempestade que se abateu sobre o Rio de Janeiro na madrugada da última terça-feira, com fúria e persistência recordes, escancarou a gravidade de um problema há décadas negligenciado: o incentivo oficial para a ocupação de encostas. Não fosse o risco de vida embutido, a “indústria da favelização” poderia até ser vista como um programa social. Não é (...) Em nenhum outro lugar do país o populismo foi tão decisivo para que as favelas tomassem as dimensões de hoje. Nos anos 80, o governador Leonel Brizola chegou a incentivar abertamente a ocupação dos morros.<sup>32</sup>

O prefeito Eduardo Paes anunciou no dia seguinte ao episódio das chuvas<sup>33</sup> que as comunidades Laboriaux, na Rocinha, e Prazeres, em Santa Teresa, seriam integralmente removidas. Um ano depois, a Prefeitura desistiu da remoção total, baseando-se em um estudo da GeoRio que decretava a remoção de apenas 13,5% do total de domicílios do Prazeres e a construção de contenção de encostas em ambas as comunidades.<sup>34</sup>

O terceiro momento veio com a consolidação do Rio de Janeiro como cidade olímpica. O termo “remoção” deixou de ser usado abertamente pelos representantes da gestão atual – prefeito, secretários, subprefeitos -, embora mantido pelos jornais e movimentos sociais. A palavra escolhida foi “reassentamento”, e o deslocamento dessas pessoas passou a ser contado sob o prisma do “legado” dos megaeventos esportivos.

Em paralelo, o programa de urbanização “Morar Carioca” era apresentado e defendido como uma grande chance de integração para toda a cidade. Em um evento de divulgação, realizado em março de 2011, Sérgio Magalhães, presidente do IAB/RJ afirmou: “Nós estamos tratando de uma das questões mais significativas para o nosso futuro, que é uma cidade integrada, uma cidade de oportunidades democraticamente

---

<sup>32</sup> “Rio... do descaso, da demagogia, do populismo e das vítimas de suas águas”, *Revista Veja*, ed 2160, 14/04/2010.

<sup>33</sup> Foram registradas mais de 250 mortes no estado. No município do Rio, foram 65 vítimas, sendo 30 no Morro dos Prazeres.

<sup>34</sup> “Análise técnica da Geo-Rio faz prefeitura desistir de remoção total no Morro dos Prazeres”, *O Globo*, 22/04/2011.

distribuídas”. Esse conceito tornou-se a linha-mestre de comunicação da prefeitura – um dos slogans atuais é “uma cidade mais justa, desenvolvida e integrada” - e também está presente em veículos jornalísticos, por meio de discursos como o do “beneficiado”.

No escopo do programa estavam as comunidades consideradas “passíveis de urbanização”, e as que não se encaixassem nessa categoria estariam nos planos de remoção para conjuntos habitacionais do Minha Casa, Minha Vida ou de compra assistida. As intervenções do Morar Carioca, como dito anteriormente, buscavam, em alguns casos, alterar a morfologia local, com obras de impacto e do campo da mobilidade como um teleférico ou uma grande via.

A construção narrativa da atual administração municipal para justificar as intervenções, e as consequentes remoções, passa pela combinação dos argumentos de integração e legado. Entretanto, essa forma de atuação nas favelas vem suscitando uma série de críticas de atores sociais diretamente envolvidos nas situações de remoção, como os moradores, setores do Ministério Público e da Defensoria Pública, além de ONGs, órgãos internacionais como a Anistia Internacional e coletivos como o Comitê Popular Rio Copa e Olimpíadas.

O Comitê Popular Rio Copa e Olimpíadas é formado por pesquisadores de diversas instituições acadêmicas como o IPPUR/UFRJ, NEPHU/UFF, membros da sociedade e lideranças populares. Desde o Fórum Social Urbano, em março de 2010, esse grupo se reúne para: “discutir estratégias para enfrentar o modelo excludente de política urbana implementada no Rio de Janeiro, motivada pela construção da imagem de cidade global a partir da realização de megaeventos esportivos”<sup>35</sup>.

Uma das atividades do Comitê foi, seguindo a iniciativa da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa e das Olimpíadas, o lançamento do “Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro” em março de 2012. O documento incorporou também os resultados da missão realizada em maio de 2011, pela relatoria do direito à cidade da plataforma Dhesca<sup>36</sup>, centrada nos mesmos temas. Segundo o grupo:

O objetivo do dossiê é chamar a atenção das autoridades públicas da sociedade brasileira, das organizações de defesa dos direitos humanos, no Brasil e no exterior, para o verdadeiro legado do projeto olímpico no Rio de Janeiro: uma cidade mais desigual, com a exclusão de milhares de

---

<sup>35</sup> Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro, maio de 2013, p. 113.

<sup>36</sup> Plataforma brasileira de direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais.

famílias e a destruição de comunidades inteiras, além da apropriação da maior parte dos benefícios por poucos agentes econômicos e sociais.<sup>37</sup>

Em maio de 2013, o Comitê Popular lançou a segunda versão do Dossiê Megaeventos, com informações atualizadas das situações denunciadas. A prefeitura do Rio de Janeiro decidiu, então, realizar um levantamento interno e próprio dos números e situações denunciadas pelo dossiê. Oficialmente, a administração municipal nega que qualquer remoção esteja sendo feita em decorrência da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

#### 2.4 UMA ANÁLISE DE CASO: OS PROCESSOS DE REMOÇÃO NAS COMUNIDADES METRÔ MANGUEIRA, PROVIDÊNCIA E VILA AUTÓDROMO

Nesse trabalho, iremos analisar os casos de três dessas favelas: Metrô Mangueira, Providência e Vila Autódromo. A escolha se dá pois os três processos de remoção foram marcados por justificativas pouco objetivas e ambíguas por parte do poder público, abrindo espaço para o surgimento de diversas hipóteses e, principalmente, para o estabelecimento de um relacionamento truncado com aqueles que seriam diretamente atingidos pelas mudanças: os moradores. Além disso, a demanda de remoção das comunidades surgiu em decorrência de obras executadas pela Prefeitura.

A comunidade do Metrô Mangueira data de 1976, reunia cerca de 700 famílias nas proximidades do Maracanã e da Avenida Radial Oeste, e alguns moradores possuíam título de posse emitido pelo programa “Cada Família, Um Lote” do governo Brizola. De acordo com a prefeitura, a comunidade ocupava uma área considerada não edificante, por integrar uma via pública – a Radial Oeste. Em agosto de 2010, as casas começaram a ser marcadas com a sigla SMH (Secretaria Municipal de Habitação) para a remoção. A informação inicial era de que seria construído um estacionamento no local, que se transformou em um projeto de parque público, para chegar ao atual plano de polo automotivo.

---

<sup>37</sup> *Ibidem*, p. 8.



De acordo com a prefeitura, 662 famílias foram reassentadas, sendo 108 no condomínio do Minha Casa, Minha Vida, em Cosmos, 246 no Mangueira I e 216 no Mangueira II. As 70 famílias que tiveram atraso na aprovação dos documentos pela Caixa Econômica Federal foram reassentadas em um último estágio em apartamentos do Bairro Carioca, em Triagem. Uma das principais acusações do dossiê é a de que a prefeitura realizou demolições das casas dos primeiros moradores a saírem do Metrô Mangueira, enquanto os outros seguiam na comunidade, vivendo durante um ano em meio aos escombros, no aguardo do Mangueira II. A prefeitura diz que não realizou demolições, mas, sim, descaracterizações para impedir novas ocupações.

O dossiê afirma que as primeiras famílias que aceitaram a ida para Cosmos – bairro localizado a cerca de 70 quilômetros da favela – tomaram a decisão sob pressão de ficarem sem moradia. Os demais começaram um movimento de resistência e, por meio dele, conquistaram a construção do Mangueira I e II. A prefeitura confirma que os prédios ao lado da comunidade não estavam previstos inicialmente.

É interessante notar que a administração municipal alega uma preocupação com novas ocupações para justificar a descaracterização das casas. Porém, esses lugares vazios foram novamente ocupados por um grupo de sem-teto. De acordo com o dossiê, o prefeito Eduardo Paes chegou a visitar a comunidade no final de 2013, prometendo que os novos ocupantes receberiam atendimento e seriam incluídos no aluguel social. No começo de janeiro de 2014, entretanto, a prefeitura iniciou uma operação de demolição total da comunidade, para dar lugar ao polo automotivo. Segundo o dossiê, a ação foi realizada sem aviso prévio e foram demolidos 12 barracos. Os “invasores” realizaram uma série de protestos, reivindicando assistência da Prefeitura e direito à uma nova moradia. No fim do conflito, um acordo estabelecido entre a subprefeitura da zona Norte, a SMH, a Defensoria Pública e a OAB garantiu o cadastramento de 39 famílias que provaram viver de aluguel no local antes das demolições. No momento, as famílias recebem o aluguel social e aguardam imóveis do Minha Casa, Minha Vida.

Mariana Cavalcanti (2013) argumenta que a política das ocupações é uma complexa junção de diferentes lógicas organizativas que tornam visíveis as estruturas de informalidade historicamente constituídas na cidade, conectadas, nas últimas décadas, com o controle territorial exercido pelo tráfico de drogas. Em São Paulo, as ocupações de prédios abandonados são realizadas por movimentos sociais, amparadas por elementos jurídicos, como o Estatuto da Cidade. No Rio de Janeiro, as ocupações

são apresentadas por seus próprios ocupantes como “invasões”, sendo muitas vezes realizadas ou organizadas com a ajuda de traficantes.

No Morro da Providência, considerada a favela mais antiga do Brasil, as remoções aconteceriam por dois motivos: intervenções do programa Morar Carioca e moradias em áreas de risco. Segundo o dossiê, “o problema central, conforme relato dos moradores, é a ausência de informação e do envolvimento da comunidade na discussão do projeto, que ninguém conhece direito, e que implica em diversas remoções ou reassentamentos”.<sup>38</sup> A prefeitura repetiu na favela a prática de marcação das casas com tinta spray, com a inscrição da sigla SMH seguida de uma numeração.

A previsão inicial da prefeitura era de remover 832 famílias (438 por risco e 317 por obras), o que equivaleria a mais da metade da comunidade. Os números foram revistos e, no momento da produção do dossiê de 2013, a prefeitura previa a remoção de 671 famílias (380 por risco e 291 por obras). Desse total, 28 famílias já haviam sido removidas por conta do teleférico, algumas foram reassentadas em imóveis do Minha Casa, Minha Vida, na Zona Oeste, e outras foram indenizadas.

O dossiê também questiona a área de risco determinada pela prefeitura, pois “foi descaracterizado por contra-laudo geotécnico, que conclui um número muito inferior de casas vulneráveis e que a maioria dos problemas seria facilmente solucionável com simples obras de contenção”.<sup>39</sup>

Em outubro de 2012, foi expedida a decisão de paralisação das obras do teleférico, baseada em uma ação cautelar da defensoria pública, em função da ausência do estudo prévio de impacto Ambiental (eiA), do relatório de impacto Ambiental (rima) e do Estudo de Impacto de Vizinhança, bem como da não informação aos moradores do projeto, do cronograma e das remoções previstas. De acordo com o dossiê, a ação também visava paralisar a demolição de casas de famílias já removidas, em função dos problemas gerados pela não retirada dos entulhos. A prefeitura afirma que a decisão da juíza proibia qualquer movimentação nos canteiros, impossibilitando o fim das demolições e dos entulhos.

Segundo o dossiê, após as manifestações contra a remoção, intensificadas pelos protestos de junho de 2013, e em decorrência da impossibilidade das demolições pela decisão liminar da defensoria pública, a prefeitura anunciou uma

---

<sup>38</sup> Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro, 2013, p. 27.

<sup>39</sup> Idem.

abertura de diálogo com os moradores, e a redução das remoções a cerca de 60 casas em situação de risco.

Atualmente, a administração municipal declara que “após uma série de críticas e reclamações dos moradores ao Morar Carioca, o prefeito decidiu reapresentar o projeto à comunidade e discutir com ela o que será feito”.<sup>40</sup> O dossiê afirma que a prefeitura ainda não disponibilizou dados oficiais e que o órgão público vem exercendo grande pressão para que os moradores façam acordos, por meio da assinatura de termo de ajustamento de conduta, aceitando a demolição de suas casas. Já a prefeitura diz que o número final de remoções ainda não foi definido e depende de um acordo que está em andamento entre prefeitura, defensoria pública e moradores.

A ocupação da área da Vila Autódromo, na zona Oeste do Rio, foi iniciada em meados da década de 80 e parte dos moradores possui título de posse expedido pelo programa “Cada Família, Um Lote”. A Vila Autódromo tem um histórico de resistência popular contra tentativas de remoção desde a década de 1990, incluindo a preparação para os Jogos Panamericanos de 2007.

Em 2011, o secretário de Habitação do município esteve na comunidade informando a necessidade de remoção por exigência do Comitê Olímpico Internacional, para viabilizar a construção das instalações do Parque Olímpico. Em novembro do mesmo ano, a prefeitura iniciou a marcação das casas com a sigla SMH e o cadastramento dos moradores, com a oferta de pagamento do aluguel social até que o imóvel do Minha Casa, Minha Vida ficasse pronto. De acordo com a prefeitura,

no dossiê de candidatura, o projeto do parque prevê que, até 2030, equipamentos esportivos e novos empreendimentos formarão um novo bairro residencial – de tamanho equivalente ao bairro do Leme. Será um bairro aberto, ao contrário da maioria dos condomínios da Barra da Tijuca, e atendido com duas novas linhas de BRT, a Transolímpica e Transcarioca. Após os Jogos, 40,48% da área será destinada a empreendimentos privados (consórcio vencedor da licitação da Parceria Público-Privada, PPP), 36,14% serão de áreas públicas e 23,6% de lotes públicos edificáveis.<sup>41</sup>

Segundo o dossiê do Comitê Popular, consta no edital de licitação para a concessão do terreno público e o estabelecimento da PPP para a construção do Parque Olímpico que, após a realização dos Jogos, 75% da área de 1,118 milhão de m<sup>2</sup> será destinada a empreendimento habitacional de alto padrão a ser comercializado pela

---

<sup>40</sup> Email recebido da assessoria de imprensa da Secretaria Municipal de Habitação em 9/09/2013.

<sup>41</sup> Email recebido da assessoria de imprensa da Secretaria Municipal de Habitação em 30/10/2013.

concessionária. O Comitê afirma que “assim, a retirada de uma comunidade de baixa renda, consolidada, tem sido colocada como prioridade pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro para viabilizar mais um projeto de mercantilização da cidade”.<sup>42</sup>

A Defensoria Pública do Estado entrou com uma liminar pedindo a suspensão do processo de licitação do Parque Olímpico, até que a prefeitura esclarecesse que o direito à moradia das famílias estaria garantido. No processo, a prefeitura afirmou que a comunidade não precisaria ser removida em função do Parque Olímpico, mas para as obras dos BRTs Transcarioca e Transolímpica. De acordo com o dossiê do Comitê “o relatório ambiental simplificado do BRT Transcarioca mostra que a via não passa pelas mediações da Vila Autódromo. Na audiência pública do EI A-RIMA da Transolímpica, a Prefeitura afirmou que não há projeto para a área da comunidade”.

43

A prefeitura declara que inicialmente o plano era retirar as 600 famílias que moram na área e admite, ainda que internamente<sup>44</sup>, que o processo foi, de fato, bastante confuso. As justificativas para a retirada da comunidade foram diversas: recuo do BRT, faixa lagunar, Parque Olímpico, entre outras.

Um grupo de moradores da comunidade chegou a elaborar o Plano Popular da Vila Autódromo, em conjunto com pesquisadores universitários (ETTERN/IPPUR e NEPHU/UFF), para demonstrar que a urbanização integrada ao Parque Olímpico seria possível, com qualidade urbana e habitacional superior ao MCMV e com um custo muito inferior à remoção. O prefeito Eduardo Paes, em audiência com moradores, em agosto de 2012, se comprometeu a realizar uma avaliação do plano e responder em 45 dias. Nenhum retorno foi dado.<sup>45</sup>

Segundo o dossiê, em decorrência das manifestações de junho de 2013, em agosto do mesmo ano, o prefeito Eduardo Paes reconheceu que houve equívocos no tratamento dado à Vila Autódromo e afirmou estar disposto a abrir uma rodada de negociações baseada na permanência da comunidade e sua consequente urbanização. Ainda de acordo com o dossiê, foram realizadas nove reuniões, envolvendo secretários municipais de habitação, meio ambiente, urbanismo, procuradoria geral do município e empresa olímpica municipal. As negociações, no entanto, “foram

---

<sup>42</sup> Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro, 2013, p. 25.

<sup>43</sup> Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro, 2013, p. 25.

<sup>44</sup> Diferente do caso da Providência, não houve declarações públicas de Paes assumindo problemas na condução do processo.

<sup>45</sup> Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro, 2013, p. 25.

marcadas pela intransigência por parte dos representantes da prefeitura, que não reconheceram e não deram resposta às propostas apresentadas pela comunidade com assessoria das duas universidades (UFF e UFRJ)”.<sup>46</sup>

O dossiê segue afirmando que, em setembro de 2013, a prefeitura interrompeu unilateralmente as negociações, apresentando um projeto que mantinha a remoção de, pelo menos, 70% dos domicílios, e sem deixar claro qual seria o destino das 150 casas que não seriam atingidas diretamente pelas obras. Durante o processo de negociação, o dossiê diz que “a prefeitura não forneceu nenhuma informação solicitada pelos moradores, nem sequer o estudo de impacto ambiental relativo à implantação do parque olímpico e, interrompidas as negociações, passou a assediar os moradores diariamente com ameaças e informações desencontradas”.<sup>47</sup>

Em outubro de 2013, o prefeito organizou uma reunião com os moradores da Vila Autódromo no Riocentro e informou que 285 famílias precisariam deixar a comunidade, para obras de canalização dos rios e de duplicação das Avenidas Salvador Allende e Abelardo Bueno, em área ao lado do Parque Olímpico. De acordo com nota divulgada pela assessoria de imprensa da prefeitura:

Os moradores seriam reassentados em apartamentos do programa Minha Casa, Minha Vida no Parque Carioca, condomínio localizado a 1,3 km da favela, que terá apartamentos de dois e três quartos, área verde, clube com piscina, espaço gourmet, creche e espaço comercial.<sup>48</sup>

Ainda segundo a prefeitura, a adesão ao Parque Carioca foi expressiva logo nos primeiros dias, com 198 famílias escolhendo seus apartamentos e a declaração de interesse de famílias que estavam fora do perímetro da remoção.

Em *off*<sup>49</sup>, o subprefeito da região da Barra da Tijuca e Jacarepaguá afirmou que a estratégia da prefeitura era retirar primeiro os imóveis com comércio, considerados “peixes grandes” e deixar os demais órfãos, buscando, assim, o enfraquecimento do movimento e a remoção dos demais.

Em fevereiro de 2014 teve início oficialmente o processo de remoção que, segundo o dossiê, foi feito por meio de negociações individuais e pagamento de indenizações sem nenhum procedimento legal e sem revelar os valores pagos.

---

<sup>46</sup> Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro, 2014, p. 27.

<sup>47</sup> Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro, 2014, p. 28.

<sup>48</sup> Nota da assessoria de imprensa da prefeitura em 19/03/2014.

<sup>49</sup> Reunião com subprefeitos em novembro de 2013.

A mudança para o Parque Carioca, prevista para março de 2014, foi turbulenta e envolveu uma liminar do NUTH em favor dos moradores que defendiam a permanência na comunidade, impedindo a demolição das casas até que fosse apresentado o projeto de urbanização e a lista dos moradores que aceitaram sair. O dossiê afirma que o defensor público geral, em atitude ilegal, solicitou a derrubada da liminar, permitindo, assim, o início das demolições, alegando a defesa dos moradores que desejavam sair. Com as demolições e a derrubada das árvores da comunidade, aumentou a pressão psicológica sobre os que estavam dispostos a permanecer na comunidade.

#### 2.4.1. Análise da cobertura midiática dos casos de remoção por meio de *frames*

Para analisar os casos de remoção das comunidades Metrô Mangueira, Providência e Vila Autódromo, este trabalho parte de análises qualitativas e quantitativas de três formatos diferentes: telejornalismo tradicional, vídeos produzidos por ONGs e mídia alternativa, vídeos produzidos pelo canal oficial do prefeito Eduardo Paes. O recorte temporal escolhido foi de 2009 a 2014, período em que Paes está à frente da prefeitura do Rio.

**Tabela numérica dos vídeos analisados:**

	<b>METRÔ MANGUEIRA</b>	<b>VILA AUTÓDROMO</b>	<b>PROVIDÊNCIA</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Imprensa tradicional</b>	21	24	17	<b>62</b>
<b>Imprensa alternativa</b>	10	10	8	<b>28</b>
<b>Eduardo Paes</b>	1	3	1	<b>5</b>
<b>TOTAL</b>	<b>32</b>	<b>37</b>	<b>26</b>	<b>95</b>

Para a análise do telejornalismo, foi utilizado o site [www.clipnaweb.com.br](http://www.clipnaweb.com.br), responsável por *clippar* todas as notícias veiculadas relacionadas à prefeitura<sup>50</sup>. Nele, foi feita uma busca pelas palavras-chave “Metrô Mangueira”, “Providência” e “Vila Autódromo”. Foram selecionadas matérias dos seguintes telejornais: Balanço Geral, Jornal da Record, RJ Record, Rio de Janeiro no Ar (Record); Jornal do Rio, Brasil Urgente, Cidinha Livre, RJ Acontece (Band); RJ TV 1 e 2 edição, Bom Dia Rio

<sup>50</sup> O site está disponível para todos aqueles que trabalham na comunicação da prefeitura.

(Globo); SBT Rio, (SBT); RJ Notícias (RedeTV!); Jornal da Globonews, Jornal das Dez, Cidades e Soluções (Globonews); Repórter Rio (TV Brasil); CNT Jornal (CNT).

Na seleção da mídia alternativa e ONGs foi adotado o seguinte critério: os vídeos listados pela curadoria do Comitê<sup>51</sup> e os com o maior número de *views* no *Youtube*. A busca foi orientada pelas mesmas palavras-chave do telejornalismo. Foram selecionados vídeos dos seguintes veículos: *Witness*, Jornal A Nova Democracia, *RioOnWatch*, FIP RJ, Justiça Global, Linha de Frente Audiovisual, Coletivo Mariachi, Entre o céu e a favela, Espocc, Comcatrj, Anistia Internacional, Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM), TV Tatuzaroio e Favela Não Se Cala.

A análise dos vídeos oficiais foi feita a partir do material disponibilizado no canal do prefeito Eduardo Paes no *Youtube*.

A escolha desse objeto de análise se justifica, pois, entre outras questões discutidas mais a frente, a mídia cumpre uma importante função de *agenda-setting*: “a imprensa pode não ser bem-sucedida em dizer o que as pessoas devem pensar, mas tem um sucesso surpreendente em dizer no que devem pensar” (McCombs and Shaw – *The Agenda-Setting Function of the Mass Media*, p.177 in Katherine Beckett).

A análise dos vídeos foi inspirada na metodologia utilizada por Katherine Beckett em “*Making Crime Pay*” (1999). Os elementos discursivos que compõem diferentes *frames* são organizados em o que Gamson chama de “pacotes (packages) interpretativos”, que dão sentido e significado a problemas sociais, tais como crime, no caso de Beckett. No centro de cada “pacote” está o argumento central, que dá sentido a uma série de eventos e fenômenos relativos ao assunto em questão. Os “pacotes” também são caracterizados por um conjunto de “elementos-chave” que embasam o argumento central e servem de símbolo para o “pacote” inteiro. Beckett sinaliza que os “pacotes” são descrições “*pure types*”, eles não aparecem exatamente assim nos produtos midiáticos, são “frames” conceituais para analisar o conteúdo e o significado de produtos midiáticos (BECKETT, 1999, p. 65-66).

---

<sup>51</sup>Integrantes do Comitê Popular Rio Copa e Olimpíadas realizaram, durante 18 meses, uma pesquisa em busca de denúncias feitas em vídeos sobre remoções no Rio de Janeiro, em decorrência da Copa e dos Jogos Olímpicos. Foram analisados 114 vídeos de 21 comunidades. O resultado está disponível em: [http://rio.portalpopulardacopa.org.br/wp-content/uploads/Dossie\\_Curadoria-Comite\\_Popular\\_RJ.pdf](http://rio.portalpopulardacopa.org.br/wp-content/uploads/Dossie_Curadoria-Comite_Popular_RJ.pdf)

Para a análise, assistiram-se e decuparam-se todos os vídeos produzidos pelos telejornais, pelas mídias alternativas-ONGs e pelo canal oficial do prefeito Eduardo Paes. Em seguida, foram identificados os “elementos-chave” presentes nas histórias e estabelecidos quais seriam os elementos discursivos centrais para, finalmente, definir os “pacotes”. A partir dessa definição, foram classificados os objetos pelos “pacotes” disponíveis – a maioria dos vídeos possui “elementos-chave” associados a mais de um “pacote”. Seguindo a metodologia de Beckett, separei os vídeos entre aqueles que possuíam depoimento de agente do governo, conteúdo cedido pelo governo – nota ou material gráfico -, depoimento de morador e depoimento de representante jurídico.

A divisão dos vídeos com depoimento ou conteúdo cedido pelo governo é importante, pois, como aponta Beckett, as assessorias de imprensa oficiais estão cada vez mais sofisticadas e servem de base para muitas histórias. O conteúdo cedido é, muitas vezes, publicado apenas com checagens primárias sobre a veracidade.

No entanto, as versões oficiais não são as únicas capazes de influenciar as representações midiáticas. Movimentos sociais e a mídia alternativa produzem conteúdo que desafia as perspectivas dominantes e criam *frames* alternativos.

A análise desse material está associada à uma investigação sobre a forma como o sofrimento aparece nas narrativas em questão. Em *Distant Suffering*, Boltanski diz que a esfera pública é o espaço onde se discute causas e nada promove mais a formação de uma causa do que o espetáculo do sofrimento. É por meio desse sofrimento dos infelizes que pessoas, antes indiferentes, se relacionam com uma causa. Boltanski relembra que na literatura sobre a constituição da esfera pública, particularmente quando vista em relação à formação da concepção moderna do jornalismo, é geralmente aceito que deve existir uma conexão entre presença de um observador externo e afastado, assim como uma demanda por neutralidade, objetividade, no sentido de imparcialidade (BOLTANSKI, 1999, p.30).

A emergência das causas altera essa lógica da esfera pública, de não ser apenas voltada para o ideal de uma objetividade imparcial, e as considerações sobre o sofrimento modificam as condições de um debate, gerando uma urgência, que implica o comprometimento das pessoas com a causa (BOLTANSKI, 1999, p.30). É a partir dessa premissa, da utilização do sofrimento no debate de uma causa – no caso, a remoção – que se orientará a análise desse trabalho.

Partindo da análise dos vídeos, serão discutidas quais são as diferenças de *frames* e “pacotes” entre a imprensa tradicional e a alternativa e de que forma a causa



e, por vezes, o sofrimento são representados. Foram identificados 9 “pacotes” e, em seguida, descreveremos o argumento central de cada um deles. A descrição contará com exemplos de histórias, palavras-chave e quem é o “emissor” responsável pelo “pacote”.

**Perda** – centrado na figura da vítima e dos depoimentos concedidos, esse “pacote” estrutura-se na ideia de perda de algum elemento quando se determina a remoção. Esse elemento aparece ora como os bens físicos – casa, móveis -, ora como relação com o espaço e a relação com os outros moradores. Esse argumento foi encontrado em quase todas as narrativas da mídia alternativa-ONGs e também figura na imprensa tradicional.

A ideia de perda também incorpora o conceito de “luta”, uma vez que a narrativa dos moradores enfoca as “batalhas” e o “trabalho” necessário para conquistar aquilo que estão ameaçados de perder. Zaluar afirma que esses termos expressam uma distância e diferenciação deliberada com relação ao modo de vida dos “bandidos”, cuja vida é fácil, pois “não trabalham” (Zaluar, 1985, pp.132-172). Cavalcanti (2009) apresenta a ideia de “luta” como um efeito teleológico, que produz os moradores como sujeitos de sua própria história, e é constitutiva de uma ética que valoriza o trabalho duro e a perseverança. Mesmo com as batalhas diárias, cria-se uma ideia de que o futuro será melhor do que o passado, já que é possível alcançar pequenas vitórias (Cavalcanti, 2009, p. 74). Com a remoção, os moradores sentem uma perda dupla: do que foi construído no passado e desse futuro possível.

Histórias de indivíduos que construíram a própria casa, que nasceram na comunidade e não querem sair por conta da relação com o espaço, e que evocam vizinhos e parentes são exemplos desse “pacote”. Nas palavras-chave, encontramos a já citada “luta”, a “perda”, o tempo em que estão na comunidade – “cheguei aqui e era só mato”, “nasci e fui criado aqui” -, “minha família inteira mora aqui”, “pedacinho de chão”, “raízes”. O principal responsável por esse “pacote” é o morador ameaçado de remoção. Seguem alguns exemplos de falas de moradores:

Moradora - “Ninguém é contra melhorias para a favela, apenas os moradores não querem abandonar suas casas, por valor nenhum. Quer dizer, eles criaram raízes aqui, têm filhos, escola, tudo. Como é que vão embora agora?”<sup>52</sup> (Morro da Providência).

Morador - “Há 22 anos. Pago IPTU desde 87. A gente não quer sair, a gente quer ficar aqui. Porque aqui é nosso pé de chão, aqui é nossa vida, uma vida inteira que a gente tem aqui”<sup>53</sup> (Vila Autódromo).

---

<sup>52</sup> Bom Dia Rio, TV Globo, 28/03/2011.

Morador - “Eu acho isso aí uma sem vergonhice tremenda, um abuso de autoridade. Porque são 36 anos que eu moro aqui no morro. Só eu sei o que eu passei e o que eu passo pra construir minha casa, né. Não só eu como os outros moradores. Aí agora a cara acha que vai chegar aqui e tirar casa pra fazer praça e ficar por isso mesmo?”<sup>54</sup> (Providência).

**Reparação** – esse “pacote”, de certa forma, se relaciona com o anterior. Uma vez que os moradores estão ameaçados de perder a moradia, eles demandam alguma certeza de reparação por parte dos órgãos públicos – indenização ou oferta de imóvel melhor. Essa ideia também está bem presente nos discursos da imprensa tradicional e da própria prefeitura, que enfocam os benefícios da nova moradia.

Fassin diz que na política de reparação, o trauma não é apenas a origem do sofrimento que pretende-se curar, é também um recurso através do qual se pode fazer uma reclamação (2007, p.8).

Nesse pacote temos dois tipos distintos de história: moradores cobrando reparação física e, por vezes, emocional da administração municipal; prefeitura elogiando as vantagens da oferta. Há uma terceira narrativa dos moradores que se negam a sair das comunidades e, portanto, negam as opções apresentadas pela prefeitura. As palavras-chave são: “aluguel social”, “indenização”, “reparação”, “proposta” e “opção”. Os principais emissores desse “pacote” são os moradores e a prefeitura, direta e indiretamente. Alguns exemplos de fala:

Tiago Mohammed (subprefeito da Barra da Tijuca e Jacarepaguá) – “As pessoas que precisam sair, são as pessoas que estão dentro do traçado das obras que a prefeitura precisa fazer, mas mesmo assim o projeto que a prefeitura ofereceu é um projeto bom, de qualidade, e as pessoas, até mesmo aquelas que não estão no traçado, já manifestaram o interesse em sair. E a prefeitura vai atender também essas pessoas”<sup>55</sup> (Vila Autódromo).

Moradora – “Aqui a gente tem 120 lojas, onde o prefeito não está dando opção de escolha a nenhum dos comércios. Ele tá arrumando tudo quanto é argumento pra não indenizar e não dar condição de trabalho pra 120 comerciantes e lojistas, entre lojas, comércios, pensões, aqui tem de tudo. Alega que aqui ninguém tem alvará, e onde eles mesmo dão condição e agora quer atropelar a própria lei deles”<sup>56</sup> (Metrô Mangueira).

Moradora – “Vai passar o trator em cima das nossas casas, nós temos que sair em 24 horas. Não ofereceu nada, que é pra nós se mandar. E agora saio e eles passam o carro por cima de nós. Eles não vão oferecer nem um real pra gente. Nós somos trabalhadores, nós mora na favela, mas nós somos

---

<sup>53</sup> SBT Rio, SBT, 06/10/2009.

<sup>54</sup> Jornal A Nova Democracia, 10/05/2011.

<sup>55</sup> Bom Dia Rio, TV Globo, 27/03/2014.

<sup>56</sup> Balanço Geral, Record, 02/11/2010.

moradores, nós não queremos pedradas de ninguém, nós queremos o nosso direito”<sup>57</sup> (Metrô Mangueira).

**Megaeventos / especulação** – o “pacote” encontra ressonâncias no discurso do dossiê do Comitê Popular Rio Copa e Olimpíadas. O argumento estabelece a seguinte relação: os megaeventos e/ou a especulação imobiliária estão gerando a expulsão e conseqüente remoção de favelas no Rio de Janeiro. Constrói-se a narrativa de que o interesse particular está sobrepondo o bem comum, ou ainda, as vidas em questão. Nota-se um reforço do argumento megaeventos na fala dos moradores a partir de 2013, talvez em decorrência das manifestações de rua contrárias à Copa do Mundo de 2014 e às Olimpíadas de 2016.

O discurso está presente, sobretudo, nos vídeos da imprensa alternativa-ONGs. Na imprensa tradicional, aparece ora com um viés crítico, ora imbuído de uma ideia de progresso. As histórias giram em torno da denúncia e da indignação dos moradores com a remoção para dar lugar a um espaço para “o rico” ou “o gringo”. As palavras-chave são: “olimpíadas”, “copa”, “megaeventos”, “expulsão”, “pobre”, “especulação imobiliária” e “maquiagem”. Os principais emissores desse *frame* são o morador da comunidade afetada e o lettering/narração da mídia alternativa. Seguem os exemplos:

Moradora – “Eu acho que esse teleférico é pra gringo, não é pra pobre, porque aqui já existe a Kombi. Não é que a gente é contra o teleférico, mas ele trouxe muitos transtornos para comunidade, não trouxe nenhuma alegria”<sup>58</sup> (Providência).

Repórter – “O teleférico poderia atrair também muitos visitantes, que ao desembarcarem da estação, aqui no morro, poderiam parar nesse mirante que está pronto e apreciar uma bela vista da cidade”<sup>59</sup> (Providência).

Morador – “A grande questão da Vila Autódromo não é o Jogos Olímpicos. É a especulação imobiliária, certo? Isso foi só um pretexto”<sup>60</sup> (Vila Autódromo).

Raquel Rolnik (relatora da ONU) – “Precisamos de um estacionamento pro Maracanã. Aonde vai pôr o estacionamento? Claro, na favela. Não é no posto de gasolina que tá caindo aos pedaços, soltando gasolina pelo subsolo. Não é qualquer outra alternativa de terreno, vai em cima das favelas porque é justamente o lugar mais vulnerável, aonde tá a população mais vulnerável”<sup>61</sup> (Metrô Mangueira).

---

<sup>57</sup> Jornal A Nova Democracia, 07/01/2014.

<sup>58</sup> RJ No Ar, Record, 21/01/2014.

<sup>59</sup> RJ TV, TV Globo, 21/01/2014.

<sup>60</sup> Repórter Rio, TV Brasil, 4/01/2009.

<sup>61</sup> Witness, 20/06/2011.

Morador – “Maquiagem, maquiagem, porque a obra não é pra pessoa que mora na comunidade, é pra gringo vir ver, estrangeiro”<sup>62</sup> (Providência).

Morador – “Vai sair o pobre e vai ficar o homem rico? (...) Depois vou passar aqui e vai tá cheio de condomínio, casa. Pobre não pode ficar, mas daqui uns anos pode vir aqui que vai tá cheio de casa”<sup>63</sup> (Vila Autódromo).

**Progresso** – principal argumento utilizado pela imprensa tradicional e pela prefeitura, esse *frame* enfoca os benefícios das obras que a administração pública está executando e, na maioria das vezes, não cita as remoções necessárias para a execução dos projetos. Na grande parte dos casos, a ideia de progresso está associada à mobilidade e à consequente integração do morro com o asfalto, seguindo a linha-mestra da comunicação da prefeitura. Nos casos em que a remoção aparece, a narrativa guarda semelhanças com o antigo ideal remocionista, relatando a favela como lugar insalubre e atrasado, e colocando a vida fora desse ambiente como a melhor opção.

Um dos principais recursos utilizado por esse *frame* são maquetes e projetos eletrônicos enviados pela assessoria da administração municipal. O principal emissor desse discurso é a prefeitura, por meio de representantes ou notas para imprensa. Eventualmente aparece algum morador a favor das obras, fato que se nota apenas nos vídeos da imprensa tradicional. As palavras-chave incluem: “mudança”, “mobilidade”, “integração”, “facilidade”, “melhoria”, “qualidade”. Exemplos:

Repórter – “A vida dos moradores do Morro da Providência está prestes a mudar. Tudo graças a um teleférico que está sendo construído na região”<sup>64</sup> (Providência).

Prefeito Eduardo Paes – “Nós estamos aqui na primeira favela do Rio, né, o Morro da Providência tem essa característica. Hoje pacificado, totalmente integrado à cidade, e esse teleférico integra ainda mais. Permite a população aqui ter acesso de qualidade à sua residência, se conectando com a cidade”<sup>65</sup> (Providência)

Repórter – “66 famílias já aderiram à proposta da prefeitura para sair da Vila Autódromo, em Jacarepaguá, e se mudar para o condomínio Parque Carioca, cerca de 1 quilômetro da comunidade”<sup>66</sup> (Vila Autódromo).

**Falta de diálogo** – a ideia central desse “pacote” é a denúncia da falta de democracia e o não respeito ao indivíduo no percurso do processo de remoção. Os

---

<sup>62</sup> Witness, 20/06/2011.

<sup>63</sup> Anistia Internacional, 20/04/2011.

<sup>64</sup> Jornal do Rio, Band, 16/11/2012.

<sup>65</sup> RJ TV, TV Globo, 21/12/2012.

<sup>66</sup> RJ TV, TV Globo, 08/10/2013.

moradores afirmam que o poder público não apresenta motivos que justifiquem a remoção, não esclarece as dúvidas e não faz ofertas claras. O argumento desse *frame* está em mais da metade dos vídeos da imprensa alternativa e também aparece, com menos força, nos da imprensa tradicional.

Na narrativa construída, a prefeitura aparece como um órgão isolado e distante, que se recusa a negociar com os moradores. É interessante notar uma mudança de discurso do prefeito Eduardo Paes e de outros agentes da prefeitura – secretários e subprefeitos – a partir do segundo semestre de 2013. O termo “diálogo” surge em boa parte das falas desses personagens e, no canal oficial da administração pública no *Youtube*, encontra-se uma série de vídeos de reuniões com moradores a partir desse período. O principal emissor é o morador, por meio dos vídeos-denúncia da mídia alternativa. As palavras-chave são: “diálogo”, “projeto”, “conhecer”, “ligar”, “informar”. Exemplos:

Francisco Horta (defensor público) – “A única coisa que o morador quer, na verdade, é conhecer o projeto, é poder conversar com o poder público, um diálogo no mesmo patamar, sobre como esse projeto vai impactar sobre sua vida”<sup>67</sup> (Providência).

Morador – “A gente fica nessa incerteza, nesse sofrimento e não chega uma autoridade para dizer assim: isso vai acontecer de uma forma legal, assim assim”<sup>68</sup> (Vila Autódromo).

Moradora – “Ele (Eduardo Paes) não teve coragem nem de vir aqui avisar a gente que ia sair da favela. A favela a gente sabe que já vai sair, que ia derrubar. Ele tinha que, pelo menos, ter avisado antes: olha, tal dia, tal hora, isso vai ser derrubado”<sup>69</sup> (Metrô Mangueira).

Moradora – “Olha, nunca procuraram ouvir a palavra do morador. Nós tivemos diretamente com a visita do prefeito fazendo inauguração em praça pública do Morar Carioca. Então eles mostraram um filminho, olha aqui vai ter um plano inclinado, aqui vai ter um teleférico, aqui vai ter isso e aquilo, mas não perguntaram a nossa opinião. (...) Não nos mostraram nenhuma maquete, nenhum projeto desse desenvolvimento que eles dizem ser e ponto final”<sup>70</sup> (Providência).

Pierre Batiste (secretário de Habitação) - Esse processo foi feito todo com muito diálogo, muito respeito por parte da prefeitura. A partir de hoje as mudanças serão feitas de forma escalonada e podemos verificar a alegria deles”<sup>71</sup> (Vila Autódromo).

**Poder público omissivo** – esse argumento é utilizado tanto pela imprensa tradicional quanto pela imprensa alternativa. Na tradicional, ele aparece na forma de crítica pela precariedade das condições de vida na favela e, às vezes, pela existência

---

<sup>67</sup> Jornal do Rio, Band, 15/12/2012.

<sup>68</sup> Brasil Urgente, Band, 30/07/2013.

<sup>69</sup> Justiça Global, 09/01/2014.

<sup>70</sup> Witness, 20/06/2011.

<sup>71</sup> RJ TV, TV Globo, 26/03/2014.

dessa forma de habitação urbana - lembrando novamente o ideal remocionista. Na mídia alternativa e na fala dos moradores, o argumento surge na forma de cobrança de itens básicos como saneamento, posto de saúde, escola, etc, que deveriam acontecer no lugar das remoções. Na narrativa dos moradores há, ainda, uma outra reclamação em relação à omissão poder público: o não recolhimento dos entulhos das casa demolidas.

Os emissários desse “pacote” são diversos: âncoras, moradores, *letterings* e narradores. As palavras-chave são: “melhoria” e “infraestrutura”. Exemplos de discursos:

Morador – “Poderia aproveitar e sanear a comunidade, pintar as casas todas iguais e receber os jogos com a comunidade. Isso seria um bom exemplo para um governante”<sup>72</sup> (Vila Autódromo).

Âncora – “(...) Porque em outros governos deixaram que as coisas fossem crescendo, agora continua crescendo em outros lugares, foram deixando. Eu disse que isso ia acontecer”<sup>73</sup> (Metrô Mangueira).

Moradora – “Eu pedi ao excelentíssimo subprefeito André que ele tirasse esses entulhos. (...) O pessoal que mora aqui tá se sentindo muito mal com isso tudo. E aí ele falou que só poderia tirar isso aí depois que a comunidade toda fosse abaixo”<sup>74</sup> (Metrô Mangueira).

Repórter – “O projeto Morar Carioca pode ser considerado uma das maiores obras de maquiagem anunciadas pelos gerenciamentos municipais. Mesmo sem escolas, hospitais, moradia digna e saneamento, moradores do Morro da Providência estão sendo removidos para dar lugar a parques, praças, arvores e um teleférico”<sup>75</sup> (Providência).

Morador – “A prefeitura pouco se importa com a comunidade, porque se ela se importasse ela daria pra gente toda a infraestrutura que ela pode dar. Que é saneamento, a gente precisa”<sup>76</sup> (Vila Autódromo).

**Trauma/sofrimento** – o eixo central desse “pacote” é o quanto a ideia da remoção vem afetando emocionalmente o morador. Narrativas como “não consigo dormir”, “era feliz e agora estou triste”, “vivo nervosa por causa disso” fazem parte desse *frame*. Metade dos vídeos da mídia alternativa possui esse discurso, enquanto na mídia tradicional o número é bem inferior (14%). O emissor desse argumento é, essencialmente, o morador. Palavras-chave: “tristeza”, “nervoso”, “doente”, “sofrendo”. Alguns exemplos:

Morador – “O pouco que você constrói ao longo dos anos vai se deteriorando. Você morar num local em que você vive 20 anos sendo ameaçado que vai ser removido, a comunidade vai sair e você não sabe o que vai acontecer. Qualquer ser humano normal ficaria doente”<sup>77</sup> (Vila Autódromo).

---

<sup>72</sup> Repórter Rio, TV Brasil, 5/11/2009.

<sup>73</sup> Balanço Geral, Record, 2/10/2010.

<sup>74</sup> Witness, 20/06/2011.

<sup>75</sup> Jornal A Nova Democracia, 25/01/2013.

<sup>76</sup> TV Tatuzaroio, 30/12/2011.

Moradora – “Foi desumano o que fizeram. A moça acabou de sair de dentro de casa, a máquina vem e derrubou” <sup>78</sup> (Metrô Mangueira).

Moradora – “(...) Nós estamos tristes, nós não temos alegria. Nós pensa que nós podemos dormir e não acordar, não levantar mais com as nossas coisas. (...) Eu estou lutando pelo morro em que eu nasci” <sup>79</sup> (Providência).

Morador – “(...) Daqui a pouco tou sendo avô e não posso viver com isso na minha cabeça. Desde o meu primeiro piso aqui embaixo o cara falou: tu é maluco de botar piso desse na sua casa, a casa tá saindo, a comunidade tá saindo. Eu fiquei duas noites sem dormir. Eu não vou ficar vivendo isso enquanto eu tiver vida, não” <sup>80</sup> (Vila Autódromo).

**Violação Direitos Humanos** – esse argumento engloba dois campos: o da violação dos direitos humanos propriamente dita e o da citação “aos direitos”. Diversos vídeos contém denúncias de casas que foram demolidas sem autorização ou, até mesmo, a inscrição da sigla SMH sem a devida comunicação ao morador. Ao mesmo tempo, muitos personagens evocam a ideia de que “o pobre não tem direito”, “eles têm que respeitar o direito do pobre também”.

Nesse sentido, é interessante lembrar a ampliação do conceito de direitos humanos. Jonathan Simon (2007) aponta que na década de 60, os Estados Unidos aprovaram o *Civil Rights Act* e o *Voting Rights Act*, que criaram novas agências federais e encorajaram cortes federais a ouvir testemunhos de cidadãos. Essas novas leis expandiram o foco do que era compreendido como sujeito dos direitos civis para afroamericanos, mulheres, gays e lésbicas e latinos.

O argumento desse “pacote” é majoritariamente utilizado pela imprensa alternativa-ONGs, e o principal emissor é, novamente, o morador. A palavra-chave é direito, como pode ser verificada nos exemplos abaixo:

Marcelo Chalreio (Presidente da comissão de Direitos Humanos da OAB) – “Essas famílias ocuparam essa área por absoluta necessidade, vocês podem constatar aqui o estado de vulnerabilidade social e necessidade absoluta das pessoas que estão aqui. A gente está tentando abrir canais com a administração pública para cobrar o cumprimento daquilo que achamos que é absolutamente fundamental e essencial para que as pessoas tenham um tratamento digno, um tratamento que qualquer ser humano precisa ter em condições como essa” <sup>81</sup> (Metrô Mangueira).

---

<sup>77</sup> Cidinha Livre, Band, 05/09/2011.

<sup>78</sup> Justiça Global, 09/01/2014.

<sup>79</sup> Witness, 20/06/2011.

<sup>80</sup> RioOnWatch, 07/12/2011.

<sup>81</sup> Jornal da Globonews, Globonews, 09/01/2014.

Moradora – “Isso aqui virou um país sem ordem. É um país onde ninguém respeita o pobre, é tratado como cachorro”<sup>82</sup> (Metrô Mangueira).

Morador – “Eles chegaram e falaram que queriam fazer um cadastro, que quem não fizesse já teria perdido a casa, eles iam vir aqui demolir a casa de qualquer forma. Foi essa forma como eles chegaram intimidando a pessoa”<sup>83</sup> (Vila Autódromo).

Morador – “Quem não tem dinheiro, não tem direitos nenhum. Eu digo isso porque já fui removido duas vezes, seria a terceira na Vila Autódromo. Eu trabalhei pra ajudar essa cidade crescer, será que não tenho direito a um pedaço de chão pra viver? Tem que tá sempre sendo removido? Não tá certo isso”<sup>84</sup> (Vila Autódromo).

Moradora – “Eu sou comerciante e moradora, viu. E exijo que ele garanta nossas leis, os direitos humanos, nós queremos que ela seja respeitada”<sup>85</sup> (Metrô Mangueira).

**Trânsito** – O último *frame* surgiu da análise do discurso da imprensa tradicional. O argumento do trânsito e, em última instância, da ordem, está presente em diversas matérias sobre protestos de moradores em defesa da moradia. Há um maior espaço para informações sobre o trânsito do que para a fala de moradores, por exemplo.

Os quadros abaixo ilustram os “pacotes” descritos anteriormente:

#### Vídeos com fala de agente da prefeitura:

	<b>METRÔ MANGUEIRA</b>	<b>VILA AUTÓDROMO</b>	<b>PROVIDÊNCIA</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Imprensa tradicional</b>	2	8	4	14
<b>Imprensa alternativa</b>	0	2 (agente)	1 (agente)	3
<b>Eduardo Paes</b>	0	2	1	3
<b>TOTAL</b>	2	12	6	

#### Vídeos com conteúdo da prefeitura:

	<b>METRÔ MANGUEIRA</b>	<b>VILA AUTÓDROMO</b>	<b>PROVIDÊNCIA</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Imprensa tradicional</b>	14	17	15	46
<b>Imprensa alternativa</b>	0	0	2	2
<b>Eduardo Paes</b>	1	3	1	5
<b>TOTAL</b>	15	20	18	

<sup>82</sup> Coletivo Mariachi, 24/01/2014.

<sup>83</sup> Movimento Nacional de Luta pela Moradia, 22/10/2011.

<sup>84</sup> Jornal A Nova Democracia, 25/01/2013.

<sup>85</sup> Balanço Geral, Record, 2/11/2010.



**Vídeos com fala de morador:**

	<b>METRÔ MANGUEIRA</b>	<b>VILA AUTÓDROMO</b>	<b>PROVIDÊNCIA</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Imprensa tradicional</b>	12	20	14	46
<b>Imprensa alternativa</b>	10	9	8	27
<b>Eduardo Paes</b>	1	3	1	5
<b>TOTAL</b>	23	32	23	

**Vídeos com fala de representante jurídico:**

	<b>METRÔ MANGUEIRA</b>	<b>VILA AUTÓDROMO</b>	<b>PROVIDÊNCIA</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Imprensa tradicional</b>	8	7	2	17
<b>Imprensa alternativa</b>	1	4	2	7
<b>Eduardo Paes</b>	0	1	0	1
<b>TOTAL</b>	9	12	4	

**Divisão dos vídeos por “pacotes” – imprensa tradicional:**

	<b>METRÔ MANGUEIRA</b>	<b>VILA AUTÓDROMO</b>	<b>PROVIDÊNCIA</b>	<b>TOTAL</b>	<b>%</b>
<b>Perda</b>	9	10	6	25	40%
<b>Reparação</b>	12	11	3	26	42%
<b>Megaeventos/especulação</b>	3	7	3	13	21%
<b>Progresso</b>	7	13	12	32	52%
<b>Falta de diálogo</b>	8	3	5	16	26%
<b>Poder público omissor</b>	2	8	11	21	34%
<b>Trauma / sofrimento</b>	5	3	1	9	14%
<b>Violação Direitos Humanos</b>	2			2	3%
<b>Trânsito</b>	8			8	13%

**Divisão dos vídeos por “pacotes”- imprensa alternativa-ONGs:**

	<b>METRÔ MANGUEIRA</b>	<b>VILA AUTÓDROMO</b>	<b>PROVIDÊNCIA</b>	<b>TOTAL</b>	<b>%</b>
<b>Perda</b>	7	7	8	22	78%
<b>Reparação</b>	8	6	4	18	64%
<b>Megaeventos/especulação</b>	6	6	6	18	64%
<b>Progresso</b>			2	2	7%
<b>Falta de diálogo</b>	3	5	7	15	53%
<b>Poder público omissor</b>	2	4	3	9	32%
<b>Trauma / sofrimento</b>	7	5	2	14	50%
<b>Violação Direitos Humanos</b>	7	5	3	15	53%
<b>Trânsito</b>	0	0	0	0	0%

**Divisão dos vídeos pelo “pacote” predominante – imprensa tradicional:**

	<b>METRÔ MANGUEIRA</b>	<b>VILA AUTÓDROMO</b>	<b>PROVIDÊNCIA</b>
<b>Perda</b>	3	4	5
<b>Reparação</b>	4	9	0
<b>Megaeventos/especulação</b>	2	1	0
<b>Progresso</b>	2	4	6
<b>Falta de diálogo</b>	3	2	1
<b>Poder público omissor</b>	0	2	4
<b>Trauma / sofrimento</b>	0	1	0
<b>Violação Direitos Humanos</b>	0	0	0
<b>Trânsito</b>	3	0	0

**Divisão dos vídeos pelo “pacote” predominante – imprensa alternativa/ONGs:**

	<b>METRÔ MANGUEIRA</b>	<b>VILA AUTÓDROMO</b>	<b>PROVIDÊNCIA</b>
<b>Perda</b>	4	4	3
<b>Reparação</b>	2	2	1
<b>Megaeventos/especulação</b>	0	2	0
<b>Progresso</b>	0	0	0
<b>Falta de diálogo</b>	0	1	4
<b>Poder público omissor</b>	0	0	0
<b>Trauma / sofrimento</b>	0	0	0
<b>Violação Direitos Humanos</b>	4	1	0
<b>Trânsito</b>	0	0	0

Outro possível viés de análise é o temporal, isso é, perceber em que momento a mídia passa a cobrir o caso de cada comunidade. Na imprensa tradicional, há uma “explosão” de cobertura em 2014, talvez influenciada pelas manifestações de rua do segundo semestre de 2013. Se olharmos especificamente para cada favela, podemos notar que os grandes eventos midiáticos são, em geral, o lançamento de obras ou a iminência da remoção.

No caso do Metrô Mangueira, a imprensa praticamente só cobriu os protestos realizados no começo de 2014, contrários à demolição das casas e à remoção da comunidade. Na Providência, o maior número de matérias está em 2012, ano de lançamento das obras do teleférico. E na Vila Autódromo, o principal ano de cobertura foi 2013, período de lançamento das obras do condomínio Parque Carioca,

onde a favela seria reassentada. Boa parte das matérias, ainda que focadas nas obras, dá espaço para moradores apreensivos com as mudanças.

Para a mídia alternativa-ONGs, o principal momento é o cadastramento e a marcação com a sigla SMH nas casas, seguido pela apreensão dos moradores. Isso se verifica tanto na Vila Autódromo (2011 foi o ano do início dos cadastros e de maior número de vídeos) quanto na Providência (repete-se o ano, 2011, e o motivo). A única exceção é o Metrô Mangueira, que foi o principal assunto da imprensa alternativa em 2014, em decorrência dos protestos. Diferente da imprensa tradicional, o Metrô Mangueira continuou sendo tema de vídeos após a demolição de casas, acompanhando o “drama” daqueles que ficaram sem moradia.

#### **Divisão dos vídeos da imprensa tradicional por ano:**

	<b>METRÔ MANGUEIRA</b>	<b>VILA AUTÓDROMO</b>	<b>PROVIDÊNCIA</b>	<b>TOTAL</b>
<b>2009</b>		3	2	5
<b>2010</b>	1		2	3
<b>2011</b>		2	4	6
<b>2012</b>			5	5
<b>2013</b>		11	1	12
<b>2014</b>	20	7	3	30

#### **Divisão dos vídeos da imprensa alternativa por ano:**

	<b>METRÔ MANGUEIRA</b>	<b>VILA AUTÓDROMO</b>	<b>PROVIDÊNCIA</b>	<b>TOTAL</b>
<b>2009</b>		1		1
<b>2010</b>				
<b>2011</b>	2	5	5	12
<b>2012</b>	1	2	2	5
<b>2013</b>		2	1	3
<b>2014</b>	7			7

## **2.5 COMO SE CONSTRÓI A VÍTIMA NAS NARRATIVAS DE SOFRIMENTO**

Podemos afirmar que, mesmo com focos iniciais diametralmente opostos – lançamento de obras e cadastramento de casas -, tanto a imprensa tradicional quanto a alternativa reservam um espaço para as narrativas de sofrimento. Mesmo que já tenha sido possível deduzir pelos resultados dos “pacotes”, é importante questionar “Quem

é a vítima?” dessas histórias e de que forma ela é tratada. Para a mídia alternativa, a vítima é claramente o pobre, negro e favelado. Para a tradicional, ainda que eventualmente exista um discurso pró-remoção, o morador de favela é vítima dos processos em questão, e não tanto do sistema socioeconômico, fato que se verifica pela alta incidência dos “pacotes” de perda e reparação.

Simon (2007) diz que a vítima passou a ter relevância no ambiente legislativo a partir dos anos 90, quando um conjunto de leis aprovadas nos Estados Unidos concedeu à “voz” desse sujeito um papel importante dentro dos processos legais. Esses grupos se tornam mais relevantes e influentes na medida em que se organizam e criam narrativas coerentes baseadas nas demandas próprias, capazes de se relacionar com as esferas políticas e, efetivamente, produzir mudanças nas leis. Simon exemplifica com diversos grupos: negros, mulheres, latinos, asiáticos e minorias sexuais e religiosas (SIMON, 2007, p.107).

No caso em análise, percebemos que o ameaçado de remoção passa a se articular, - constituindo um grupo e criando narrativas próprias<sup>86</sup> - e a estabelecer vínculos com parlamentares tradicionalmente de esquerda e sujeitos da Defensoria Pública, por exemplo, na tentativa de legislar em sua defesa.

A formação do sujeito-vítima também passa pela relevância do *background* histórico. Simon (2007), ao falar de casos de agressão a mulheres e negros, cita a importância do tema “dominação” para a construção dessas narrativas. Nos vídeos analisados, o argumento aparece frequentemente na ideia de pobreza e de dívida histórica, uma vez que o morador típico de favela é negro - e não é à toa.

Para Fassin (2007), a ascensão da figura da vítima na sociedade é um reflexo da passagem da era da suspeita para a era da autenticidade. Como indicativo disso, Fassin cita:

A crescente influência das associações de vítimas, a proliferação de espaços médicos e sociais para esse tipo de sujeito, a cobertura da mídia sobre o atendimento psicológico das vítimas de todas as catástrofes (...) até a criação de uma Secretaria de Estado para os Direitos das Vítimas. (FASSIN, 2007, pp.35-36).

Cerca de 82% dos vídeos analisados contêm depoimentos de moradores – ou seja, das vítimas em questão -, sendo que alguns se baseiam unicamente nessa fala, apenas o sujeito e a câmera. Fassin (2007) aponta para a importância do testemunho sobre si como figura imponente da história traumática. O trauma já faz parte do

---

<sup>86</sup> Realização do congresso dos atingidos pela Copa e Olimpíadas em maio de 2014.

sujeito, mas a revelação íntima é capaz de deixar claro o impacto do evento (FASSIN, 2007, p. 73). Como personagem central da narrativa da imprensa alternativa-ONGs, o removido pode ser o vencido, mas o relato da experiência em questão acaba por se impor contra a versão dos vencedores, pois diz melhor sobre a verdade do que a “experiência da história” (KOSELLECK apud FASSIN, 2007).

Ainda que a vítima seja a mesma – o morador ameaçado de remoção -, o *frame* realizado pela imprensa alternativa-ONGs é diferente da imprensa tradicional. A análise dos “pacotes” fornece diversas pistas nesse sentido, mas é válido avaliar de que maneira essas histórias são contadas. Boltanski sugere que é impossível descrever cenas de sofrimento com imparcialidade e objetividade, mesmo que atualmente essa seja a melhor forma de garantir a seriedade de uma descrição que aspira ao status de verdade (BOLTANSKI, 1999, pp.23-24).

Para Boltanski (1999) existem dois diferentes estados em que o sujeito pode existir na esfera pública: o do não comprometimento e o do comprometimento. Para o comprometimento ser válido ele deve ser puramente moral, ou seja, deve estar livre de qualquer outro interesse e, conseqüentemente, de quaisquer laços comunitários anteriores. Como o ator é uma figura qualificada, ao menos pelo o que faz, e envolvido com ações anteriores em curso, somente o espectador, por definição um observador inativo, pode assumir atos de comprometimento. O compromisso só é realmente autêntico quando marca um momento em que os indivíduos incertos assumem uma posição.

Dessa forma, o momento crucial é o do comprometimento entendido como a passagem do espectador para o ator (BOLTANSKI, 1999, p.31). Nos vídeos da imprensa alternativa-ONGs, é possível notar esse engajamento ativo daquele que, inicialmente, era um observador do sofrimento dos ameaçados de remoção, e se torna um engajado da causa, um ator na defesa daqueles sofredores.

O formato da esfera pública, que pressupõe a imparcialidade e a objetividade, apresenta um problema para o comprometimento: o sofrimento é particular, portanto não é possível apenas descrever a “cena como ela é”. Segundo Boltanski (1999), essa tensão surge de exigências contraditórias. Por um lado, há uma exigência de imparcialidade e uma distinção entre o momento da observação, isto é, do conhecimento, e o momento da ação. Essa exigência aponta para uma possibilidade de generalização. Por outro, há uma exigência de investimento afetivo, sentimental ou

emocional, que é necessário para despertar o comprometimento político (BOLTANSKI, 1999, pp.32-33).

A melhor maneira para despertar a piedade, envolver o espectador e chamá-lo a agir é enfocando o sofrimento de casos particulares. A imprensa alternativa-ONGs e até mesmo a imprensa tradicional utilizam desse recurso constantemente, ao optarem por histórias individuais de sofrimento, gerando pena e, por vezes, convencendo o espectador a se engajar na causa. No entanto, Boltanski (1999) questiona até que ponto essa narrativa em detalhes é apropriada, uma vez que o desejo de despertar piedade entra em conflito com a demanda contrária de respeito pelo sofredor. Ou seja, uma descrição “carregada em tintas” pode ser compreendida como redutora, já que o sujeito está totalmente definido pelo seu sofrimento, e ainda serve de exibição para aqueles que não sofrem (BOLTANSKI, 1999, p.33).

A denúncia, de acordo com Boltanski (1999), pode ser criticada por ser um substituto vazio da ação. O comprometimento não é genuíno, está expresso somente em palavras, o que não custa nada e só serve para apaziguar as questões morais do espectador, sem diminuir o sofrimento da vítima em questão. Dois argumentos compõem essa crítica: o sacrifício de quem faz a denúncia e a efetividade dela para quem sofre.

A denúncia é considerada mais respeitável se ela representa algum risco ou custo para a pessoa que a faz, caso de regimes totalitários, por exemplo. Em uma sociedade democrática, a denúncia é frequentemente denegrida, ao mesmo tempo em que a chance de ser eficaz é maior, já que a difusão é mais fácil e as autoridades políticas deveriam ser mais sensíveis à opinião pública.

A outra forma de criticar a denúncia é bastante usada pelo prefeito Eduardo Paes, por exemplo, que considera hipócrita a “fala vazia” dos denunciantes, uma vez que a indignação não pode ser autêntica, já que ele não é realmente afetado pelo sofrimento da vítima. Ou seja, o denunciante não vivencia, efetivamente, a mesma vida do sofredor, não possui as mesmas experiências. Por não ter nada em comum com o objeto da denúncia, o denunciante pode ainda ser acusado de “irresponsabilidade”, no sentido de que suas acusações não custaram nada, mas podem provocar represálias e reflexos na vida do sofredor que ele pretendia defender. Eduardo Paes, ressaltando as origens burguesas dos denunciantes, frequentemente usa esse argumento ao afirmar que a cobertura e influência de ONGs atrapalha, por vezes,

a possibilidade de melhoria de vida dos removidos, como no caso atual da Vila Autódromo.

Assim, cabe ao poder público construir narrativas que legitimem o sofrimento causado pelas políticas públicas atuais. Como pudemos ver, a gestão atual tem trabalhado nesse sentido de forma dupla: na inserção da favela como *trademark* do Rio de Janeiro dos Jogos Olímpicos de 2016, assim como, nas justificativas e ações que procuram legitimar e corroborar a nova onda remocionista. No próximo capítulo, veremos um comparativo dessas construções narrativas dos anos 60 – favela do Esqueleto – e a atualidade – Metrô Mangueira, Providência e Vila Autódromo.

### 3. O SOFRIMENTO NAS NARRATIVAS SOBRE AS REMOÇÕES DOS ANOS 60 E DA ATUALIDADE

#### 3.1 O *BRANDING* DA FAVELA NO RIO DE JANEIRO DAS OLIMPÍADAS

Dentre os diversos desafios vividos pelo Rio de Janeiro ao postular a vaga para sediar as Olimpíadas de 2016, está a busca pela forma correta de lidar com as favelas da cidade. Há um consenso entre os governos municipais, federais e setores empresariais de que é preciso domesticar esse espaço, tornando-a um *trademark* da própria cidade, como afirma Beatriz Jaguaribe (2010). Contudo, como visto nos capítulos anteriores, há o que podemos chamar de conflito de orientação, uma vez que processos de remoção seguem acontecendo por todo o Rio de Janeiro.

No dossiê entregue aos órgãos responsáveis pela seleção, o tópico “Riscos naturais em potencial” abordava a histórica ocupação desordenada dos morros e das encostas do Rio de Janeiro: “A expansão urbana em muitos casos invadiu o ecossistema das planícies e das encostas, aumentando os riscos de deslizamentos, de assoreamento dos sistemas de água, e de inundações causadas pelas chuvas de verão (de dezembro a março).” (BRASIL, 2009 a, p.86 apud LIMA, 2013). Essa preocupação, motivou remoções na cidade, antes mesmo do resultado final da escolha do Rio de Janeiro. Em outro momento do dossiê, a defesa da construção do Centro Olímpico de Treinamento expõe que a “região se beneficiará de ganhos consideráveis durante o desenvolvimento do Parque Olímpico do Rio. A transferência das acomodações ilegais nas margens da Lagoa de Jacarepaguá para um novo local e a integração de um parque ajudarão a renovação e o acesso do público nessa região protegida” (BRASIL, 2009 a, p.100 apud LIMA, 2013). Por fim, há uma defesa mais explícita do dossiê em prol das remoções, indicando um possível posicionamento do poder público e das entidades organizadoras frente à questão favela e o transcurso dos Jogos Olímpicos:

Quando for necessário o assentamento de famílias, especialmente daquelas provenientes de comunidades carentes sujeitas aos projetos de regeneração, serão oferecidas casas populares, o que irá melhorar consideravelmente a sua qualidade de vida (...) Os Jogos Rio 2016 darão a oportunidade de revitalizar regiões da cidade e melhorar a estrutura de comunidades específicas ao redor da cidade (BRASIL, 2009 a, p.144 apud LIMA, 2013).



Com a escolha do Rio de Janeiro para sediar as Olimpíadas de 2016, o poder público e o comitê organizador viram-se diante de um impasse: como ressignificar as representações negativas da favela. Como observado no capítulo anterior, tanto Estado quanto Prefeitura vêm se empenhando para legitimar, perante toda a população, a realização dos Jogos e para executar mudanças estruturais nas favelas – como, por exemplo, com as UPPs e o programa Morar Carioca. Todavia, aqui estamos abordando uma questão de imagem, ou, como convencionou-se nomear, de *branding*. Jaguaribe (2011) questiona quando e como as cidades reinventam seus repertórios culturais e seu patrimônio simbólico. De acordo com a autora, o acúmulo de capital simbólico de uma cidade depende, de uma gama de fatores distintos tais como expressões culturais sedimentadas pelo legado histórico, a força econômica e política da cidade, o investimento e a presença do estado, a dimensão global que a metrópole em questão possui, assim como a atuação e o investimento do capital, capaz de reinventar as cidades como arenas de consumo e espetáculo. Jaguaribe (2011) aponta, ainda, para a relevância de megaeventos como as Olimpíadas como propulsores da implementação de uma agenda de remodelações urbanas.

O *branding*, segundo Jaguaribe (2011), seria constituído por uma série de intensos investimentos publicitários, capazes de transformar uma cidade em cidade competitiva, tornando-a visível e identificável no imaginário global. O *branding* urbano baseia-se na invenção e ação conjunta entre autoridades administrativas e públicas, empresários do setor privado, arquitetos, urbanistas e agências de publicidade, que fazem uso de uma variedade de repertórios e representações, cujo objetivo final é a maximização de lucros e recursos. Dessa forma, o ponto mais importante do processo de *branding* é vender uma imagem da cidade para que ela possa receber recursos, investimentos, turismo e ganhos econômicos.

Heinrich (2008, p.95 apud CAMARGO, 2011, p.38) afirma que:

Cidades estão competindo na “liga” regional, nacional, continental ou mundial. Cidades pequenas competem na região, ou, às vezes, no país. Rio de Janeiro, São Paulo, Cidade do México, Nova York, Paris, Londres, todas jogam na “liga mundial” (...) Cidades estão competindo para atrair turistas globais, o investimento global e a classe criativa global. Para enfrentar essa competição, as cidades grandes e pequenas investem numa identidade coerente e numa política de imagem.

As oportunidades de transformação e construção de nova imagem para a cidade podem surgir a partir de megaeventos, datas efêmeras – 500 anos de descobrimento do Brasil –, catástrofes naturais, ou até mesmo de show-case, como a

construção de um museu extravagante, fato verificado em diversas cidades como Bilbao, Baltimore<sup>87</sup>, etc. Arantes (2002 apud CAMARGO, 2011) afirma que, no urbanismo “dito de última geração”, a cidade vive à espreita de oportunidades de negócios, sendo o produto à venda a própria cidade.

Kotler, Haider & Rein defendem em “Marketing de Lugares” (2005) que o marketing urbano transcende o planejamento estratégico, ainda que ele seja utilizado para análise mercadológica e para a definição dos produtos de venda. A ação de “venda” da cidade é pautada em quatro pilares, de acordo com Compans (2005, p.120 apud CAMARGO, 2011):

- a. Criação e divulgação de uma imagem de “marca” positiva e sólida para a cidade
- b. Construção e divulgação de grandes atrações turísticas (monumentos, shoppings, centros de entretenimento, etc.)
- c. Oferta de infraestrutura de qualidade (transportes, abastecimento de água, energia, escolas, segurança pública, recreação e lazer, restaurantes, hotéis, etc.)
- d. Aprimoramento e divulgação de habilidades e hospitalidade da população

Um exemplo clássico de *branding* e transformação de uma cidade foram as campanhas Big Apple e I ♥ New York, implementadas nos anos 70, e que modificaram completamente a visão mundial de Nova Iorque. Greenberg (2008) afirma que, após um cenário de crise econômica arrasadora, um grupo da classe média nova-iorquina resolveu se reunir para mudar a imagem negativa da cidade. O objetivo do grupo era construir uma imagem única, hegemônica e utópica de uma cidade segura para a classe média consumir, divertir-se, viver e, claro, investir. Além disso, a frente de atuação pretendia criar mecanismos de pressão para que a prefeitura e o governo se unissem a eles no intuito de recuperar a imagem de Nova Iorque. A primeira ação de *branding* do grupo foi o lançamento de uma revista chamada *New York*, em 1967, formada por um grupo de jovens escritores, artistas e editores. Por meio de um design gráfico de vanguarda, um marcante estilo editorial e uma estratégia de marketing cujo intuito era definir uma atitude nova-iorquina, eles

---

<sup>87</sup> Instalação do museu Guggenheim e do Charles Center, respectivamente.

criaram a imagem de uma cidade *consumer-friendly* em um momento de crise (GREENBERG, 2000: p.228-263 – livre tradução).

Enquanto isso, a Association for a Better New York (ABNY), formada em 1971 por corretores de turismo, imobiliários e pela agência não-oficial de publicidade e relações-públicas de Nova Iorque, percebeu o potencial dos trabalhos executados pelo grupo. A partir desse momento, a ABNY identificou os principais problemas da metrópole e partiu para uma atuação em duas frentes: lobby com setores hoteleiros e de televisão, com o intuito de “limpar” a imagem da cidade; lançamento da campanha de marketing “Big Apple”, executada através de anúncios de página inteira nos jornais, ações de relações-públicas como a distribuição de coletes à prova de bala nas delegacias e broches com a maçã dourada na Grand Central Station. Assim, a ABNY construía uma imagem de uma classe média branca e engajada em assumir o comando da cidade, tornando-a um lugar seguro para negócios e turismo, afastando as imagens negativas de abandono e crise econômica que rodeavam Nova Iorque.

Contudo, as ações da ABNY enfrentaram reações contrárias e negativas de parte da população que seguia insatisfeita e afetada pela crise econômica. Em 1975, policiais e bombeiros sindicalizados lançaram a campanha “Fear City” – em uma reação ao plano de demissão de 50 mil trabalhadores - cuja ação era a distribuição de panfletos em aeroportos, estações de trens e hotéis, informando “fique longe de Nova York, se você puder”, em decorrência do aumento da criminalidade e da ocorrência de incêndios criminosos, como um possível resultado dos cortes previstos. No mesmo ano e nos subúrbios mais afetados pelas políticas de austeridade, jovens passaram a escrever mensagens no vagões de metrô, fazendo com que a indignação circulasse pela cidade e fosse vista por todos (GREENBERG, 2008, p. 25-26).

Após uma ação de lobby para aumentar o orçamento de turismo do Departamento de Comércio, contando com a participação de importantes nomes de consultoria em marketing e estudos sobre consumo, foi lançada uma nova campanha, dessa vez com chancela e verba governamental. A campanha I ♥ NY é, até hoje, a mais famosa em se tratando de marketing de cidades. Baseada em imagens de espetáculos da Broadway e paisagens incríveis de Manhattan, a I ♥ NY criou a marca de uma capital financeira e cultural capaz de se reinventar e ressurgir após as crises (GREENBERG, 2008, p.26).

As campanhas “Big Apple” e “I ♥ NY” conquistaram a transformação da imagem de Nova Iorque, tornando-a uma cidade desejável para os consumidores do mundo todo, ao passo em que foram implantadas políticas de desenvolvimento econômico

que priorizavam o turismo e a própria economia, em detrimento de investimentos sociais e de infraestrutura que beneficiariam a população local. Greenberg (2008) defende a tese de que é possível aliar os interesses de turistas e cidadãos, numa situação em que os cidadãos beneficiam-se da melhoria da qualidade de vida, das melhorias culturais e dos postos de trabalho gerados pela economia do turismo, assim como os turistas beneficiam-se de serviços públicos de excelência, como transportes e parques, pagos pelos impostos dos cidadãos (HOFFMAN, FAINSTEIN e JUDD, 2004; GREENBERG, 2008, cap.8, apud GREENBERG, 2008, p. 39). Entretanto, esse equilíbrio não foi verificado na experiência nova-iorquina; enquanto a imagem de Nova Iorque melhorou muito e a cidade voltou a crescer, indicadores sociais fundamentais como emprego, salário e acesso à habitação, não tiveram o mesmo impacto e caíram bastante.

Hetherington e Cronin, na introdução de *The Consuming the Entrepreneurial City – image, memory, spectacle* (2008), defendem que o redesenvolvimento neoliberal empresarial de uma cidade é uma possível resposta a anos de declínio econômico seguidos de injeção de um capital novo, muitas vezes proveniente do crescimento de empregos no setor de serviços, do enfraquecimento das formas mais antigas de governança municipal, bem como da promoção no âmbito local da indústria cultural, representada por compras, turismo, lazer e patrimônio. Um outro meio para reconstrução das cidades empresariais é a participação de ambientes competitivos, em busca de uma licitação ou de um concurso, para que a cidade receba eventos importantes como Olimpíadas, exposições ou feiras. Nas cidades médias, cultura e consumo andam lado-a-lado nas estratégias de *branding* e transformação das cidades em empresariais, com a criação de complexos urbanos de entretenimento, atrações turísticas ou investimentos na orla, incluindo habitações de luxo (MILES e MILES, 2004, apud HETHERINGTON e CRONIN, 2008, p.2).

Segundo Harvey, existem quatro questões principais sobre a forma de governança das cidades na atualidade (1989 a: 8-11; ver também HARVEY, 1989 b apud HETHERINGTON e CRONIN, 2008, p.3) que, de certa forma, retomam os conceitos apontados pelos outros autores:

- a) Responder à competição dentro da divisão internacional do trabalho. Isto é tradicionalmente alcançado por meio do proveito de recursos locais (recursos naturais, paisagens), do desenvolvimento de investimentos

- existentes, da promoção do uso de novas tecnologias, e permitindo a utilização de incentivos fiscais para encorajar o investimento;
- b) Desenvolver a economia local focada em serviços como turismo, lazer, varejo e que incentivam a gentrificação e o *place-marketing*;
  - c) Fazer pleno uso das finanças locais, do governo e das informações; e
  - d) Usar os recursos do governo central que estão disponíveis regionalmente.

Na experiência de *branding* carioca e, perante a realização dos Jogos Olímpicos de 2016, surgiu a necessidade de construção e execução de um eficiente programa de gestão da marca favela no processo de reconstrução e reprogramação da cidade do Rio de Janeiro. Os processos em curso têm por objetivo a minimização das discrepâncias sociais da cidade, visando a integração do morro e do asfalto, agregando, dessa maneira o *branding* favela ao *branding* urbano. Esse movimento de *branding*, indissociável do outro movimento de espetacularização das cidades contemporâneas, manifesta-se por meio da busca por turistas, por investimentos estrangeiros e por visibilidade. São “estratégias autoconscientes, instrumentais e pragmáticas” (JAGUARIBE, 2011, p.3) de reapropriação das mitologias da cidade, de renovação de antigos repertórios e de criação de novos cenários urbanos para consumo global.

Jaguaribe (2007) afirma que a transformação das favelas em recintos “turísticos” integra o processo de incorporação e domesticação de territórios alheios do Estado.<sup>88</sup> A representação e a construção dos imaginários sobre a favela, sempre envoltos em incerteza, “expressos na negociação ambivalente entre imagens do nacional popular e as figuras da marginalidade; entre a celebração do hibridismo, aliado ao medo do contágio da violência” (JAGUARIBE, 2007, p. 136), são ainda mais reforçados pela nova visibilidade midiática alcançada pelos favelados, marginalizados e narcotraficantes.

Essa nova visibilidade dos moradores das favelas foi conquistada através da mídia, da emergência das ONGs e dos novos modelos de reivindicação identitária fomentados pelos padrões multiculturais globais, contribuindo, dessa forma, com a construção de automodelações sociais. Assim, a favela inscreve-se no roteiro dos

---

<sup>88</sup> Além dos já conhecidos passeios de jipe em locais como a Rocinha e o Vidigal, as favelas hoje abrigam festas de classe média, possuem concursos próprios como o Comer & Beber da Paz, promovido pela revista Veja Rio, além dos bares que integram o Guia di Boteco, por exemplo, o Bar do Davi, no Chapéu Mangueira.

turistas que vêm ao Rio de Janeiro, em busca do cenário tropical, da praia, do samba, do sexo e, agora, pela experiência e aventura representada pelos favela tours (JAGUARIBE, 2007).

Bentes (2014), em artigo na Revista Carbono, também discorre sobre esse processo de turistificação pelo qual as favelas passam hoje. De acordo com a autora, as favelas vivem situação semelhante a da cidades globais, que combinam elementos da “urbanização turística” e a “urbanização para o turismo”, políticas urbanas de intervenções territoriais em locais potencialmente turísticos. No caso do Rio de Janeiro, como analisado no capítulo 2, essas intervenções do poder público são precedidas e acompanhadas por intervenções da alçada da segurança pública, como a instalação das UPPs.

O sucesso ou fracasso das ações de marketing urbano dependem da aprovação popular em relação às estratégias econômico-territoriais adotadas pelo poder público. No caso carioca, trabalha-se na difusão da ideia de que todos os benefícios gerados pelos Jogos Olímpicos serão usufruídos pela sociedade, já que o custo dessa preparação é alto e dividido por todos. Assim, o *branding* – envolvendo tanto a comunicação social quanto a produção de imagens – tem sido peça fundamental nesse processo de intervenções e transformações da cidade. A inserção da favela no *branding* do Rio de Janeiro faz parte da estratégia cuja ideia principal é a de universalização dos benefícios que, no fundo, sabe-se que é impossível de ser vivenciado por todos. Eduardo Paes, em entrevista à BBC (CARNEIRO, 2012, apud LIMA, 2013, p.106), adota esse discurso:

Quando chegarmos a 2016, as mudanças farão do Rio uma melhor cidade para se morar e trabalhar, mais igualitária e mais gentil com sua população. Você vê as favelas. Qual é a razão de alguém ir parar no alto de um morro, em um lugar perigoso, em uma casa horrível e pequena? Isso acontece porque se ele for viver em uma casa melhor um pouco mais afastada, ele vai precisar de três ou quatro horas (de transporte) para chegar lá. Então seriam seis horas de ônibus todo dia. Melhor viver mais perto de onde você trabalha. Quando falamos que vamos aumentar (a capacidade do transporte e massa) de 15% da população para 60%, o que estamos dizendo é que haverá uma boa alternativa para que pessoas pobres não precisem morar ao lado do trabalho, eles podem morar um pouco mais longe, em lugares melhores e mais seguros, e chegar rapidamente ao trabalho. É assim que a cidade vai melhorar [...] O que está sendo feito na cidade é principalmente para o carioca médio, o carioca mais pobre”. (PAES apud CARNEIRO, 2012).

Nesse contexto - como observado tanto no capítulo 2, como no trecho do dossiê da candidatura do Rio de Janeiro para as Olimpíadas de 2016 - a remoção das

favelas tem sido abordada como algo em favor do favelado, uma ação pelo bem dos mesmos. O sistema do biopoder proposto por Foucault (2005) aponta uma ambiguidade dessa narrativa: opta-se pela morte da favela, podendo ser essa eliminação direta ou indireta – remoção e consequente periferação dos favelados, processo de gentrificação, respectivamente. Ao mesmo tempo, existe o discurso de que tais ações estão sendo promovidas pelo bem e a favor da vida dos favelados, em especial quando fala-se de situações de risco (caso, por exemplo, de parte da remoção do morro da Providência). Dessa forma, torna-se difícil um indivíduo ser contrário à remoção, afinal, ele estaria se posicionando contra a vida, o que eliminaria o potencial caráter autoritário do ato.

Nesse processo de *branding* e de preparação da cidade, a questão da segurança pública emerge como uma das principais preocupações do poder público e da sociedade civil em relação às favelas. Essa questão está expressa no dossiê de candidatura do Rio de Janeiro:

A redução da criminalidade foi e continua sendo um dos principais objetivos das autoridades policiais no Rio de Janeiro. Iniciativas de combate ao crime são tomadas em conjunto com estratégias de redução da criminalidade nas comunidades, como o PRONASCI, um programa de redução da criminalidade do Governo Federal com investimentos de US\$ 3,35 bilhões (BRASIL, 2009c, p. 28).

Rocha (2010) afirma que as representações construídas em relação às favelas desde o seu surgimento influenciaram e/ou foram influenciadas pelas políticas públicas voltadas para estes espaços. Se no passado a principal preocupação era com as condições indignas de vida, sendo a favela o espaço do não, a resposta foi a urbanização; agora, enquanto espaço da criminalidade, a saída tem sido a polícia (ROCHA, 2010). Entretanto, como vimos ao longo dessa análise, as questões de habitação e remoção seguem pautando parte dessa discussão.

Para Silva (2003) as representações do morador da favela como criminoso em potencial ou como vítima passiva de um sistema injusto, sustentam a formulação de ideias como resgate da cidadania, o que, segundo o autor, traz implícita a noção de que estes um dia foram cidadãos e agora não são mais ou que nunca o foram. Silva (2003, p.22-23 apud LIMA, 2013, p.151) defende que o raciocínio deveria ser o oposto: exatamente pelo fato de ser cidadã é que ela deve ter seus direitos preservados e as suas obrigações coletivas exigidas (...) A cidadania é uma condição *a priori* e não *a posteriori*.”

Rocha (2010) indica que há uma espécie de continuidade na representação elaborada pela cobertura midiática desses dois processos<sup>89</sup>: em ambos, o favelado é mostrado como vítima; na primeira, da inépcia de autoridades e cidadãos, na segunda, do tráfico. Nos dois casos ele necessita de ajuda: na primeira para sair da situação de miséria, precariedade e imundície - como visto no capítulo 1 -, na segunda para ser libertado da submissão imposta pelos traficantes.

As reflexões de Rocha (2010) e Silva (2003) abrem espaço para que possamos discorrer sobre os conceitos de sofrimento, compaixão e piedade, que nos apoiarão na análise comparativa da cobertura midiática dos processos de remoção de favelas nos anos 50 e na atualidade.

### 3.2 COMO AGE O SOFRIMENTO

Vaz (2015) defende ser necessária a universalização da regra moral para que o sofrimento de estranhos seja entendido com uma questão política. É importante também que essa regra moral não seja concebida como uma prova prévia, ou seja, que não haja uma distinção entre não-sofredores e sofredores nos moldes de grandes e pequenos ou morais e imorais. Por fim, é preciso que o sofrimento seja compreendido como algo evitável.

Para refletirmos sobre a política da piedade, Vaz (2015) retoma a análise de Hannah Arendt, em que a autora afirma que foi a Revolução Francesa quem iniciou tal política, por meio do espetáculo do sofrimento de estranhos movendo à ação política todo aquele que não partilha da condição de sofredor (Arendt, p. 75 apud VAZ). A partir disso, passou-se a demandar da política o reconhecimento do sofrimento de outros e a incitação à ação coletiva para mudar as estruturas sociais causadoras daquele sofrimento.

De acordo com Vaz (2015), a Revolução Francesa proporcionou o surgimento desse tipo de política, pois, desde o começo, na própria declaração dos direitos humanos, a regra moral está universalizada. O sofrimento de estranhos também é entendido como uma questão de política, uma vez que está diretamente conectado

---

<sup>89</sup> O artigo analisa dois eventos importantes na história da cidade: a Batalha do Rio, em 1948, empreendida por Carlos Lacerda, defendendo a remoção das comunidades; a Guerra do Rio, em 2007, processo de invasão e uma sequência de conflitos entre a polícia e o tráfico de drogas no Complexo do Alemão.



com as características da sociedade. O sofrimento que o indivíduo vivencia não é conferido pelas suas dotações intelectuais e morais, mas sim as suas posições na estrutura social orientam, desde o nascimento, o grau de felicidade ou infelicidade do sujeito. Dessa forma, apenas a Revolução, com a capacidade de alterar a configuração da sociedade, poderia inferir e minimizar o sofrimento dos indivíduos. Vaz (2015) relembra, ainda, que ao longo dos séculos XIX e XX, filósofos e cientistas sociais questionaram incessantemente toda tentativa de fundar uma dominação social na ordem do ser, do que é imutável e natural.

### 3.3 DA POLÍTICA DA PIEDADE À POLÍTICA DA VÍTIMA VIRTUAL: COMPAIXÃO, SOFRIMENTO E MORALIDADE

A narrativa do sofrimento, dentro da lógica da política da piedade, estrutura-se a partir de quatro figuras: o sofredor, aquele que é representado; o observador, quem representa; o responsável pelo sofrimento, tanto no sentido de ajudar o sofredor, quanto no de causar o sofrimento; a audiência, a quem a representação é destinada e espera-se que faça algo em prol do sofredor por meio da ação política.

Vaz (2015) afirma que, pelo fato de ser piedade, o sofrimento é observado por quem não sofre e narrado para outros que também não sofrem. Dessa forma, espera-se que o representante se emocione, mas também se compadeça ou se indigne, dependendo de quem for o terceiro elemento da narrativa: se é quem ajuda o sofredor, ou se é quem causou seu sofrimento. Cabe à audiência a compaixão e a indignação, mas também espera-se a ação política. Vaz (2015) aponta que a função da audiência não pode restringir-se a difundir o relato, é necessária uma atuação política capaz de reduzir os sofrimentos dos infelizes. Ou seja, a audiência deve mobilizar-se, reunir-se em torno da causa e organizar petições, manifestações, greves, paralisações, etc.

Boltanski, em *Distant Suffering* (1999), defende que as discussões em torno de causas se dão na esfera pública, e o espetáculo do sofrimento seria o melhor promotor para a formação de uma causa. A audiência é endereçada como os felizes que não partilham do sofrimento exposto; e é pelo sofrimento dos infelizes que a audiência, antes indiferente, se relaciona com a causa. Portanto, se a compreensão é de que a audiência deve agir, ela também é endereçada como responsável. Essa responsabilidade pode ser pela falta de ação, quando coloca-se que algo poderia reduzir o sofrimento e nada é feito, ampliando, assim, o sofrimento dos infelizes.

Como vimos na cobertura midiática da remoção da favela do Esqueleto, a narrativa daquele sofrimento passa por crenças de que aquilo poderia não existir se houvesse uma conformação diferente das estruturas da sociedade. Ou seja, a construção retórica da política da piedade tende a incluir a causa do sofrimento, sendo a forma de generalidade máxima o capitalismo. Logo, o caminho para a redução desse tipo de sofrimento deveria ser o restabelecimento da democracia e a diminuição da desigualdade econômica (VAZ, 2015).

Segundo Vaz (2015), no caso da compaixão como reflexo do sofrimento de um indivíduo, três crenças são reconhecidas desde Aristóteles como decisivas para sua existência (NUSSBAUM, 2001, p.297-353 apud VAZ, 2015). A primeira baseia-se num juízo de gravidade sobre o sofrimento do outro. Caso o observador considere o sofrimento insignificante, a compaixão é negada; o contrário também ocorre, mesmo que o sofredor não identifique o seu próprio sofrimento – seja pela “alienação”, por exemplo -, o observador pode acreditar que há sofrimento e, dessa forma, estabelecer um ato de compaixão. Dessa maneira, é possível afirmar que é o observador quem decide sobre a gravidade do sofrimento do outro.

A segunda crença está relacionada ao juízo sobre a inocência do sofredor. Só há solidariedade se o observador pensar que o sofrimento não foi merecido, que o sofredor não “fez por onde” para vivenciá-lo. A compaixão é negada a partir do momento em que há suspeita de que o estado de sofrimento foi gerado, ainda que em pequena escala, por algum comportamento indevido do sofredor. Ou seja, a compaixão é orientada pela moralidade, sendo não dignos de compaixão aqueles que, porventura, tenham apresentado um comportamento imoral, sendo os responsáveis pelo próprio sofrimento.

A última crença necessária à existência da compaixão fundamenta-se na capacidade do observador de, colocando-se no lugar do sofredor, julgar a possibilidade de situações similares. A posição de observador também confere a experiência de medo, sendo a intensidade disso mensurada pela distância que o observador crê existir entre o que aconteceu ao sofredor e o que é provável de lhe acontecer.

Na pós-modernidade, uma das primeiras mudanças da retórica da compaixão foi a da primeira crença, questionando a prerrogativa da determinação da gravidade do sofrimento. O questionamento parte do pressuposto que o observador não reconhece gravidade, pois não considera o outro igual, logo, não é um ser cujo

sofrimento mereça ser reconhecido. Vaz (2015) afirma que essa denúncia de recusa de compaixão e, portanto, das ações políticas que dela derivariam marcou as práticas políticas dos movimentos de direitos civis nos Estados Unidos. A inexistência de uma relação de igualdade é o que leva o sofredor a ser colocado numa posição de inferioridade e situado para além da fronteira do “nós”, permitindo, assim, que o observador possa ignorar ou desvalorizar o sofrimento. Vaz (2015) relembra que a associação entre pobreza e perigo fez com que, durante muito tempo, o sofrimento dos moradores de favela fosse desvalorizado. Por estarem do outro lado – “eles”- a única parte que importava era aquela que ecoava diretamente no “nós”, como em diversos casos de tiroteio em favelas, cuja notícia dava conta apenas do sofrimento dos bairros do entorno das comunidades em questão.

A segunda forma de diferenciação nós x eles nos casos de sofrimento está apoiada em diferenças morais. Havia uma demanda do lugar de autoridade do observador que, ainda que implicitamente, o sofrimento estivesse expresso no corpo do sofredor, ou, pelo menos, em características objetivas da situação que causou o sofrimento naquele indivíduo. A narrativa de sofrimento não era mais suficiente, eram necessários símbolos expostos do que havia acontecido, como uma espécie de prova real do sofrimento vivido.

Como consequência disso, há uma valorização da exposição da expressão de sofrimento do indivíduo, registrando-se um maior peso do próprio sofredor na determinação da gravidade do caso em questão. Assim, a tendência é o observador transferir a autoridade da determinação de sofrimento para o sofredor, marcando um alinhamento da dinâmica da igualdade ao direito à felicidade. Nessa configuração, a ênfase no sentimento do sofredor, derivada do temor do observador de ser considerado preconceituoso, acaba por estender a compaixão a grupos que antes não tinham o sofrimento reconhecido, assim como a eventos que anteriormente eram considerados insignificantes ou parte do mundo. Em última instância, é possível afirmar que tudo que provoca infelicidade a alguém pode ser reconhecido como digno de compaixão (CLARK, 1977, p.80-127, apud VAZ, 2015).

A passagem da modernidade à pós-modernidade envolveu uma mudança na ascensão intelectual da crítica da diferença, fundamentada na recusa da própria regra moral, o que permitiu a ampliação da solidariedade com os “imorais”. Nesse novo formato, o “imoral” não é mais uma vítima, mas sim entendido como uma escolha de vida, eliminando o critério hierárquico da emoção de compaixão. Cabe ao observador,

ao ver-se diante de um “imoral”, lutar contra seu próprio juízo moral endereçado tanto aos outros como a si mesmo.

Assim, estabelece-se uma relação social em que não se questiona mais a moralidade vigente, apenas se presume que o outro é preconceituoso. Vaz (2015) defende que a moralidade vigente é dada pela hegemonia do princípio do não-dano, configuração pelo direito de cada um fazer o que quiser e que lhe der prazer, desde que não cause dano ao outro. Dessa maneira, a tolerância assume o valor principal e cabe ao moralismo alheio ser responsável por parte significativa dos sofrimentos que um indivíduo experimenta.

Com essa nova configuração, há uma mudança na relação entre observador e sofredor. Se antes o observador era quem julgava, analisava e, em última instância, garantia o sofrimento do sofredor, agora o indivíduo que recebe um apelo de ajuda está sob pressão de duas ameaças: se recusar a gravidade do sofrimento, pode ser denunciado como crente na hierarquia; se recusar a inocência do sofredor, será denunciado como preconceituoso.

No entanto, Vaz (2015) expõe um problema dessa nova retórica da compaixão na pós-modernidade: segundo a herança cristã, todo sofrimento tende a ser grave e imerecido, o que geraria um problema de contabilidade moral. Nessa lógica, se o sofrimento é uma forma de castigo divino, todo sofredor seria imoral e a inocência seria a forma de assegurar a felicidade, nessa vida ou após a morte. Contudo, se na dinâmica atual todo indivíduo é inocente, e quem pensa o contrário é considerado preconceituoso, como explicar que continue existindo sofrimento?

O motivo da maior parte dos sofrimentos atuais não está fundamentado na falta de ascese do indivíduo – exceto pelos casos de doenças crônicas-degenerativas, que teriam origem em hábitos recrimináveis como a preguiça, a bebida, o cigarro; ou comportamentos em que efetivamente o indivíduo coloca-se em risco, como na prática de esportes radicais. Vaz (2015) chama atenção para o fato de que, ao contrário, a forma do sofrimento pode ser até atribuída pela falta de tanto prazer quanto seria o direito do indivíduo. Assim, surge o novo lugar da política, cabendo à ela explicar o porquê do sofrimento do indivíduo, mesmo quando ele é inocente. A explicação se dá na forma de acusação: governo e/ou políticos são incompetentes e imorais. Pela perspectiva da contabilidade, pode-se dizer que o indivíduo sofre por culpa de outros que teriam o poder de evitar o seu sofrimento, mas não o fizeram.

Para resumir, as crenças que sustentam a compaixão hoje afirmam que todo sofrimento pode ser grave; que todo sofrimento pode ser imerecido, pois as vítimas talvez sejam culpadas apenas sob o olhar de preconceituosos; por fim, que qualquer indivíduo feliz pode subitamente tornar-se uma vítima. (VAZ, 2015, p.)

Vaz (2015), por fim, analisa a forma como o modelo de compaixão na pós-modernidade se insere na política da vítima virtual, que tende a substituir a política da piedade. Segundo o autor, quatro características macro podem ser extraídas. A primeira, os indivíduos não são mais constituídos pelos meios de comunicação como os felizes que têm a obrigação de, enquanto observadores, mobilizarem-se politicamente para acabar com o sofrimento dos sofredores; a nova estratégia de identificação entre vítima e audiência, faz com que os indivíduos sejam constituídos como aqueles que também poderiam e podem se tornar vítimas de um evento semelhante ao narrado. A segunda linha, coloca o direito à felicidade do indivíduo como principal ideal, e a partir de onde pode ser aferido e julgado qualquer tipo de injustiça que lhe acometa. A terceira diz respeito a uma escolha de certos tipos de sofrimento, ou seja, privilegia-se aqueles que melhor expressam as falhas desse novo ideal de justiça. Por fim, a quarta característica tem como função explicar por que os sofrimentos acontecem, cabendo a culpa aos agentes que teriam a capacidade e o poder de evitar tais sofrimentos, mas não o fazem por imoralidade ou incompetência.

A partir desses conceitos brevemente expostos, pretende-se analisar como o poder público justificou e legitimou o sofrimento provocado pelos processos de remoção – tanto nos anos 60 com a remoção da favela do Esqueleto, quanto nas remoções atuais das favelas Vila Autódromo, Metrô Mangueira e Providência. Tendo por base a análise das construções narrativas midiáticas, a pesquisa procura investigar quais foram as diferentes legitimações históricas para políticas públicas causadoras de sofrimento.

### 3.4 METODOLOGIA

Tendo por base as matérias de jornal impresso e televisivo veiculadas nos anos 60 e na atualidade, a respeito das remoções da favela do Esqueleto, Vila Autódromo, Metrô Mangueira e Providência, pretende-se analisar de forma comparativa as

narrativas de sofrimento presentes nos textos e imagens. Assim, procura-se entender de que maneira o governo legitima o sofrimento causado pelas políticas públicas implementadas – sejam elas um viaduto ou as transformações para sediar um megaevento, como as Olimpíadas.

Partindo do pressuposto exposto por Vaz (2015), de que, ainda que seja comum, ao analisar a subjetividade presente nos meios de comunicação, creditar um caráter natural às emoções - ou seja, essas seriam dotadas de forma e sentido independente da cultura -, é interessante pensar na possibilidade das emoções implicarem crenças que as definem e as suscitam. Dessa forma, para a análise comparativa, seguiremos pelo caminho que aponta que “não existe raciocínio sem emoção que lhe esteja atrelada, imiscuída; inversamente, não existe emoção sem raciocínio” (VAZ, 2015, p.?).

Foram analisadas 64 matérias dos jornais Diário Carioca, Correio da Manhã e Última Hora, publicadas no período entre 1960 e 1969, cobrindo a remoção da favela do Esqueleto, localizada no local da atual Radial Oeste; 62 matérias dos telejornais tradicionais e 28 da mídia alternativa no período entre 2009 e 2014, cobrindo a remoção das favelas Metrô Mangueira, Providência e Vila Autódromo. Para a análise, foram identificados possíveis lugares de comparação entre essas experiências, baseados no sofrimento dos indivíduos e a representação da favela, no contexto das remoções.

### 3.5 ANÁLISE COMPARATIVA DAS NARRATIVAS DE SOFRIMENTO NOS DISCURSOS SOBRE REMOÇÃO

#### **3.5.1 Como justificar a remoção: progresso x megaeventos**

A remoção da favela do Esqueleto foi motivada pela construção da avenida Radial Oeste. Contudo, como observamos no capítulo 1, foram apresentadas diversos motivos e possíveis obras, até que a remoção fosse completa. Durante esse período, as matérias veiculadas nos jornais enfocavam os benefícios que a remoção da favela traria com a instalação tanto da avenida quanto, posteriormente, da universidade. O objetivo final e o grande ganho da remoção seria o alcance do progresso<sup>90</sup>, dessa

---

<sup>90</sup> O Dicionário *Stanford* de Filosofia apresenta uma breve análise do conceito de progresso ao longo dos séculos, desde Aristóteles e Platão, passando por Hegel, Comte, até autores contemporâneos, como Diamond e Wright. Segundo o dicionário, as doutrinas de progresso surgiram no século XVIII, na

forma, a remoção da favela do Esqueleto estava legitimada por essa busca pelo progresso. A matéria do *Diário Carioca* de 13 de julho de 1962, aborda a chegada dos tratores na favela:

Progresso cortando a favela – o progresso do Estado, atormentando o tráfego de veículos, obrigou a construção de novas estradas. A Radial-Oeste corta, bem pelo centro, a favela do Esqueleto.

A preocupação do governo também era com o avanço das obras e, conseqüentemente, com o estabelecimento de uma aura progressista, como podemos ver em matéria publicada pelo *Correio da Manhã* em 20 de dezembro de 1960:

Para verificar a situação da avenida Radial-Oeste, o governador Carlos Lacerda, sobrevoou, na manhã de ontem, em um helicóptero da FAB, a Favela do Esqueleto, onde se encontram barracos que impedem o prosseguimento da abertura daquela artéria. De regresso ao palácio, o governador determinou diversas medidas, entre elas a indenização dos favelados e o imediato reinício das obras da avenida, de grande importância na regularização do tráfego na Zona Norte.

A favela aparece, em diversos momentos, como um entrave ao prosseguimento desse progresso:

SURSAN estacou na favela do Esqueleto – cerca de 500 a 600 barracos – abrigando, cada um, uma família decididamente disposta a não ir morar debaixo da ponte – estão emperrando o avanço da avenida Radial-Oeste, que teve sua construção paralisada à entrada da favela do Esqueleto.<sup>91</sup>

Já as narrativas construídas em torno das remoções atuais operam de forma divergente em relação aos megaeventos. Para as ONGs e mídia alternativa, o causador e responsável pelas remoções do Metrô Mangueira, Vila Autódromo e Providência seriam a Copa do Mundo – já realizada – e as Olimpíadas. Nessa construção narrativa, há uma denúncia: os megaeventos estão expulsando os moradores das comunidades. Em um vídeo produzido em 2011 pelo jornal inglês *The Guardian*, intitulado “Metrô Mangueira: o país da Copa”, um dos moradores da comunidade declara: “Vai vir a Copa do Mundo aí, eles querem isso aqui. Acho que para fazer estacionamento, é o que eles dizem”. Não à toa, existe o Comitê Popular Rio Copa e

---

Europa, sintetizando o otimismo da época. A crença no progresso floresceu no século XIX, enquanto no século XX, muitos pensadores passaram a recusar a ideia de progresso, após eventos traumáticos como a Segunda Guerra Mundial e as bombas atômicas. O dicionário aponta, ainda, que a noção de progresso está intimamente ligada às condições históricas em que ela está sendo analisada, o que altera o conceito de bem-estar e, conseqüentemente, o que representaria o progresso.

<sup>91</sup> *Diário Carioca*, 7/01/1961.

Olimpíadas que acompanha e analisa as violações que estariam sendo praticadas em decorrência desses eventos.

Já a imprensa tradicional, procura evitar a correlação direta entre megaeventos e remoções, ainda que o assunto apareça em alguns telejornais analisados – em especial os que não são da Rede Globo. Na matéria do telejornal SBT Rio (SBT) de 6 de outubro de 2009 (dia seguinte ao anúncio do Rio de Janeiro como cidade-sede das Olimpíadas), sobre a remoção da Vila Autódromo, o âncora disse:

A escolha do Rio para a sede das Olimpíadas de 2016 mais preocupou do que animou os moradores da Vila Autódromo, na zona Oeste da capital. É que a prefeitura deve tirar todas famílias que vivem ali para construir uma parte do centro olímpico.

Em outra matéria, agora já de 24 de março de 2014, o telejornal Balanço Geral (Rede Record) repete o discurso de preocupação dos moradores da Vila Autódromo em relação ao cumprimento da remoção - provocada pelos Jogos - para conjuntos residenciais, como pode ser notado na fala do repórter:

Revoltados, eles interditaram a avenida Abelardo Bueno nos dois sentidos por conta de uma promessa da Prefeitura. De acordo com os moradores, por causa de obras para as Olimpíadas, eles seriam removidos. E as chaves seriam entregues nesse sábado. Porém, algumas casas foram derrubadas e a transferência para o Parque Carioca não aconteceu.

Há também o caso em que a mídia tradicional coloca o megaevento como sendo uma oportunidade de venda dessa cidade empresarial. A matéria de 28 de março de 2011 do Bom Dia Rio (Rede Globo) aborda a instalação do teleférico na Providência como chance de progredir, ainda que fosse necessário remover parte dos moradores da comunidade:

Várias casas, uma do lado da outra. Nas paredes, o número pintado pela secretaria municipal de habitação. A marcação revela que o imóvel será demolido por causa do projeto Morar Carioca. O programa prevê a construção de um teleférico ligando a Central do Brasil e a Cidade do Samba ao Morro da Providência, que fica na Gamboa.

#### **3.5.4 Diferença histórica x Conflitos ideológicos**

As remoções da favela do Esqueleto e das favelas Metrô Mangueira, Providência e Vila Autódromo enfrenta(ra)m conflitos ideológicos distintos. Faremos aqui um exercício de tentar identificar quais seriam esses conflitos e de que forma eles aparecem nas narrativas midiáticas. Para além deles, há também a diferença histórica, o que nos levará a analisar de que lado cada um se situa no conflito e quais são as



diferenças históricas no que concerne ao plano de cidade elaborado pelo poder público.

Nos anos 60, a visão dominante no Brasil era a de um país que buscava o desenvolvimento e o crescimento, sendo esses uns dos principais nortes da ditadura civil-militar. Havia a busca pelo progresso e, diferentemente do que vemos hoje, era importante o crescimento do país como um todo. Essa noção de pátria desenvolvimentista estava presente nas narrativas correntes e, claro, nas justificativas para a remoção. Como observamos nos pontos de comparação anterior, a remoção era legitimada pelo progresso. Ou seja, havia uma aquiescência por parte da grande imprensa em relação ao projeto de cidade que era elaborado pelos governos. A matéria do *Correio da Manhã* de 20 de janeiro de 1960 ressalta essas mudanças:

RIO DE JANEIRO: CIDADE QUE ACOMPANHA O PROGRESSO  
(...) Aos poucos, esta Cidade Maravilhosa vai modificando sua fisionomia. Edifícios são construídos aqui e ali, onde antes se erguiam casas. Onde hoje é um terreno baldio, amanhã já haverá um tapume indicando a breve construção de um grande prédio de apartamentos. **É o progresso, em última palavra** (grifo meu). Não há dúvida que as obras públicas também devem acompanhar esse ritmo de crescimento, que se observa nessa cidade, graças às construções, sinal característico de progresso. O Rio de Janeiro está sendo rasgado por avenidas e túneis, para possibilitar ao carioca uma maior rapidez de locomoção.

Alguns veículos, como o *Última Hora*, exprimiam um tom crítico em relação à condução dos processos, mas, ainda assim, o progresso seguia sendo valorizado e colocado como, em última instância, o mais importante. Não havia discussões acerca do progresso, era inconteste que seria algo bom para todos; o que, por vezes, discutia-se era a intervenção causada pelo progresso, como é o caso da matéria da *Última Hora* de 22 de janeiro de 1962:

FAVELA DO ESQUELETO VAI DESAPARECER MESMO - Seiscentas famílias deverão deixar a favela do Esqueleto nos próximos meses, para que tenham prosseguimento as obras de abertura da avenida Perimetral rumo aos subúrbios cariocas. O fato, entretanto, está causando certa agitação entre os moradores daquele núcleo, uma vez que muitos recusam-se a mudar para os barracões que o Serviço de Favelas e Habitações Anti-higiênicas está construindo em Bonsucesso, alegando que a dificuldade de transporte lhes acarretara sérios prejuízos. (...) Por outro lado, fomos informados pela SURSAN que nenhum despejo será realizado com violência na favela do Esqueleto, embora a saída dos favelados que atualmente residem na área atingida pelo corte da Perimetral seja um imperativo incontornável.

A entrada na Era da Informação, acentuada pela passagem do século XX ao século XXI, moldou uma nova ordem mundial, na qual os estados-nação não estão

mais no centro das decisões políticas e econômicas. As cidades agora se esforçam para se destacar e possuir novas marcas, capazes de inseri-las no mapa dos viajantes e dos investidores (LUNA-GARCIA, 2008, p.146). De acordo com Compans (2005), em uma releitura de “A condição pós-moderna” de Harvey (1994), o crescimento das cidades na nova geografia econômica daria-se por meio de uma analogia empresarial, onde a capacidade de responder rapidamente às oscilações de mercado, “dependeria em grande parte do controle sobre o fluxo de informações e sobre os veículos de propagação do gosto e da cultura populares – mídia, imprensa, editoração de livros, publicidade, etc. –, no sentido não só de capturar e saber interpretar as novas tendências, como também de induzir ao consumo de novos produtos, criando novas necessidades, novos valores comportamentais e estilos de vida” (COMPANS, 2005, p.43).

Assim, as cidades ganham um papel de protagonismo e autonomia em relação ao contexto nacional, e as mudanças implementadas pelo poder local também ganham relevância, assim como um acompanhamento mais direto pela imprensa. A capacidade de transformação para inserção no mapa global é bastante ressaltada pela mídia, uma vez que, quanto mais frequentada e comentada for, todos sairão ganhando. As matérias sobre a remoção da Providência abordam, por exemplo, além das facilidades que o novo meio de transporte poderia trazer aos moradores da comunidade, o potencial turístico do teleférico para o Rio de Janeiro. Em matérias de 21 de janeiro de 2014, os telejornais cobravam a demora para o início do funcionamento do teleférico e citavam os possíveis ganhos perdidos com o turismo:

Repórter no local: A obra custou 75 milhões de reais. O teleférico poderia atrair também muitos visitantes, que ao desembarcarem da estação, aqui no morro, poderiam parar nesse mirante que está pronto e apreciar uma bela vista da cidade.<sup>92</sup>

Repórter no local: O teleférico foi anunciado pela prefeitura como um ícone da revitalização da zona portuária. Se estivesse funcionando, estaria transportando até mil pessoas por hora. Além de se tornar um alívio para os moradores, poderia se tornar também uma atração turística da primeira favela do Rio, que tem uma vista privilegiada aos pés da baía de Guanabara.<sup>93</sup>

Nota-se uma diferença histórica na abordagem das remoções, sobretudo no contexto da importância que a cidade exerce sobre o país, modificando a forma como essas ações são contadas. Do ponto de vista dos conflitos ideológicos relativos a cada

---

<sup>92</sup> RJ TV 1ª edição, 21/01/2014

<sup>93</sup> SBT Rio, 21/01/2014

época, podemos dizer que as narrativas dos anos 60 são marcadas pelo conceito marxista de “luta de classes”, havendo, em diversos momentos, referências ao embate entre os mais pobres e os mais ricos, e uma demanda de que o governo reparasse essas distorções socioeconômicas. Um exemplo está na matéria de 21 de dezembro de 1960 do jornal *Última Hora*:

FAVELADOS EM PÉ DE GUERRA CONTRA AMEAÇA DE REMOÇÃO – (...) Alguns operários, em conversa com a reportagem de UH, declararam que seus barracos ‘são frutos de anos e anos de trabalho, de suor’.

- A grande maioria de nossos casebres custa mais de 80 mil cruzeiros e, constantemente, realizamos melhorias, empregando nossas economias. Fique certo o sr. Governador que com operário não se brinca e muito menos com famílias de operários.

(...) Ontem, alguns emissários do palácio Guanabara compareceram à favela com o objetivo de “doutinar” os moradores para que aceitem a expulsão sem lutar. Os argumentos usados pelos funcionários do governo eram de que aquele local estava reservado para industrialização. “Onde iremos morar? O governo nos dará casas?” essas perguntas dos favelados ficaram sem resposta por parte dos emissários de Lacerda.

(...) Outros, revoltados, concluíam “somos trabalhadores honestos e temos direito ao menos a um teto. Precisamos é de um posto médico, policial e escolas. Não admitiremos a invasão dos nossos lares”.

No contemporâneo, há uma disputa entre a cidade que procura preparar-se e adequar-se ao formato internacional de cidade empresarial, ou seja, uma cidade boa para venda, e a cidade que tem que lidar com os problemas do dia-a-dia como a precariedade urbana e o estigma da violência presente nas favelas. Ou seja, se por um lado, é feito um *branding* da favela, por outro, seguem acontecendo remoções.

Nesse processo, as remoções são apresentadas como ações em favor da vida dos indivíduos, argumento defendido pela prefeitura e utilizado por algumas das matérias analisadas; contudo, os moradores das favelas, cientes da dualidade do processo – *branding* x remoção - vêm procurando se posicionar e procurar espaço na mídia para demonstrar a insatisfação com os atos impostos a eles e até mesmo propor novas alternativas, como no caso do plano popular da Vila Autódromo.

Assim, podemos encontrar discursos de moradores que denunciam essa dualidade e cobram uma efetiva ação do poder público, em prol de melhorias na comunidade. Em uma matéria do *RJ no Ar* (Record) de 21 de janeiro de 2014, moradores do morro da Providência questionam a paralisação da obra do teleférico:

a) Não fez, não acabou com a única praça da comunidade? Agora é obrigação deles de colocar o elefantinho cinza para funcionar.

b) (professor de capoeira da comunidade) Ninguém fala nada e o teleférico fica parado. E a gente não tem a nossa quadra de volta pra gente fazer as nossas atividades que a gente fazia sempre na quadra. O futebol, a capoeira, todas as atividades...

Na Vila Autódromo, moradores também reclamam dos termos da remoção para o *SBT Rio* (SBT) de 6 de outubro de 2009:

Eles alegam que precisam dessa área aqui pra fazer a parte da imprensa, no caso. Uma coisa que vai ser construída e depois vai ficar largada, só vai ser usada quando tiver jogos, tiver Olimpíadas, tiver Panamericano, tiver essas coisas. Porque até aí então o Autódromo tá largado, gastaram uma fortuna no Autódromo e ele tá largado.

### **3.5.5 Sofrimento representado pelo observador x Sofrimento autorepresentado pela vítima**

O processo de remoção gera angústia, inquietação, nervosismo, ou seja, causa sofrimento naqueles que serão afetados. Nas narrativas midiáticas analisadas, esse sofrimento está sempre presente, no entanto, no caso da remoção da favela do Esqueleto ele é representado pelo jornalista, enquanto hoje, existe uma busca pela autorepresentação do sofrimento pela vítima.

Na modernidade, o juízo de gravidade do sofrimento era uma função do observador. Isso significa dizer que a compaixão só seria suscitada a partir do relato desse observador, uma vez que somente ele poderia reconhecer a gravidade do sofrimento, já que o sofredor em questão, por viver alienado, não seria capaz de reconhecer o seu próprio sofrimento. Por mais que algumas vezes o sofredor fosse ouvido, como vimos em alguns casos, cabia ao observador delinear o que seria esse verdadeiro sofrimento, estabelecendo uma narração considerada isenta e capaz de julgar verdadeiramente o sofrimento.

A pós-modernidade é marcada por mudanças nesses papéis de atribuição de sofrimento. O juízo de gravidade sai da esfera de responsabilidade do observador e passa a ser um procedimento negociado entre aquele que se apresenta como sofredor e o indivíduo qualquer, cuja função é demonstrar solidariedade. Nesse contexto, caso o indivíduo recuse apresentar compaixão e acreditar na gravidade do sofrimento, o sofredor pode acusá-lo de ser crente na hierarquia (VAZ, 2015, p.?).

Na esfera brasileira, Jaguaribe (2007) aponta que a redemocratização social permitiu a emergência de novas vozes, desvinculadas da militância marxista e, principalmente, desvinculadas de projetos políticos universalistas e abstratos. Essas novas vozes estão conectadas às mudanças disseminadas pela globalização cultural e são influenciadas pelas políticas identitárias, em especial a norte-americana. A articulação dessas políticas identitárias acontece em torno de agendas pontuais e são

restritas a grupos e nichos específicos, sem oferecer alternativas diferentes de futuro. Contudo, a força do poder retórico e mobilizador das políticas identitárias está na correlação entre vivência pessoal e reivindicação política (JAGUARIBE, 2007, p.108).

Dessa forma, podemos afirmar que há uma ascensão do discurso do sofredor, a vítima passa a autorepresentar o seu sofrimento e o relato é valorizado em decorrência do aspecto de experiência. Vaz (2015) também indica que o sofredor passa a endereçar o seu apelo diretamente àqueles que possam lhe ajudar, deixando de lado a mediação – papel representado, por exemplo, pelo jornalista, nas reportagens da favela do Esqueleto. Ao abrir mão do mediador, deixa de existir a pré-seleção de quais seriam os sofrimentos que concerniriam a todos, aumentando o leque de números e tipos de sofrimento que são apresentados como graves.

### 3.5.3.1 Um terceiro narra o sofrimento para a audiência x Valorização do testemunho direto do sofredor

Como abordado no item anterior, cabia a um terceiro identificar quais seriam as experiências de sofrimento e, a partir disso, narrá-las para a audiência. No caso da remoção da favela do Esqueleto, temos diversos exemplos de matérias em que o jornalista relata, às vezes com tintas carregadas, o sofrimento que acometia àqueles que teriam que sair de suas casas contra a vontade. Em uma reportagem do *Correio da Manhã* de 30 de junho de 1961, o jornal repete trechos de um relatório sobre as favelas do Esqueleto, Morro do Turano e Parada de Lucas, elaborado pelo coordenador das favelas carioca, o delegado Rescala Bittar. O texto diz:

SEISCENTAS MIL CRIANÇAS FAVELADAS VIVEM EM PERIGOSA PROMISCUIDADE – Cerca de 600 mil crianças habitam as 194 favelas do Rio de Janeiro, vivendo na mais perigosa promiscuidade com marginais de toda a espécie, morando em barracos de menos de 50 centímetros de largura, cujos pisos não passam de canaletas por onde correm águas poluídas.

Em outra matéria do mesmo veículo, cujo título era “Favelados do Esqueleto vão ser todos removidos”<sup>94</sup>, há uma foto de crianças vestidas e sorrindo para câmera, em volta de caixotes de feira. A legenda diz: “Bem nutridos no Esqueleto – crianças bem-nutridas em um meio de miséria deixarão seus berços de caixotes ‘Valle do Oro’ para morar nos parques proletários”. O *Diário Carioca* também retrata e enfatiza o

---

<sup>94</sup> Correio da Manhã, 13/11/1964

sofrimento da criança por viver na favela do Esqueleto em uma foto na capa do jornal de 19 de outubro de 1964. Na legenda da foto - de uma criança bem pequena, segurando um pedaço de madeira – lia-se:

O calvário precoce – Até o espanto tem um jeito passivo na inocência desta criança ferida pela miséria. No mundo de tábuas, terra e lixo que ela habita, a resignação data da mais tenra idade, o calvário inicia-se com os primeiros passos trôpegos em busca de um pedaço de tábua que sirva de brinquedo e possa criar um mundo mágico. Assim é a vida na favela do esqueleto – uma aparência de realidade.

Comparando com a contemporaneidade, podemos dizer que a representação dos sofrendores tem progressivamente perdido legitimidade. Valoriza-se cada vez mais o testemunho direto do sofredor, uma vez que acredita-se que ninguém pode falar em nome desse sofredor e, somente quem viveu a situação, está apto a contá-la.

Na análise das remoções das favelas do Metrô Mangueira, Providência e Vila Autódromo, encontramos diversos vídeos produzidos pela imprensa alternativa em que o principal personagem é o morador removido. Em alguns casos, o vídeo foi realizado pelos próprios moradores, eliminando a mediação do observador-participante, como vimos no capítulo 2.

Vaz (2015) ressalta que desde o surgimento da internet, tornou-se possível que qualquer um seja emissor, acabando com a necessidade da relação observador-sofredor, aparecendo, dessa forma, uma explosão de relatos autobiográficos na forma testemunhal. Esse processo marca um progresso da igualdade, ou seja, o sujeito e o objeto de conhecimento encontram-se em patamares mais próximos, o que permite eliminar a distinção entre quem representa e quem é representado.

Podemos citar, por exemplo, alguns vídeos feitos por moradores da Providência, como o da Isabel Cristina da Costa Cardoso, de 18 de julho de 2011<sup>95</sup>, em que ela filma um diálogo entre um agente da Prefeitura e moradores da comunidade, que questionam a necessidade do teleférico e as mudanças que a obra causará. Em outro vídeo<sup>96</sup>, do canal “Entre o céu e a favela”, uma moradora da Providência denuncia que a prefeitura está demolindo um prédio vizinho, o que afeta a estrutura da casa dela:

Começaram a demolir o prédio e começou a cair parapeito na minha porta, as crianças da vizinha começaram a gritar e eles continuaram a demolir. Dizendo que a ordem era pra demolir tudo, entendeu, e a prefeitura disse que tem que derrubar tudo, que vem com toda força agora. Que os

---

<sup>95</sup> Vídeo: Morro da Providência - Teleférico para quem?, 18/07/2011

<sup>96</sup> Violação dos Direitos Humanos no Morro da Providência, 26/09/2011

moradores tem que ir embora. (...) Olha, ninguém avisou nada, o que eles avisaram aqui foi que eles iam precisar do espaço, porque a prefeitura comprou tudo aqui e vai fazer um centro cultural do morro da Providência, onde vai passar o teleférico. Foi isso que eles disseram. E que nós éramos obrigados aceitar o aluguel social, pra que depois a gente recebesse um imóvel na rua Nabuco de Freitas. Mas nada disso veio concreto, veio documento oficial, que te garantisse nada.

3.5.3.2 Observador é responsável por identificar e descrever o sofrimento do removido x Removido sabe que é um sofredor e faz questão de reforçar isso no discurso

Nos anos 60, fazia parte da ideologia corrente – pautada pela “luta de classes” e outros conceitos marxistas - acreditar que o pobre era alienado e, portanto, não tinha consciência do seu próprio sofrimento. Logo, cabia ao observador apresentar esse sofrimento. Ainda que o indivíduo tivesse noção das suas emoções, esse não era um meio válido de determinar a gravidade do vivenciado; dessa maneira, cabia ao observador, dotado do juízo de gravidade, notar esse sofrimento e descrever para todos. Observamos narrativas dessa categoria em diversos momentos ao longo dessa pesquisa.

Pelo outro lado, hoje o removido se reconhece como um sofredor e, ao se dirigir à audiência, faz questão de reforçar o sofrimento que a situação lhe causa. Em diversas reportagens de telejornais tradicionais, quando os moradores são ouvidos, há frases como no programa *Cidinha Livre* (Band) de 5 de setembro de 2011, em que um morador da Vila Autódromo declara:

O pouco que você constrói aqui ao longo dos anos vai se deteriorando. Você morar num local, em que você vive 20 anos sendo ameaçado que vai ser removido, a comunidade vai sair e você não sabe o que vai acontecer, qualquer ser humano normal ficaria doente.

Ou no programa *Brasil Urgente* ( Band) de 30 de julho de 2013, onde um outro morador da Vila Autódromo diz:

A gente fica nessa incerteza, nesse sofrimento e não chega uma autoridade pra dizer assim: isso vai acontecer de uma forma legal, assim assim assim. Eles nunca botaram um caminhão de terra aqui, a minha rua lá é toda no concreto que a gente pagamos (sic). A gente ia lá fora naqueles caminhões com sobra de material e dava um dinheiro. A nossa rua tá bonitinha. Se a gente pode fazer, por que o governo não pode fazer isso pra gente?

### **3.5.4 Sofredor representa uma condição x Sofredor representa um indivíduo**

Nas narrativas midiáticas construídas acerca da remoção da favela do Esqueleto, quando fala-se do sofrimento do indivíduo, fala-se dentro de uma

condição, sendo esta a de pobreza. Já hoje, na construção narrativa do sofrimento dos removidos do Metrô Mangueira, da Providência e da Vila Autódromo, o sofridor representa um indivíduo como qualquer outro, ele é individualizado.

Vaz (2015) afirma que a política da piedade é regida pelo pressuposto de que a piedade é amor pela humanidade, portanto, o sofridor tende a ser despersonalizado. O sofrimento funciona como um exemplo, ele é representativo de uma condição que é partilhada por outros. Ou seja, é possível dizer que não há singularidade do sofrimento, ele representa toda uma classe ou grupo. O jornal *Última Hora* publicou uma matéria em 12 de janeiro de 1962 que trata do sofrimento dos que viviam na favela do Esqueleto de forma, podemos dizer, totalizadora:

FAVELA DO ESQUELETO: ADIADO O DESPEJO PARA QUARTA-FEIRA - Centenas de favelados, moradores do trecho da favela do Esqueleto - onde os barracos serão demolidos para que tenham prosseguimento as obras da avenida Radial Oeste – aguardaram ontem, angustiados e nervosos, a chegada dos engenheiros da SURSAN com a ordem de mudança definitiva das famílias para as casas pré-fabricadas que o estado, com o apoio da Fundação Leão XIII, inventou no local conhecido como favela Nova Holanda, em Bonsucesso. A ordem, no entanto, não veio.

Em outra matéria<sup>97</sup>, do mesmo veículo, um dos moradores da favela do Esqueleto fala por todos que lá residem:

SÓ ARRASTADO - O vigia José Cabral, pai de 10 filhos, revelou que só sai da favela arrastado, pois na Vila Kennedy sua família morrerá de fome. Afirmou que só de passagens gastará diariamente a quantia de Cr\$ 520, dinheiro que terá de tirar da alimentação dos seus filhos. (...) O meu pensamento – finalizou – é igual ao de 80% dos moradores da favela, justamente a parcela que trabalha. Os demais, que são aposentados ou “não querem nada”. Para atender a maioria, o governador tem que urbanizar isso aqui.

Ao construir a narrativa, o jornalista a endereça a um grupo específico, que são os felizes, ou, ainda, aqueles que não partilham da condição do sofrimento exposto. Portanto, a única forma de acabar com esse sofrimento seria através do restabelecimento da democracia e da diminuição da desigualdade econômica, causadoras do sofrimento dos pobres. Em artigo publicado no *Correio da Manhã*, em 20 de outubro de 1961, o jornalista ressalta:

FAVELAS E INÉPCIA – (...) Pois as favelas crescem, crescem os favelados, os barracos continuam nascendo nas favelas antigas e novos aglomerados surgem. Há favelas no Rio que nesse curto espaço de nove meses se multiplicaram duas e mais vezes. Um exemplo da inoperância administrativa nesse domínio nós encontraremos na favela do Esqueleto,

---

<sup>97</sup> DOPS veta plebiscito do povo do Esqueleto, *Última Hora*, 12/12/1964



por onde deverá passar a Radial-Oeste. O Sr. Carlos Lacerda recebeu o dinheiro para proceder à mudança de alguns barracos, a fim de que as obras prosseguissem. Os meses se passaram, a Radial-Oeste continua paralisada, os barracos permanecem de pé. E do dinheiro nada se sabe. Tal como ignora todos os problemas que afligem o infeliz carioca, o governo despreza o das favelas. Continuam miseráveis ali as condições de vida. Não têm água e nem esgotos. O índice de mortalidade infantil mantém-se alarmante.

Além da individualização, a construção narrativa das remoções atuais coloca o indivíduo como se fosse um de nós; a sensação de empatia vem da ideia de que isso pode vir a acontecer com um de nós. Ainda que existam diferenças socioeconômicas gritantes, o apelo não é mais para a piedade da classe média, agora apela-se para o fato de que poderia ser você.

Assim, na política da vítima virtual, não há mais endereçamento à uma audiência de felizes, todos agora podem ser vítimas de algo semelhante ao que é contado. Além disso, o direito à felicidade do indivíduo é soberano, portanto, se ele sofre é porque isso lhe foi negado e alguma injustiça está sendo cometida. Para a política da vítima virtual, o causador do sofrimento é o Estado, que tem o poder de evitar que isso aconteça, mas não o faz por imoralidade ou incompetência. Tanto nas matérias de telejornal tradicional, quanto nos vídeos produzidos por ONGs e mídia alternativa, é possível encontrar essa expressão de sofrimento individualizado e que culpabiliza os agentes do Estado.

No telejornal *Repórter Rio* (TV Brasil) de 15 de outubro de 2012, a matéria sobre o Morro da Providência enfatizava a vida de “hábitos simples e prazerosos” no morro que, no entanto, seria interrompida pela remoção. Os moradores ouvidos pela reportagem declararam: “Não tem lugar melhor do que esse pra viver. Porque é muito bom, é muito maneiro, todo mundo é amigo, amizade mútua” e “A Prefeitura diz que vem fazer as casas, estou esperando até hoje. Ninguém me liga, ninguém me dá notícias, entendeu”. Em outra matéria do mesmo jornal, dessa vez sobre a Vila Autódromo em 5 de novembro de 2009, os moradores demonstram insatisfação e sofrimento com a remoção, além de reclamarem do abandono da comunidade por parte do poder público:

- Eu cheguei aqui em 1963, aonde isso aqui era uma roça, não existia casa, não existia nem autódromo. Quando o autódromo começou a construir era uma estradinha. Em 12 anos o empreendimento imobiliário construiu esses prédios, devastador, todas as árvores foram derrubadas.
- Nós não desejamos sair da onde a gente mora, de onde plantamos a nossa vida, de um trabalho de uma vida toda.

-Poderia aproveitar e sanear a comunidade, pintar as casas todas iguais e receber os jogos com a comunidade. Isso seria um bom exemplo para um governante.

Um vídeo realizado pela ONG Justiça Global, aborda a remoção da favela do Metrô Mangueira, no começo de 2014, e os moradores denunciam:

- Foi desumano o que eles fizeram. A moça acabou de sair de dentro de casa, a máquina vem e derrubou. Nosso dinheiro é lixo. Porque a gente pode ser pobre, mas a gente contribui com as coisas.
- Ele (prefeito Eduardo Paes) não teve coragem nem de vir aqui avisar a gente que ia sair da favela. A favela, a gente já sabe que vai sair, que ia derrubar. Ele tinha que pelo menos ter avisado antes, olha, tal dia, tal hora, isso aqui vai ser derrubado.

### **3.5.5 Exploração da imagem de sofrimento dos removidos x Imagem de desolação de pobreza é individualizada**

A análise comparativa realizada nessas páginas baseia-se em dois suportes diferentes: jornal impresso (anos 60) e vídeo (atualidade). Apesar dessa diferença, pretendemos analisar de que maneira as imagens de sofrimento são construídas nos dois formatos. Para a remoção da favela do Esqueleto, nos apoiaremos nas fotos e legendas das matérias; enquanto para as remoções das favelas Metrô Mangueira, Providência e Vila Autódromo, partiremos das imagens dos telejornais. Assim, pretende-se comparar a forma que esse sofrimento é apresentado.

Em diversas das matérias analisadas dos jornais *Correio da Manhã* e *Diário Carioca*, encontramos fotos da favela e das obras no local. As imagens costumam apresentar a pobreza local de forma totalizadora, em geral, em planos abertos e sem individualizar aqueles que nela aparecem. Não é à toa, que não há nenhum nome pessoal nas legendas das fotos. Seguem alguns exemplos:

- 1) Diário Carioca de 14/08/1965 – “Esqueleto ainda tem um mês de saudade” / legenda: “Adeus à favela – a menina olha a favela em que nasceu, um mês antes da partida”



- 2) Correio da Manhã de 24/01/1962 – “Iniciada transferência dos favelados do Esqueleto” / legenda: “mudança do Esqueleto – favelados satisfeitos”



- 3) Diário Carioca de 7/01/1961 – “Esqueleto será cortado” / legenda: “Esqueleto será cortado – a favela do Esqueleto vai ser cortada pela Avenida Radial-Oeste conforme mostra a foto. Mas os favelados não querem sair. Mesmo com indenização. A avenida parou”



4) Diário Carioca de 13/07/1961 – “Ameaçam desmontar o Esqueleto: apreensão” / legenda: “Barracos na reta – para que possam prosseguir as obras da Radial-Oeste, centenas de barracos do Esqueleto irão ao chão. A foto mostra onde passará a nova avenida”

**BARRACOS NA RETA**



**Ameaçam desmontar o Esqueleto: apreensão**

RIO — Com a notícia de que muitos barracos serão derrubados para que prossigam as obras da Av. Radial-Oeste, centenas de famílias residentes na Favela do Esqueleto estão vivendo momentos de dúvida, sem saberem se serão beneficiadas ou prejudicadas, apesar das promessas feitas de que os que tiverem suas moradias destruídas serão transferidos pela Fundação Lobo XIII para outros locais.

Segundo informações obtidas pela reportagem do Posto Policial da Favela do Esqueleto, muitos moradores tem para ali se dirigido em busca de informações concretas sobre a derrubada dos barracos, pois temem ficar sem local para residir, se suas humildes moradas tiverem que ceder lugar para a Radial-Oeste.

**CONVENIO**

Como já foi noticiado, a SUBURBAN realizou convenio com a Fundação Lobo XIII, no montante de Cr\$ 30 milhões, para que esta instituição desenvolva, no prazo de seis meses, a favela da Favela do Esqueleto para que possam prosseguir as obras da Avenida Radial Oeste.

A Fundação vai proceder ao levantamento do material existente na favela, a classificação de seus moradores e respectivo cadastro, encaminhando posteriormente a transferência dos mesmos para outros locais.

O convenio ainda irá para a Junta de Controle da SUBURBAN.

alguns mostram-se esperanças de obter melhor local para morar.

**Sonegados 1 bilhão da Guanabara**

RIO — São em fornecimentos as re-

*Para que possam prosseguir as obras da Radial Oeste, centenas de barracos do Esqueleto irão ao chão. A foto mostra onde passará a nova avenida*

5) Diário Carioca de 3/09/1962 – “Trecho da Radial vai ser inaugurado dia 4” / legenda: “Esqueleto é moldura – os operários trabalharam ativamente, durante seis meses, a fim de concluir o novo trecho da Radial Oeste, o qual passará pela favela do Esqueleto, contrastando, assim, com o cenário futurista, enquanto, ao fundo, aparecerá o estádio do Maracanã.”

**Esqueleto é moldura**



*Os operários trabalharam ativamente, durante seis meses, a fim de concluir o novo trecho da Radial Oeste, o qual passará pela Favela do Esqueleto, contrastando, assim, com o cenário futurista, enquanto, ao fundo, aparecerá o Estádio do Maracanã*

Já nas matérias dos telejornais sobre Metrô Mangueira, Providência e Vila Autódromo, há uma busca pela representação do sofrimento de forma individualizada. Ainda que exista o consenso de que a pobreza nas comunidades é geral, as imagens dessa desolação são, em muitos casos, individuais. Vaz (2015) afirma que a contemporaneidade procura destacar as expressões de tristeza do sofredor ou de seus próximos, o que significa uma mudança na forma como esse sofrimento é mostrado: cada vez mais intencional e explícito. Sendo assim, “a passagem do corpo do sofredor à consciência de seu sofrimento implica dar maior peso ao próprio sofredor na determinação da gravidade” (Vaz, 2015, p.?). As matérias dos telejornais, em geral, escolhem personagens que servem de fio-condutor da história apresentada. Em vários momentos são apresentadas imagens das casas ameaçadas de remoção, closes dos rostos dos entrevistados que, por vezes, chegam às lágrimas diante das câmeras.

1) SBT Rio Manhã – 21 de janeiro 2014



2) Brasil Urgente (Band) – 8 de janeiro de 2014



3) RJ Notícias (RedeTV) – 8 de janeiro de 2014



3.5.5.1 Ao apresentar o sofrimento: ênfase nas crianças (personagens mais indefesos) x ênfase nos moradores mais antigos da comunidade

Nessa apresentação do sofrimento dos indivíduos podemos notar uma outra diferença: a escolha do personagem principal. Em diversas matérias da favela do Esqueleto, a imagem escolhida para ilustrar é a da criança, pobre, indefesa e desamparada. Enquanto isso, as matérias de Metrô Mangueira, Providência e Vila

Autódromo dão destaque para os moradores mais antigos da comunidade. Podemos levantar uma hipótese para essa mudança, a partir de conceitos analisados nos capítulos anteriores: nos anos 60, a estrutura social era a causadora do sofrimento dos indivíduos e o sofrimento era endereçado à audiência, que poderia modificar essa situação, livrando os infelizes dessa condição. Dessa maneira, ninguém melhor do que crianças pobres para representarem isso, já que elas seriam as mais afetadas e, ao mesmo tempo, menos dotadas de condições de mudança. Um trecho de uma matéria do *Diário Carioca* de 26 de junho de 1965<sup>98</sup> serve como exemplo:

CRIANÇAS E LIXO - Sujas e maltrapilhas, as crianças se confundem com os montões de lixo que infestam o local. Cada um dos 3 mil barracões da favela do Esqueleto abrigam aproximadamente de 5 a 15 crianças. Qualquer espaço é aproveitado para caber camas, especialmente embaixo da armação de um hospital, nunca terminado onde agora funciona a delegacia e a COHAB, assim como uma grande igreja que não fica longe da “Tendinha de São João”.

A foto que ilustra a matéria apresenta crianças brincando no chão de terra, com a legenda: “Crianças, curiosas ou não – as crianças, como é natural, demonstram grande curiosidade pelo novo ambiente em que passarão a viver, na Vila Kennedy. Existem, também, as que, pela tenra idade (como o menino da foto) não tomam conhecimento da alteração que a mudança trará àquela coletividade marginalizada.”

Enquanto isso, as matérias atuais, como observado no capítulo 2, dão grande ênfase aos eixos de “perda” e “reparação” – perda material e emocional; desejo de reparação material e imaterial. Assim, faz sentido que os personagens escolhidos primordialmente sejam aqueles que têm maior envolvimento com a comunidade, que participaram da fundação da mesma, ou seja, aqueles que encarnam o discurso de perda e direito de reparação. Podemos destacar algumas falas de moradores da Vila Autódromo, Metrô Mangueira e Providência, respectivamente:

a) moradora: Muita preocupação, porque na idade que eu tou, ne (83 anos). Eu acho uma pena tirar a gente daqui. Vão botar a gente num lugar que a gente não conhece, porque eu não conheço o Rio de Janeiro. Só vejo na televisão. A comunidade daqui é tão maravilhosa que eu sou avó desse povo todo.<sup>99</sup>

b) moradora: Já faz quase 30 anos que moro aqui. Agora eles tomaram minha casa, dizem que eu não tenho direito a nada, que o chão é deles, a casa que é minha. Eu não posso levar a casa nas costas, então vou-me embora. Vou ficar esperando o que der.<sup>100</sup>

---

<sup>98</sup> *Diário Carioca*, Favela do Esqueleto vai desaparecer: Vila Kennedy espera os novos donos, 26/06/1965

<sup>99</sup> SBT Rio (SBT), 06/10/2009

<sup>100</sup> Balanço Geral (Record), 2/11/2010

c) morador: Querem que a gente saia, mas a gente não pediu para sair daqui. Aqui foi toda minha vida construída aqui. É suor, trabalho, estudo, meus filhos que criei aqui. Sair se for prum local melhor pra criar meus filhos, tudo bem, mas assim, não.<sup>101</sup>

### **3.5.6 Pobreza desperta compaixão na classe superior x Classe superior vê remoção como possibilidade de melhora de vida do pobre**

As narrativas de sofrimento construídas pelo observador, no caso, pelo jornalista, tinham por objetivo despertar alguma espécie de ação da audiência. Vaz (2015) afirma que na política da piedade, a audiência também é endereçada como responsável pelo sofrimento. Essa responsabilidade pode aparecer na forma de omissão – se algo for feito, o sofrimento pode ser reduzido, se não, as angústias só aumentarão -; mas a forma principal foi a da responsabilidade ativa. Assim, a pobreza de uns seria o que sustenta a riqueza de outros; em outras palavras, a felicidade de alguns resultaria na infelicidade de muitos. Dessa maneira, a audiência está sendo favorecida pela condição do sofredor, logo, cabe à ela sentir compaixão e agir para que isso seja minimizado. Um outro trecho do artigo publicado pelo *Correio da Manhã* em 20 de outubro de 1961 apresenta parte desse argumento:

O sr. Carlos Lacerda prometeu resolver o problema com medidas de transferência gradativa de favelados da zona Sul e das zonas industriais para áreas de terrenos desvalorizados e pertencentes ao Estado; prometeu criar uma Companhia Estadual de Habitação Popular para, entre outras finalidades, realizar trabalhos mínimos de urbanização nas favelas de transferência inexecutável; prometeu oferecer lotes aos favelados e transporte do barraco para zonas novas no interior guanabario. Prometeu muito, tudo o que era possível prometer.

A remoção é vista atualmente pela classes média e alta como uma oportunidade de crescimento daqueles que vivem nas favelas. Ao saírem das comunidades e irem para conjuntos habitacionais construídos pelo Estado, acredita-se que o favelado terá uma melhor condição de habitação e, portanto, um incremento na qualidade de vida. Essa visão, no entanto, ignora os desejos dos moradores e alguns deles queixam-se das imposições e recusam-se a trocar a moradia na favela pelo apartamento – modelo tradicional de moradia das classes superiores. A reclamação está presente em alguns vídeos da mídia alternativa como, por exemplo, em uma matéria do *Jornal A Nova Democracia*, em 10 de maio de 2011, no morro da Providência:

---

<sup>101</sup> Bom Dia Rio (Globo), 28/03/2011

- a) (morador): Eu acho isso aí uma sem vergonhice tremenda, um abuso de autoridade. Porque são 36 anos que eu moro aqui no morro. Só eu sei o que eu passei e o que eu passo pra construir a minha casa, né, não só eu como os outros moradores. Aí agora o cara acha que vai chegar aqui e tirar casa pra fazer praça e ficar por isso mesmo? Sinceramente, o único sentimento que eu consigo ter é de indignação. (...) Aqui eu conheço todo mundo, embora eu não enxergue, se eu quiser ir lá embaixo eu vou sozinho, aqui eu carrego material... E eu vou pra um outro local que eu não conheço? Principalmente se afastar da minha família. Minha mãe pro lado, meu irmão pro outro, minhas sobrinhas prum lado, então isso pra mim é horrível. Sinceramente, isso aqui eu fui nascido e criado, então eu não gostaria de sair daqui. A preço nenhum.
- b) (morador 2): (...) Você vê como é que são as coisas, né, pobre não tem direito nenhum. Pobre é igual lixo, joga pra um lado, joga pro outro e fica por isso mesmo.

### **3.5.7 Estrutura social causa sofrimento dos removidos x Estrutura social motiva a remoção, mas o agente causador do sofrimento é o Estado**

Em ambos os casos de remoção – favela do Esqueleto nos anos 60 e as favelas analisadas na atualidade – a estrutura social, no caso, o capitalismo, integra as narrativas de sofrimento. Entretanto, enquanto na política de piedade, a estrutura social é a causadora do sofrimento dos removidos; na sociedade atual, o capitalismo motiva a remoção, mas quem causa sofrimento é o Estado.

Vaz (2015) aponta que, na política da piedade, ao construírem o sofrimento de forma despersonalizada e generalizada, com o capitalismo como causa, limita-se a capacidade de indignação, pois ela estaria endereçada tanto a entes abstratos, quanto ao próprio indivíduo que experimenta a compaixão, através da responsabilidade indireta.

No contemporâneo, há diversas referências à estrutura social nas críticas endereçadas ao processo de remoção como gentrificação, remoção branca, os próprios megaeventos; contudo, o responsável pelos moradores das favelas sofrerem é o Estado, pois acredita-se que ele poderia intervir e evitar essas situações, enquanto, na realidade, nada é feito e os indivíduos sofrem ao terem que sair de suas casas.

#### **3.5.7.1 Ênfase nas estruturas sociais como causa do sofrimento x Ênfase na infelicidade gerada pela remoção, ou da privação de felicidade que o sofrimento está causando**

Uma vez que o capitalismo é o culpado pelo sofrimento vivido pelos indivíduos na política da piedade, as narrativas de remoção tendem a enfatizar essa estrutura como a causadora do sofrimento. Assim, a pobreza dos indivíduos que



residem na favela do Esqueleto é assunto constante das matérias de jornal. A capa do *Diário Carioca* de 22 de julho de 1965 estampava a foto de crianças jogando futebol em um terreno livre, com escombros ao redor. A legenda da foto dizia: “Maracanã dos pobres – nas áreas já abertas pela demolição dos primeiros barracos da favela do Esqueleto, a garotada (ainda não removida) improvisou “estádios para as suas peladas”. Em outra matéria do mesmo jornal, dessa vez de 13 de novembro de 1964, o jornalista descreve a situação pré-remoção:

Os moradores do Esqueleto – considerada uma das favelas mais miseráveis da Guanabara – colaboraram com as assistentes da secretaria de Serviços Sociais, mostrando a realidade da sua situação: a maioria mora em barracos feitos de caixotes. Na Vila Kennedy, segundo afirmam os funcionários do estado, os favelados de melhor categoria econômica contarão com assistência médica e social permanente, supermercado, centro recreativo-esportivo e curso de economia doméstica.

Enquanto isso, as narrativas atuais sobre as remoções enfatizam a felicidade interrompida dos que estão sob ameaça de saírem de suas comunidades. De acordo com Vaz (2015), na tentativa de gerar proximidade entre observador e sofredor, ganham destaque os sofrimentos que revelam como a rotina de felicidade dos indivíduos inocentes foi repentinamente interrompida. Há uma escolha por contar histórias a partir do prisma de interrupção da felicidade, tornando-a acessível e possível de ser sentida por todos, já que deixa no ar a ideia de que todo feliz pode tornar-se infeliz subitamente. Nas matérias e vídeos analisados encontramos diversas vezes frases e histórias que indicam essa mudança brusca da felicidade para a infelicidade como, por exemplo, no vídeo “Vozes da Missão” de 20 de junho de 2011, da ONG Witness, no morro da Providência:

- (moradora) Eu tive um filho, eu tenho filhos, tudo trabalhador, eu tenho netos que nasceram aqui, tudo trabalhador. Não é porque nós moramos aqui que nós somos bandidos, não. Nós estamos tristes, nós não temos alegria, nós pensa que nós podemos dormir e não acordar, não levantar mais com as nossas coisas. Com os caminhões pra pegar as nossas coisas, pra morar onde? Eu estou lutando pelo morro que eu nasci.

Ou no vídeo realizado pela Anistia Internacional do Chile em 20 de abril de 2011, na Vila Autódromo, em que vários moradores declaram a tristeza de ter que deixar a comunidade:

a) (pescador) Se a gente sair daqui, como é que a gente vai viver? Não tem como, não tem como eu morar em outro local e vir pescar aqui. Eu entendo disso, não vou fazer outra coisa. Eu vivo disso aí. Vivemos disso aí, da pesca.

- b) (criança) Aqui é muito bom, não tem como se perder. Aqui a gente brinca à vontade. Não tem como sair daqui, não. Todo mundo não quer sair daqui.
- c) (senhora) Eles falam que vão tirar a gente daqui, a gente se sente muito triste. Muito tempo que já tou aqui, quando cheguei aqui era tudo mato.

### **3.5.8 Disputa de quem abre espaço para a discussão: Jornais e associações de moradores / sindicatos x Jornais internacionais e ONGs**

Ao analisarmos, ao longo da pesquisa, as narrativas midiáticas sobre os processos de remoção, identificamos uma diferença entre as categorias que se engajam na cobertura e na denúncia dos fatos. Se nos anos 60, nota-se uma presença constante da remoção da favela do Esqueleto nas páginas de jornal, o mesmo não pode ser dito das remoções do Metrô Mangueira, Providência e Vila Autódromo. Enquanto o caso da favela que deu lugar à avenida Radial Oeste foi acompanhado passo-a-passo pelos jornais analisados – *Diário Carioca*, *Correio da Manhã* e *Última Hora* -, as ameaças de remoção das favelas atuais são esporadicamente assunto nos impressos de grande circulação. Justamente pelo baixa quantidade de material, optamos por analisar os telejornais da grande imprensa, onde, dado a uma maior pluralidade de veículos, foi possível encontrar maior conteúdo para análise. Contudo, se há um espaço da imprensa tradicional onde as remoções atuais têm destaque, é nos jornais internacionais. Desde o princípio, os processos foram acompanhados e denunciados por veículos como *The Guardian*, *El País* e *Le Monde*. Podemos inferir que a realização dos Jogos Olímpicos de 2016 tenha estimulado o desejo desses veículos de acompanhar mais de perto a preparação da cidade, o que, de certa forma, inclui as remoções das comunidades.

As categorias que acompanham e responsabilizam-se por denunciar as violações provocadas pelas remoções também mudaram. Na análise da remoção da favela do Esqueleto, percebemos a importância e a força das associações de moradores e dos sindicatos. Como vimos antes, as associações de moradores surgiram de forma espontânea, depois foram reprimidas e, por fim, cooptadas pelo poder público. No período da análise, as associações de moradores ainda encontravam-se “livres” e tinham como função negociar melhorias para a população das comunidades em questão. Em paralelo, os sindicatos também tinham papel de relevância na estrutura socioeconômica brasileira, também adotando uma postura de defesa e proteção dos mais pobres, integrando o time dos denunciistas das violações vividas.

Na cobertura atual, as ONGs – organismos que ganharam força e importância no cenário brasileiro pós-redemocratização – incumbem-se da tarefa de fiscalizar e denunciar o que acontece nas comunidades ameaçadas de remoção. Essas mesmas ONGs estabelecem relações com a imprensa internacional e, dessa maneira, conseguem pautar o assunto que não recebe tanta atenção assim dos veículos nacionais. Vale lembrar que o Dossiê Rio Copa e Olimpíadas é escrito por diversas ONGs e entidades que, anualmente, lançam uma nova edição do material.

### **3.5.9 Sofrimento é causado pelo progresso x Sofrimento é causado pelo poder público**

Na análise das narrativas construídas pela mídia sobre os processos de remoção, pudemos observar que o sofrimento possui um lugar de destaque nos dois períodos históricos. Entretanto, há uma diferença de abordagem: nos anos 60, acreditava-se que o progresso acabaria com os sofrimentos, logo as ações estavam legitimadas. Ainda que houvesse sofrimento, seria em prol de um bem maior, como diz o ditado “ não se faz uma omelete sem quebrar os ovos”.<sup>102</sup> O sofrimento apresentava-se em duas etapas diferentes: o já existente e o que progresso estava encarregado de resolver; o temporário, gerado pela ação causadora do progresso, mas que era necessário e, portanto, não tão sofrido assim. Assim, o sofrimento era considerado local, mas o benefício seria global.

Hoje, o sofrimento dos indivíduos ameaçados ou em situação de remoção não é justificado. Entende-se que ele poderia ter sido evitado, caso existisse um governo competente e engajado moralmente, só que não o faz. As obras são consideradas injustificáveis, uma vez que não são para o bem comum e, sobretudo, porque nenhum bem pode ser maior do que a felicidade do indivíduo.

Essa diferença de abordagem do sofrimento nos leva a uma diferenciação de responsabilidade. Enquanto na política da piedade, como já observado, o sofrimento do sofredor era de responsabilidade do espectador – por ser omissor ou por beneficiar-se do sofrimento alheio e, dessa forma, manter as estruturas sociais -; na atualidade, tanto o sofredor quanto o espectador são inocentes e, como aponta Vaz (2015), os

---

<sup>102</sup> Essa mesma frase foi utilizada pelo prefeito Eduardo Paes em novembro de 2011, ao comentar os transtornos causados pelas obras na região portuária da cidade. Contudo, na ocasião Paes foi bastante criticado, pois, as intervenções vêm afetando diariamente a felicidade dos cidadãos, situação mais importante do que o bem comum. (Eduardo Paes compara transtorno de obras na cidade com marido que espera mulher se arrumar, *Extra*, 8/11/2011).

“políticos” tornados quase classe na retórica política brasileira, são os responsáveis pelos sofrimentos coletivos, uma vez que são incompetentes, corruptos e só pensam no próprio bem.

### **3.5.10 Dimensões temporais das políticas públicas: Horizonte do progresso x Imediatismo dos megaeventos**

Como observado no primeiro tópico dessa análise comparativa, as remoções eram legitimadas por uma narrativa de progresso; ou seja, por uma ação no interior de um processo que, por definição, atenderá a todos. Assim, mesmo que ela cause sofrimento, o horizonte de progresso garante uma legitimidade prévia. Contudo, as consequências desse processo não eram tão claras e, por diversas vezes, questionou-se qual era a melhor forma de lidar com aquelas pessoas que estavam no caminho do progresso. Essa discussão pautou boa parte dos estudos sobre moradia e políticas habitacionais, como vimos no capítulo 1. Nas páginas de jornal analisadas, podemos encontrar alguns exemplos dessa narrativa que posiciona o progresso como sendo o balizador das políticas públicas em questão. É interessante notar como no caso da favela do Esqueleto foram apresentadas mais de uma narrativa de progresso para justificar a remoção. Duas matérias do *Correio da Manhã* indicam isso:

- a) (...) Foi entregue ao tráfego ontem, às 12 horas, pela SURSAN, o primeiro trecho da avenida Radial-Oeste, grande via de penetração da zona Norte da cidade. (...) Quanto ao prosseguimento das obras para a ligação com a rua São Francisco Xavier, depende de entendimentos com a Rede Ferroviária Federal e da remoção da Favela do Esqueleto.<sup>103</sup>
- b) Visando melhorar as condições higiênicas do Maracanã, bem como permitir maior escoamento das águas e evitar enchentes, a Favela do Esqueleto será transferida para Vigário Geral. A determinação é do governador do Estado, depois de ter mantido entendimentos a respeito com o presidente Jânio Quadros. Os favelados serão indenizados.<sup>104</sup>

No Rio de Janeiro dos dias atuais, as mudanças urbanísticas têm sido pautadas – ou, senão, motivadas - pelos megaeventos que acontecerão na cidade. A diferença de dimensão temporal é que um evento tem, necessariamente, começo, meio e fim; isto quer dizer, ele atravessa a cidade e passa. A Prefeitura tem procurado construir um discurso que legitime essa dimensão temporal, uma vez que está dado que o evento acontecerá, mas a legitimidade dessas transformações não está garantida. Essa

---

<sup>103</sup> Radial-Oeste vai chamar-se Oswaldo Aranha, *Correio da Manhã*, 2/2/1960

<sup>104</sup> Esqueleto a caminho de Vigário, *Correio da Manhã*, 13/05/1961

discurso está ancorado no conceito de legado, como pudemos ver no capítulo 2, e em parte das matérias de telejornal analisadas.

Existe, ainda, um segundo conflito no transcurso das remoções na cidade, se por um lado se cria um *branding* para a favela, tornando-a parte importante da narrativa do Rio de Janeiro; por outro existe todo o programa de remoções. Dessa forma, nota-se um esforço do poder público para que a marca favela não seja destruída pelas histórias de remoções, seja por meio de condomínios melhores, adoção do termo reassentamento ou, mais recentemente, a realização de encontros do prefeito Eduardo Paes com os moradores que serão atingidos pelas obras e consequentemente removidos.

Em uma matéria do programa *Cidades e Soluções* (Globonews) de 11 de dezembro de 2013, sobre o imbróglcio da remoção da Vila Autódromo, temos a apresentação de dois discursos - de um lado o presidente da associação de moradores, de outro o prefeito do Rio de Janeiro:

- (Altair Gomes): Eu não sou contra os jogos porque esporte é saudável, eu entendo assim. Mas ele não pode servir de manobra pra massacrar o povo.

- (Eduardo Paes): Nós estamos numa situação resolvida. Aqueles que a gente quer que saiam pra fazer os acessos ao parque já assinaram com a gente. O que a gente tem são pessoas que a gente deixou ficar e agora tão protestando porque querem sair, mas não são necessários, não é preciso sair. Então quem tá lá vai ficar, não tem problema nenhum.

O *Bom Dia Rio* (Rede Globo) de 26 de março de 2014 apresenta os desdobramentos finais do imbróglcio:

Repórter: E agora a Defensoria Pública do Rio informou que ontem à noite conseguiu derrubar a liminar que impedia a demolição e também a mudança de cerca de 300 famílias daqui da região da zona Oeste, da Vila Autódromo. Segundo a Defensoria Pública, uma comissão com cerca de 100 moradores procurou a Defensoria buscando uma solução pra essa questão. E foi apresentado o contrato já assinado com a Caixa Econômica Federal, autorizando a mudança dessas famílias daqui para então o término dessas obras todas do Parque Olímpico para os Jogos de 2016. É o fim de um impasse e mudança na vida dessas pessoas da Vila Autódromo, região de Jacarepaguá.

Para realizar a análise comparativa das matérias sobre os distintos processos de remoção, partimos de três eixos fundamentais: a) o que justifica, b) qual era o sofrimento causado e como funciona, c) como narrativamente se justifica esse sofrimento. Assim, percebemos a importância do progresso para a consolidação das estratégias de remoção dos anos 60, enquanto na atualidade, os megaeventos impulsionam as remoções, mas não são capazes de legitimar a interferência perante à

população. A passagem da política da piedade para a política da vítima virtual, marcando a ascensão da autorepresentação do sofrimento e a perda de importância do observador, também representam um ponto importante da análise. Nesse mesmo processo, verificamos a diferença do sofredor que antes era considerado uma condição e, agora, livre da necessidade do juízo de valor do observador, é considerado um indivíduo. Por fim, vimos que em ambos os períodos, os governos procuraram construir narrativas e estratégias de comunicação capazes de minimizar os sofrimentos gerados pelas políticas públicas implementadas em cada época. Contudo, a diferença histórica e os contextos ideológicos levam a situações em que a legitimidade não pode mais ser a mesma, cabendo ao governo encontrar novas formas de contar e legitimar algo, como no contemporâneo, onde o progresso não é mais suficiente para justificar a infelicidade dos indivíduos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao definir o objeto dessa pesquisa, acreditava que o estudo se centraria especificamente nos processos de remoção e nas narrativas a respeito deles, para que pudesse chegar às histórias de sofrimento que me interessavam. Contudo, ao longo do processo, percebi a grande relevância que uma análise mais atenta dos papéis do governo, dos planos urbanísticos e, principalmente, dos ideários de boa cidade, poderiam acrescentar à hipótese inicial. A trajetória do Rio de Janeiro e dos moradores que nele residem - em especial, os da favela -, está diretamente conectada com as instâncias do poder público e com as ideologias, crenças e necessidades de cada época.

Como vimos ao longo dos capítulos, a favela foi representada de diversas formas ao longo dos últimos dois séculos. De lugar considerado sujo, atrasado e inapto para a moradia, que demandava uma “solução” do poder público, a favela hoje ocupa um lugar importante no *branding* criado para a cidade, na forma dos favela tours, filmes, concursos de gastronomia e outras formas de inserção do espaço na cidade.

Faltando pouco mais de um ano para a realização dos Jogos Olímpicos de 2016, o Rio de Janeiro enfrenta uma série de obras e mudanças estruturais por toda a cidade. Os transtornos causados por essas interferências afetam a maioria dos cariocas, mas um grupo em especial tem estado em voga: o dos moradores das favelas que, de certa forma, estão no traçado olímpico. Entretanto, diferente dos anos 60, quando a favela do Esqueleto era considerada um “grande obstáculo para o progresso” ou, ainda, “uma pedra no caminho”<sup>105</sup>, hoje espera-se uma postura diferente tanto da mídia quanto do poder público na condução das remoções.

As favelas Metrô Mangueira, Providência e Vila Autódromo enfrentam processos de remoção por motivos distintos, porém, foram as escolhidas para a pesquisa em decorrência das ações do estado. Enquanto na época da favela do Esqueleto, a remoção estava legitimada pela busca pelo progresso, “o progresso, em última palavra”<sup>106</sup>, era o mais importante; hoje a prefeitura enfrenta uma série de dificuldades para justificar e legitimar institucionalmente essas remoções. Ao longo da pesquisa analisamos e levantamos essas questões, que ora geram reações da sociedade civil – como o Comitê Popular Rio Copa e Olimpíadas -, ora mudanças de

---

<sup>105</sup> *Diário Carioca*, 7/01/1961.

<sup>106</sup> *Correio da Manhã*, 20/01/1960.

postura no próprio poder público – de ações truculentas a encontros com moradores para discussão dos projetos.

Assim, foi possível estabelecer uma análise comparativa entre os processos de remoção dos anos 60 e da atualidade. Se nos anos 60, período da remoção da favela do Esqueleto, as motivações do estado eram a busca por uma cidade mais “limpa, organizada” e, dessa maneira, livre de favelas; hoje o ideário de boa cidade pré-Olimpíadas enfrenta a dualidade do *branding* da favela e a necessidade de remoção, em decorrência de obras e demandas do evento. Entretanto, a questão principal permanece a mesma: quais foram as diferentes legitimações históricas construídas para as políticas públicas causadoras de sofrimento.

Em diversas dessas narrativas, tanto da década de 60 quanto atuais, encontramos uma relação direta entre sofrimento e tempo. Cria-se a ideia de que, com o tempo, o sofrimento se extinguirá. No caso da favela do Esqueleto, isso foi apresentado de duas formas: a) sofrimento na iminência do fim; b) sofrimento temporário. Nos dois casos, o sofrimento estava relacionado ao progresso, que a) seria capaz de acabar com a situação indigna de vida e, portanto, geradora de sofrimento; e b) que acabaria assim que encerrassem as obras da avenida Radial Oeste, uma ação em prol do bem comum.

No contemporâneo, todavia, não é mais possível crer que o tempo/progresso serão capazes de encerrar o sofrimento dos indivíduos. Por mais que a prefeitura realize diversas campanhas publicitárias focadas no legado que os Jogos Olímpicos deixarão para o Rio de Janeiro, que os discursos do prefeito Eduardo Paes sejam recheados de referência à experiência de Barcelona – em que a cidade se serviu dos Jogos, e não os Jogos da cidade -, o sofrimento causado pelas remoções das comunidades segue sendo injustificado.

A crise do progresso, aliada ao conflito gerado pelo *branding* da favela, impossibilita alcançar o *status* de legitimidade para esses processos em curso. A única forma possível de conduzi-los seria por meio da judicialização da política. Se o indivíduo sofre por algo do passado, ele deve ser recompensado; se ele sofre no presente, deve ser reparado. Não é à toa que na análise midiática das remoções da Vila Autódromo, Providência e Metrô Mangueira, os *frames* de perda e reparação tenham tanta relevância. Tanto o estado quanto as comunidades já entraram com diversas ações na Justiça, mediadas, em sua maioria, pela Defensoria Pública, para impedir ou para permitir a remoção. Em boa parte das ações, demanda-se uma mudança ou melhoria na reparação por parte do Estado. No caso da Vila Autódromo,



por exemplo, o condomínio Parque Carioca, oferecido para os moradores que seriam removidos, está bem acima da média dos conjuntos habitacionais tradicionais, como os do Minha Casa, Minha Vida. O poder público, para ganhar a batalha pelo espaço, construiu apartamentos com três quartos, diversas áreas de lazer, e até mesmo um parque aquático. Na disputa pela legitimidade da remoção, o condomínio foi objeto de diversas matérias da imprensa tradicional, assim como de vídeos realizados pelo canal do prefeito Eduardo Paes.

Dessa forma, cabe aos governos criarem narrativas adequadas e capazes de minimizar as histórias de sofrimento. Ainda que seja o desejo de boa parte da sociedade hoje, não é possível para os cidadãos exigir que um governo diga a verdade, e somente a verdade. Porém, é possível cobrar desses governantes uma certa verdade quanto aos projetos finais, às escolhas gerais de suas táticas, ou pontos do seu programa de governo: a *parrhesia* (livre palavra) do governado o dota da capacidade de interpelar o governo sobre o que ele faz, sobre o sentido de sua ação, sobre as decisões que ele toma, em nome do saber, da experiência que tem, do fato de que ele seja um cidadão (FOUCAULT, 1984, p.11).

Ao analisar as remoções das favelas do Esqueleto, Metrô Mangueira, Providência e Vila Autódromo, encontramos diversas narrativas de resistência, que procuraram e procuram se posicionar de forma contrária às decisões do poder público. Ainda que as motivações possam ser diferentes, estando, dessa forma, ajustadas aos seus contextos históricos, o desejo de lutar pela favela e pelas melhorias das condições de vida nesse espaço é o mesmo, tanto nos anos 60 quanto na atualidade.

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, Pedro; MARTINS, Maria Alice. Análise das transações imobiliárias na cidade do Rio de Janeiro, no período 1968-1995. *Coleção Estudos Cariocas*, Rio de Janeiro, n.20010508, p.1-15, maio/2001.

\_\_\_\_\_, Pedro. A dinâmica do mercado de solo informal em favelas e a mobilidade residencial dos pobres. *Coleção Estudos Cariocas*, Rio de Janeiro, n. 20030301, março/2003.

AMOROSO, Mauro. A favela faltou na foto: a cobertura do desmonte do Santo Antônio pelas lentes do Correio da Manhã. *Revista Cantareira*, Niterói, v.1, n.1, p.1-30, 2009.

\_\_\_\_\_, Mauro. Memórias do olhar: as favelas do Rio de Janeiro na lembrança dos repórteres fotográficos. *Antíteses*, Londrina, v.1, n.1, p.151-173, jan/jun.2008.

ASSIS, Carolina. O Correio da Manhã no processo de modernização e concentração da imprensa carioca nos anos 1960-1970. In INTERCOM Junior, XIV, 2009, Rio de Janeiro, *Anais...*, Rio de Janeiro, 2009, p.1-10.

BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BECKETT, Katherine. *Making crime pay: law and order in contemporary American politics*. New York: Oxford University Press, 2007.

BESSERMAN, Sérgio; CAVALLIERI, Fernando. Nota técnica sobre o crescimento da população favelada entre 1991 e 2000 na cidade do Rio de Janeiro. *Coleção Estudos Cariocas*, Rio de Janeiro, n.20040601, junho/2004.

BOLTANSKI, Luc. *Distant Suffering: morality, media and politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

BOURDIEU, Pierre. “A influencia do jornalismo”. In: *Sobre a televisão: seguido de a influência do jornalismo e os jogos olímpicos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1997.

BRUM, Mario. Favela e remocionismo ontem e hoje: da Ditadura de 1964 aos Grandes Eventos. *O social em questão*. Ano XVI, n.29, p.179-208, 2013.

\_\_\_\_\_, Mario. Irregular, ilegal e anormais: o estigma como política de Estado e a remoção das favelas no Rio de Janeiro pelo CHISAM. *Revista do Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n.4, 2010.

CAMARGO, Paula. *As cidades, A cidade – Política, arquitetura e cultura na cidade do Rio de Janeiro*. 2011. 149 f. Dissertação (Mestrado e Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais) – CPDOC, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2011.

CAMPOS, Pedro Henrique. A cidade do Rio de Janeiro nos anos 1960 e 1970: setorização social em processo – notas de pesquisa. *Revista do Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n.4, 2010.

CARNEIRO, Alcides. O Rio e sua região metropolitana: um resgate de 60 anos de informações demográficas. *Coleção Estudos Cariocas*, Rio de Janeiro, n.20011201, dezembro/2001.

CARVALHO, Bruno. A favela e sua hora. *Piauí*, Rio de Janeiro, v.67, abr/2012.

CAVALCANTI, Mariana. À espera, em ruínas: Urbanismo, estética e política no Rio de Janeiro da “PACificação”. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Rio de Janeiro, v.6, n.2, p.191-228, abr/mai/jun.2013

\_\_\_\_\_, Mariana. Do barraco à casa: tempo, espaço e valor(es) em uma favela consolidada. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v.24, n.69, p.69-80, fevereiro/2009.

CAVALCANTI, Lauro. Encontro moderno: volta futura ao passado. In: *A invenção do patrimônio*, MINC/IPHAN, p.41-54, 1995.

\_\_\_\_\_, Lauro. Quando o Brasil era moderno. *Guia de Arquitetura (1928-1960)*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.

CAVALLIERI, Fernando. O momento 2000 do programa Favela-Bairro: avaliação com base nos censos 1991 e 2000. *Coleção Estudos Cariocas*, Rio de Janeiro, n.20050101, janeiro/2005.

\_\_\_\_\_, Fernando; OLIVEIRA, Soraya. A melhoria das condições de vida de habitantes de assentamentos precários no Rio de Janeiro: uma avaliação preliminar da meta 11 do milênio. *Coleção Estudos Cariocas*, Rio de Janeiro, n.20061202, dezembro/2006.

\_\_\_\_\_, Fernando; LOPES, Gustavo. Favelas cariocas: comparação das áreas ocupadas – 1999/2004. *Coleção Estudos Cariocas*, Rio de Janeiro, n.20061201, dezembro/2006.

\_\_\_\_\_, Fernando; VIAL, Adriana. Favelas na cidade do Rio de Janeiro: o quadro populacional com base no censo 2010. *Coleção Estudos Cariocas*, Rio de Janeiro, n.20120501, maio/2012.

CHAMMAS, Eduardo. O Correio da Manhã no golpe de 1964: impasses e dilemas na relação com os militares. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, XXVI, 2011, São Paulo, *Anais...*, São Paulo, 2011, p.1-17.

CODATO, Adriano; GUANDALINI JR, Walter. Os autores e suas ideias: um estudo sobre a elite intelectual e o discurso político do Estado Novo. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.32, p.145-164, 2003.

- COMPANS, Rose. *Empreendedorismo urbano: entre o discurso e a prática*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- CRONIN, Anne; HETHERINGTON, Kevin. (Org). *Consuming the entrepreneurial city – image, memory, spectacle*. Londres: Routledge, 2008, 305 p.
- CUNHA, Juliana Blasi. Regularização urbanística e fundiária em uma favela da cidade do Rio de Janeiro: conflitos, percepções e práticas em jogo no processo. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Rio de Janeiro, v.5, n.3, p.483-511, jul/ago/set.2012.
- CUNHA, Neiva Vieira da e MELLO, Marco Antonio da Silva. Novos conflitos na cidade: a UPP e o processo de urbanização na favela. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Rio de Janeiro, v.4, n.3, p.371-401, jul/ago/set.2011.
- DE ALMEIDA, Aline; NAJAR, Alberto. Cidade Maravilhosa e Cidade Partida: notas sobre a manipulação de uma cidade deteriorada. *RUA* [online]. 2012, n.18. volume 1. Disponível em < <http://www.labeurb.unicamp.br/rua/>>. Acesso em 20 de jan. de 2015.
- FASSIN, Didier e RECHTMAN, Richard. *L’empire du traumatisme: enquête sur la condition de la victime*. Paris: Flammarion, 2007.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988, 176 p.
- FREIRE, Leticia de Luna. Favela, bairro ou comunidade? Quando uma política urbana torna-se uma política de significados. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p.95-114, out/nov/dez.2008.
- FREIRE-MEDEIROS, Bianca. Favela como patrimônio da cidade? Reflexões e polêmicas acerca de dois museus. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.38, p.49-66, julho-dezembro/2006.
- GAFFNEY, Christopher; OLIVEIRA, Nelma. Rio de Janeiro e Barcelona: os limites do paradigma olímpico. *Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales*. v.XV, n.895, novembro/2010.
- \_\_\_\_\_, Christopher; MELO, Erick. *Megaeventos esportivos no Brasil: uma perspectiva sobre futuras transformações e conflitos urbanos*, 2009.
- GEIGER, Pedro; ARUEIRA, Luís Roberto; ALEM, Adriano. Mapa social da cidade do Rio de Janeiro. *Coleção Estudos Cariocas*, Rio de Janeiro, n. 20010801, agosto/2001.
- GERTNER, David; HAIDER, Donald; KOTLER, Philip; REIN, Irving. *Marketing de Lugares*. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2005, 352 p.
- GONÇALVES, Rafael. *A política, o direito e as favelas do Rio de Janeiro: um breve olhar histórico*, 2007.

GONDIM, Linda Maria de Pontes. Meio ambiente urbano e questão social: habitação popular em áreas de preservação ambiental. *Caderno CRH*, Salvador, v.25, n.64, p.115-130, jan/abr.2012

GREENBERG, Miriam. Marketing the City in Crisis: Branding and Restructuring New York City in the 1970s and the Post-9/11 Era. In: CRONIN, Anne; HETHERINGTON, Kevin. (Org). *Consuming the entrepreneurial city – image, memory, spectacle*. Londres: Routledge, 2008, p.19-44.

HUYSSSEN, Andréas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

JAGUARIBE, Beatriz. Ficções do real: notas sobre as estéticas do realismo e pedagogias do olhar na América Latina contemporânea. *Revista Ciberlegenda*, Niterói, v.1, n.23, 2010.

\_\_\_\_\_, Beatriz. Favelas and the aesthetics of realism: representations in film and literature. Disponível em <<http://www.pos.eco.ufrj.br/docentes/publicacoes/bjaguaribe1.pdf>>. Acesso em 20 de jan. de 2015.

\_\_\_\_\_, Beatriz. Imaginando a “cidade maravilhosa”: modernidade, espetáculo e espaços urbanos. *FAMECOS*, Porto Alegre, v.18, n.2, p.327-347, maio-agosto/2011.

JAGUARIBE, Beatriz. Ruínas modernistas. *Lugar Comum*, Rio de Janeiro, n.1, p.99-113, abril/1997.

\_\_\_\_\_, Beatriz. *O Choque do Real: estética, mídia e cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 2007, 240 p.

JUNIOR, Hélio. Planejamento ausente, resignação presente: diferenciais negativos do desenvolvimento carioca entre 1991 e 2000. *Coleção Estudos Cariocas*, Rio de Janeiro, n.20091202, dezembro/2009.

KAMINSKI, Rosane. O Brasil urbano no cinema dos anos 1960: Curitiba melancólica em Lance Maior, de Sylvio Back (1968). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.25, n.49, p. 88-111, janeiro-junho/2012.

KORNIS, Mônica. Imagens do autoritarismo em tempos de democracia: estratégias de propaganda na campanha presidencial de Vargas em 1950. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.34, p.71-90, julho-dezembro/2004.

LAFETÁ, João Luiz. *1930 - A crítica e o modernismo*. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

LAGO, Luciana Corrêa do e RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. A divisão favela-bairro no espaço social do Rio de Janeiro. *Cadernos Metrópole*. n.5, p.-29-46, 1999.

LEITE, Márcia. Entre o individualismo e a solidariedade: dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v.15, n.44, p.73-90, outubro/2000.

LIMA, Camila. *Olimpíadas 2016 e a construção de um novo Rio: o marketing do legado, as políticas públicas e as estratégias comunicacionais em torno das favelas e das remoções*. 2013. 173 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, UFRJ, Rio de Janeiro, 2013.

LOPES, Gustavo; AMORIM, Vânia; CAVALLIERI, Fernando. Favelas Cariocas: comparação das áreas ocupadas 2004-2011. *Coleção Estudos Cariocas*, Rio de Janeiro, n. 20111202, dezembro/2011.

LOUZADA, Silvana. Fotografia e modernidade – a imprensa carioca na primeira metade do século XX. *Revista do Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n.4, 2010.

LUNA-GARCIA, Antonio. Just Another Coffee! Milking the Barcelona Model, Marketing a Global Image, and the Resistance of Local Identities. In: CRONIN, Anne; HETHERINGTON, Kevin. (Org). *Consuming the entrepreneurial city – image, memory, spectacle*. Londres: Routledge, 2008, p.143.160.

MAGALHÃES, Alexandre. O “legado” dos megaeventos esportivos: a reatualização da remoção de favelas no Rio de Janeiro. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 19, n.40, p. 89-118, jul/dez.2013.

MAGALHÃES, Luiz Ernesto. A história secreta da Perimetral. *O Globo*, 2/11/2013.

MOTTA, Marly. Frente e verso da política carioca: o Lacerdismo e o Chaguismo. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.24, p.351-376, 1999.

\_\_\_\_\_, Marly. *Rio – cidade-capital*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

\_\_\_\_\_, Marly. As bases mitológicas do lacerdismo In: SIMSON, Olga (Org.). *Os desafios contemporâneos da história oral*. Campinas: Unicamp, 1997.

NASCIMENTO, Flávia. *Entre a estética e o hábito: o departamento de habitação popular (Rio de Janeiro, 1946-1960)*. Rio de Janeiro: Coleção Biblioteca Carioca, 2005, 238 p.

NETO, Simplicio. Rocinha 77 vs Vida Nova sem Favela: uma leitura axiográfica dos “documentários de favela”. *Revista Brasileira de Estudos de Cinema e Audiovisual*, Rio de Janeiro, ano 3, ed.5, junho/2014.

OLIVEIRA, Lucia Lippi de. (org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2002, 295 p.

PEREIRA, Walter. Vagas da modernidade: a Companhia Nacional de Alcalis em Arraial do Cabo (1943-1964). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.23, n.46, p. 321-343, julho-dezembro/2010.

- PEREZ, Maurício. *Lacerda na Guanabara: a reconstrução do Rio de Janeiro nos anos 1960*. Rio de Janeiro: Odisseia Editorial, 2007.
- PERLMAN, Janice. *O mito da marginalidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1977.
- PINHEIRO, Augusto. Preservar, conservar e modernizar: um novo paradigma para a reabilitação do Centro do Rio. *Coleção Estudos Cariocas*, Rio de Janeiro, n.20020501, maio/2002.
- PINTO, Carlos Eduardo. Governo Lacerda versus Cinema Novo: a grande cidade como arena de debates simbólicos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 26, n.51, p.154-172, janeiro-junho/2013.
- RIBEIRO, Ana Paula. Clientelismo, corrupção e publicidade: como sobreviviam as empresas jornalísticas no Rio de Janeiro dos anos 1950? In INTERCOM, XXIV, 2001, Campo Grande, CD-ROM.
- RIBEIRO, Ana Paula. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.31, p.147-160, 2003.
- ROCHA, Daniella. Da Batalha à Guerra do Rio: uma abordagem espaço-temporal da representação das favelas na imprensa carioca. In: XVII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, Caxambu, 2010.
- SANTOS, Mayra. *Vozes ativas das favelas 2.0 – Autorepresentações midiáticas numa rede de comunicadores periféricos*. 2014. 225 f. Dissertação (Mestrado e Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais) – CPDOC, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2014.
- SILVA, Luiz A. Machado da. “A continuidade do problema favela”. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi (org). *Cidade: histórias e desafios*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.
- SILVA, Robson. Territórios e desenvolvimento: as raízes da centralidade do Rio de Janeiro na economia nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.40, p.91-113, julho-dezembro/2007.
- SIMON, Jonathan. *Governing through crime: how the war on crime transformed American democracy and created a culture of fear*. New York: Oxford University Press, 2007.
- SODRÉ, Nelson. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 1999.
- SONTAG, Susan. *Diante da dor dos outros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003., 107 p.
- VALLADARES, Lícia do Prado. A gênese da favela carioca – a produção anterior às ciências sociais. *Revista Brasileira Ciências Sociais*, São Paulo, v.15, n.44, outubro/2000.

\_\_\_\_\_, Lícia do Prado. Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil  
In: BOSCHI, R.R. (Org.) *Corporativismo e desigualdade: a construção do espaço público no Brasil*. Rio de Janeiro: Rio Fundo ED. IUPERJ, p.81-112, 1991.

\_\_\_\_\_, Lícia do Prado. *A invenção da favela - do mito de origem à favela.com*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VIAL, Adriana; CAVALLIERI, Fernando. O efeito da presença governamental sobre a expansão horizontal das favelas do Rio de Janeiro: os pouso's e o programa Favela-Bairro. *Coleção Estudos Cariocas*, Rio de Janeiro, n.20090501, maio/2009.

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. *Um século de Favela*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.